
emancipação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR	MIGUEL SANCHES NETO
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	GIOVANI MARINO FÁVERO
COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	LENIR APARECIDA MAINARDES DA SILVA
DIRETOR DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ÊMERSON MARTINS HILGENBERG
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	SANDRA MARIA SCHEFFER
REVISTA EMANCIPAÇÃO	PUBLICAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL E DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - PR
EDITORES DA REVISTA EMANCIPAÇÃO	DR. ADRIANO DA COSTA VALADÃO DR ^a LUIZA BITTENCOURT KRAINKI DR ^a SILMARA CARNEIRO E SILVA
EDITORES CONVIDADOS PARA ESTE VOLUME	DR. WILSON JOÃO ZONIN (UNIOESTE - BRASIL) ME. VINICIUS MATTIA (UNIOESTE – BRASIL)

COMITÊ EDITORIAL

Dr. Adriano da Costa Valadão; Dr^a. Danuta Estrufika Cantóia Luiz, Dr^a. Lenir Aparecida Mainardes Silva; Dr^a. Lúcia Cortes Costa; Dr^a Lislei Terezinha Preus; Dr^a Reidy Rolim de Moura; Dr^a Sandra Maria Scheffer; Dr^a Silmara Carneiro e Silva.

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Adilson Aquino Silveira Júnior (Universidade Federal de Pernambuco - Brasil)
Dr. Adriano da Costa Valadão (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr. Alejandro Casas (Universidad de la República, Uruguai)
Dr. Alejandro Hugo Del Valle (Universidad de Mar del Plata, Argentina)
Dr^a Alexandra Filipak (Instituto Federal de São Paulo – Brasil)
Dr. Alfredo Cesar Antunes (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a Angela Maria Moura Prates (Universidade Estadual do Centro Oeste - Brasil)
Dr^a Bernadete Machado Serpe (Instituto Federal Catarinense - Brasil)
Dr^a Carina Berta Moljo (Universidade Federal de Juiz de Fora – Brasil)
Dr. Celso Kraemer (Fundação Universidade Regional de Blumenau, Brasil)
Dr. Christian Mwewa Muleka (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil)
Dr^a. Cicilian Luiza Löwen Sahr (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a Clara Cruz Santos (Universidade de Coimbra, Portugal)
Dr^a. Cleide Lavoratti (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Danuta Estrufika Cantóia Luiz (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Dircéia Moreira (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Divanir Eulália Naréssi Munhoz (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Édina Schimanski (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr. Edson Armando Silva (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a Elisabeth Trejos-Castillo (Texas Tech University, Estados Unidos da América)
Dr^a Emilie Faedo Della Giustina de Campos (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
Dr. Enrique Pastor Seller (Universidad de Murcia, Espanha)
Dr. Felipe Simão Pontes (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a Fernanda Nunes Mangini (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Dr^a. Gicele Cervi (Fundação Universidade Regional de Blumenau, Brasil)
Dr Givanni Frenu (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Dr^a. Gisele Alves de Sá Quimelli (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr. Ivan Jairo Junckes (Universidade Federal do Paraná, Brasil)
Dr. Ivan Targino (Universidade Federal de Paraíba, Brasil)
Dr. Ivete Sionatto (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Dr^a Jucimeri Isolda Silveira (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil)
Dr. Juliano Peroza (Instituto Federal do Paraná, Brasil)
Dr^a. Julice Dias (Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil)
Dr^a. Jussara Ayres Bourguignon (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a Katya Regina Isaguirre-Torres (Universidade Federal do Paraná, Brasil)
Dr^a. Lenir Aparecida Mainardes Silva (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a Lindamar Alves Faermann (Universidade de Taubaté, Brasil)
Dr^a. Lislei Teresinha Preuss (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Lúcia Cortes Costa (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr. Luiz Alberto Pilatti (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil)
Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Luiza Bittencourt Krainski (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr. Marcelo Paula Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Dr. Marcelo Weisthaupt Proni (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)
Dr^a Marcia Sgarbiero (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)
Dr. Márcio Pochmann (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)
Dr. Marco Aurélio Nogueira (Universidade Estadual Paulista, Brasil)
Dr^a. Maria Antônia Souza (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Maria Julieta Weber Cordova (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Maria Lúcia Martinelli (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil)
Dr^a Marilene Zazula Beatriz (Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Brasil)
Dr^a Marisa Camargo (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Dr^a. Michelly Laurita Wiese (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Dr^aMonica Alejandra Vargas Aguirre (Universidade de Chile, Chile)
Dr^a Monica Rodrigues Costa (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)
Dr^a Olegna Souza Guedes (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)
Dr^a Raquel Doringan de Matos (Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil)
Dr^a Raquel Lopes Gentilli (Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Brasil)
Dr^a. Reidy Rolim de Moura (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Renata Ovenhausen Albernaz (Universidade Federal de Pelotas, Brasil)
Dr^a Rosângela Bujokas de Siqueira (Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil)
Dr^a. Rosiléa Clara Werner (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a Sandra Maria Scheffer (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Selma Maria Schons (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr. Sérgio Luiz Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Silmara Carneiro e Silva (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a. Silvana Souza Netto Mandalozzo (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)
Dr^a Solange Maria Teixeira (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Dr Valdenésio Aduci Mendes (Universidade São José, Brasil)
Dr^a. Vera Herweg Westphal (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Dr^a Wagner Roberto do Amaral (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

ISSN 1982-7814

Departamento de Serviço Social e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas

emancipação

ano 19 - número especial

Editora
UEPG

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

Diagramação

Andressa Marcondes

Assistência Editorial

Bruna Woichowski de Miranda

Camila Sopko

Suporte técnico

Sandro Teixeira

Emancipação. Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Departamento de Serviço Social e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.
Ponta Grossa, PR : Editora UEPG, v. 1, n. 1 (2001-)

v.19, n. especial, 2019

Anual de 2001-2006. Semestral 2007-.

ISSN: 1519-7611 - Impresso(descontinuada)

1982-7814 - Online

CDD: 360

Depósito legal na Biblioteca Nacional

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM

DialnetDOAJ - Geodados - Latindex - Sumários.org
- REDIB - Acadêmic Database Info - Livre - BASE
- Bielefeld Academic Search Engine - Google Acadêmico - Portal de Periódicos CAPES
- Sherpa/Romeo - Journals for Free - Ingenta -
Biblioteca do Conhecimento online - MIAR - EBSCO - Diadorim

PERMUTAS

e-mail: intercambio@uepg.br

EDITORA E LIVRARIAS UEPG

Praça Santos Andrade, n. 1
84030-900 – Ponta Grossa – Paraná
Fone: (42)3220-3306
www.uepg.br/editora
2019

Sumário

Apresentação

Vinícius Mattia 7

Reflexões em chave histórica sobre a chamada ocupação espontânea de terras no nordeste da província de Misiones, Argentina, no final do século XX

Reflections in historical key on the so-called spontaneous occupation of land in the northeast of the province of Misiones, Argentina at the end of the 20th century

Luis Sebastian Ramirez 8

El surgimiento del cooperativismo en el Perú: la Convención- Cusco

The emergence of cooperativism in Peru: the Convention- Cusco

Roxana Borda Mamani e Dirceu Basso..... 24

Economia solidária e bem viver: pontos de (des)conexão

Solidarity economy and good living: points of (dis)connection

Marcos Roberto Pires Gregolin, José Marcos Froehlich e Renato Santos De Souza 33

Resistência e reciprocidade: comportamento in situ de pertencimento na Feira do Produtor em Morretes - PR

Resistance and reciprocity: the in-situ behavior of belonging at the producers fair in Morretes – PR

Pamela Natali Ferreira de Jesus, Valdir Frigo Denardin e Mayra Tayza Sulzbach 44

Os condomínios agrícolas de armazéns em Palotina - PR

Agricultural storage condominiums in Palotina – PR

Helton Jaques Albiero e Diane Belusso 54

Dinâmica da agroindústria familiar: estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar

Family agroindustry as a family farming reproduction strategy

Fabíola Graciele Besen, Clério Plein e Marcos Andrade 67

Narrativa do Teko Porã na poesia de Brígido Bogado

The narrative of Teko Porã in the poetry of Brígido Bogado

Ligia Karina Martins de Andrade 83

APRESENTAÇÃO

Caros leitores, este número especial da Revista Emancipação é resultado de uma seleção de trabalhos submetidos e apresentados no II Seminário Internacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável ocorrido nos dias 07 a 09 de agosto de 2019 em Foz do Iguaçu/PR. O evento teve como tema central “Águas, alimentos, saberes, inclusão social e produtiva nos territórios rurais da América Latina” e foi uma realização do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGDRS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste *campus* de Marechal Cândido Rondon/PR junto a EMBRAPA PANTANAL e demais parceiros.

O objetivo do evento foi o de contribuir para o debate sobre os conceitos, as ações e estratégias de trabalho que envolve a pesquisa em desenvolvimento rural sustentável, através do contato entre pesquisadores nacionais e internacionais. Além disso, oportunizou uma aproximação e construção de parcerias entre universidades cujos grupos de pesquisa se dedicam ao tema em questão e aos pós-graduandos a oportunidade de conhecer e se vincular às pesquisas interdisciplinares sobre o desenvolvimento rural sustentável.

Para cumpri-lo, foram realizadas mesas temáticas que envolveram discussões sobre as perspectivas para o desenvolvimento sustentável, o Estado da arte nos programas de pós-graduação da América Latina, água, alimentos e soberania alimentar e políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável na América Latina. Os debates foram realizados por pesquisadores conceituados do Brasil e de diversos países latino-americanos, em especial, Argentina, Paraguai, Bolívia e México. Além disso, o evento contou com a apresentação de trabalhos na modalidade de painéis e também apresentações orais que foram divididas em 14 grupos de trabalhos (GTs) de acordo com cada temática. Ao todo, foram 214 trabalhos aceitos para a apresentação no evento os quais estão disponíveis na publicação de anais do II Seminário Internacional de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável disponível em www.portalppgdrs.com.

Para este volume especial da Revista Emancipação, em um trabalho pós-evento, doutorandos e docentes do PPGDRS responsáveis pela coordenação destes GTs realizaram uma análise ampla de todos os artigos e selecionaram 9, os quais continham maiores consistência, relevância, qualidade científica e ligação com o escopo da revista para comporem a presente edição. Os autores foram comunicados da indicação para a publicação e 7 deles retornaram em confirmação no interesse da publicação. Os artigos foram submetidos a Revista Emancipação, sendo revisados pelos autores, incorporando contribuições do debate do evento e dos avaliadores da Revista Emancipação, sendo finalmente adequados as normas deste periódico.

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS aproveita este espaço também para agradecer todos os patrocinadores e colaboradores do evento, em especial à Itaipu Binacional e a CAPES pelo apoio financeiro, e além disso agradece a Revista Emancipação pela parceria na publicação dos presentes artigos, assim como as demais revistas parceiras.

Espera-se com a publicação deste número especial que as pesquisas venham contribuir para o avanço do desenvolvimento rural com sustentabilidade e sirvam de referência para novas pesquisas e aplicação dentro das perspectivas do desenvolvimento propostas pelo PPGDRS e pela revista Emancipação.

Tenha uma boa leitura!

Vinícius Mattia

Eng. Agrônomo e Me. em Des. Rural Sustentável

Reflexões em chave histórica sobre a chamada ocupação espontânea de terras no nordeste da Província de Misiones, Argentina, no final do século xx¹

Reflections in historical key on the so-called spontaneous occupation of land in the northeast of the Province of Misiones, Argentina at the end of the 20th century

Luis Sebastian Ramirez*

Resumo: Este artigo apresenta um conjunto de antecedentes históricos através dos quais é possível refletir, entender e explicar o processo conflituoso de ocupação espontânea de terras particulares ocorridas no Nordeste da província de Misiones, Argentina, no final do século XX. A principal premissa que norteia a pesquisa afirma que os conflitos causados pela ocupação espontânea são produto da complexa rede de relações sociais que existia entre os projetos de criação de colônias no final do século XIX e as transformações da estrutura social e agrícola ocorridas durante o século XX. A referência empírica que apoia a pesquisa é composta por uma seleção de entrevistas realizadas com produtores rurais que ocupam terras em diferentes momentos da experiência de campo.

Palavras-chave: Disputas territoriais. Ocupação espontânea. Misiones.

Abstract: This article presents a set of historical antecedents through which it is possible to reflect, understand and explain the conflicting process of spontaneous occupation of private lands that occurred in the northeast of the province of Misiones, Argentina, at the end of the 20th century. The main premise that guides the research states that the conflicts caused by spontaneous occupation are the product of the complex network of social relations that existed between the projects for the creation of colonies in the late 19th century and the transformations in the social and agricultural

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no “II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL” em Foz do Iguaçu, entre 07 a 09 de agosto de 2019, sendo indicado pelo evento para compor este volume especial. O autor agradece ao professor Raquel Coletto (FHyCS-UNaM) e Telma de Jesus Reis (UniCEUB) por colaborarem na tradução deste texto.

¹ Becario Doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET); Licenciado en historia por la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones. Profesor da Universidad Nacional de Misiones. E-mail: lsr.sebastian@gmail.com.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

structure that occurred during the period. 20th century. The empirical reference that supports the research consists of a selection of interviews conducted with rural producers who occupy land at different times in the field experience.

Keywords: Territorial conflicts. Spontaneous occupation. Misiones.

Recebido em 19/11/2019. Aceito em 11/03/2020.

Introdução

No final de 1970, simultaneamente com a crise da indústria florestal e o abandono de terras pelas empresas florestais, um processo de ocupação da terra que se generalizou nos anos 90 começou a tomar forma no Nordeste da província de Misiones. Essa nova forma de assentamento conhecida como ocupação espontânea de terras privadas, diferentemente da colonização oficial, apresentava uma natureza não planejada e estava estrelando famílias de pequenos produtores que se estabeleceram na área. Após o investimento de capital estrangeiro em meados dos anos 90, o valor produtivo das fazendas abandonadas foi restaurado, o que desencadeou um complexo período de luta entre a população rural e os empresários florestais. Somente nessa época o Estado interveio no conflito, assumindo um papel de arbitragem entre as partes envolvidas. Enquanto os ocupantes exigiam a mediação do Estado para regularizar as parcelas que ocupavam com a produção de tabaco por mais de uma década, os proprietários das empresas florestais exigiam o retorno das terras que, em muitos casos, eram habitadas por ex-funcionários demitidos após o abandono deles.

A hipótese geral que norteia a investigação indica que os conflitos desencadeados pelo fenômeno da ocupação espontânea de terras privadas, no nordeste da província de Misiones, são o resultado de uma série de fenômenos históricos contraditórios que ocorreram entre 1920 - momento inicial de a fundação de colônias no norte - e 1995, quando transformações na estrutura social agrária, produzidas pelo desenvolvimento industrial florestal, aprofundaram as desigualdades socioeconômicas na região. Nesse contexto, a intervenção do Estado (nacional e provincial) beneficiou as empresas florestais por meio de diferentes mecanismos de compensação, garantindo-lhes o desempenho normal de suas capitais.

Para dar conta desses aspectos, primeiro será apresentada uma síntese histórica do assentamento de Misiones, que permitirá observar os fatores que causaram o esgotamento da fronteira agrícola e o processo de ocupação espontânea de terras privadas. Posteriormente, será realizada uma cronologia do conflito fundiário. Por fim, delinearemos uma série de reflexões que explicam nossa proposta analítica de abordar conflitos territoriais no Nordeste da província de Misiones.

Sobre a proposta metodológica

Com base em um estudo de caso, aplicando metodologias qualitativas de coleta de dados e sob uma perspectiva analítica que considera os conflitos como um conjunto de relações sociais

dialéticas inerentes a toda sociedade de classes, este artigo descreve e analisa o processo histórico de conflito social sobre a posse da terra no Nordeste da província de Misiones, Argentina.

Para integrar adequadamente a análise histórica ao desenvolvimento metodológico proposto, foi realizada uma comparação de dados entre bibliografia especializada, depoimentos orais e imprensa escrita. Em relação a este último, foi ponderada a abordagem teórico-metodológica a partir da qual os jornais são considerados fonte de informação científica nas ciências sociais, particularmente na pesquisa histórica, onde são usadas como fonte de informações adicionais que oferecem uma maneira de entender o contexto histórico de eventos passados (KRTALIC; HASENAY, 2012). Consequentemente, foram pesquisados dois jornais argentinos: *El Territorio*, um jornal matutino com abrangência provincial que realizou um acompanhamento sistemático do caso, e um jornal com abrangência nacional, que instalou o conflito fundiário em Misiones em nível nacional. Nos dois casos, a pesquisa foi realizada para o período entre 1995 e 2015.

Por sua vez, os depoimentos citados correspondem a uma seleção parcial de fontes orais obtidas em diferentes experiências de campo (setembro de 2015, novembro de 2017 e fevereiro de 2019) na área de Pozo Azul, departamento de San Pedro.

A decisão de trabalhar com fontes orais para realizar parte da reconstrução do período analisado está enquadrada na abordagem interdisciplinar proposta por Thompson (2004), que define a história oral como uma “encruzilhada entre história, antropologia, sociologia e análises literárias e culturais, arena onde uma interpretação da história, das sociedades e das culturas entra em cena através da escuta e do registro das memórias e experiências de seus protagonistas” (THOMPSON, 2004, p. 15). Assim, os depoimentos incluídos nesta redação representam um registro subjetivo da experiência do entrevistado, que combina uma percepção particular dos eventos com a transmissão de sua experiência².

Cabe esclarecer que a subjetividade é entendida aqui como “parte da materialidade da história” (POZZI, 2012, p. 62), trata-se de um construto social atravessado por vários processos contraditórios que, em última instância, originam e condicionam subjetividade. Por isso, diferentemente das abordagens derivadas do relativismo subjetivo, que, como menciona Galafassi (2006), colocam em segundo plano a luta, o conflito e a licitação entre forças antagônicas (GALAFASSI, 2006, p. 38), buscamos aqui “construir socialmente o significado do passado” (MILOS, 2005, p. 87) a partir da concepção marxista de que o fato histórico é o “resultado final que deriva dos conflitos entre muitas vontades individuais, cada uma das quais, por sua vez, é o que se deve ao efeito de uma infinidade de condições especiais de vida” (ENGELS, 1973, p. 379).

Assim, o objetivo de utilizar metodologias qualitativas foi investigar a existência social de um grupo heterogêneo de famílias rurais, a fim de reconstruir historicamente, através de interpretações, um processo que continua aberto. Logo, o uso da entrevista etnográfica, definida por Guber (2011) como “uma relação social através da qual as afirmações e verbalizações são obtidas em uma instância de observação e participação direta” (GUBER, 2011, p. 70), permitiu um tipo de abordagem que reduziu as formalidades entrevistado-entrevistador e gerou em todos os casos uma conversa descontraída no ambiente doméstico dos entrevistados. Por sua vez, possibilitou o dimensionamento do coletivo em relação ao indivíduo da experiência aberta pelo processo de luta pela terra.

² Para um maior desenvolvimento dessa abordagem, recomendamos a leitura de Gili (2010) intitulada “História oral e memória coletiva como ferramentas para registrar o passado”.

Resta mencionar que a amostra de depoimento é composta por seis entrevistas, realizadas com cinco produtores e um produtor rural. Em todos os casos, foram ocupantes de terras que participaram ativamente do processo de tomada de terras. A pedido expresso destes, suas identidades não são reveladas, pois, no momento deste trabalho, todos estão vinculados à instância de regularização de domínio da terra em que habitam. Quanto às transcrições das entrevistas, nos casos permitidos pela tradução para o português, elas foram realizadas de forma textual, pois considera-se que, dessa forma, parte do conhecimento material e socialmente adquirido dos protagonistas é respeitado.

Da colonização do território misionero à exaustão da fronteira agrícola

Colonização e ocupação do Território Nacional de Misiones

Em 1880, em meio ao conflito sobre a região misionera³, o Estado brasileiro decidiu instalar assentamentos militares no espaço emoldurado pelos rios Pepirí Guazú, San Antonio, Chapecó e Chopín. Em resposta, do lado misionero estabeleceram-se assentamentos em terras públicas, expandiu-se a fronteira agrícola e promoveu-se a imigração.

Cinco meses antes da federalização, o governo da província de Corrientes⁴ executou a venda de 2.101.936 hectares a “27 pessoas, entre as quais encontravam-se funcionários do Estado e oficiais do Exército” (BELASTEGUI, 2006, p. 29). Dessa forma, o governo nacional conseguiu a administração política e jurídica do Território, mas a propriedade da terra continuou em mãos particulares. Finalmente, em 22 de dezembro de 1881, foi criado o Território Nacional de Misiones⁵, com o objetivo de proteger a fronteira do país contra a situação de disputas fronteiriças.

Em 1882, o novo governador do Território, Rudecindo Roca, lançou uma política de promoção de terras para colonização, estabelecida pela Lei de Imigração e Colonização de Avellaneda, promulgada em outubro de 1876 e pela Lei de Venda de Terras e Divisão de Territórios Nacionais, nº 1.265 do ano em curso, promovendo assim a chegada de imigrantes europeus que tiveram acesso garantido à terra. Essas leis possibilitaram a implementação conjunta da imigração e colonização, entendida esta última como ocupação planejada em que o Estado administra a terra, localiza os colonos e fomenta as colônias nacionais (GALLERO; KRAUTSTOFL, 2010).

A imigração europeia - mas também a fronteira de fluxo populacional com o Paraguai e o Brasil - “contribuiu para a expansão da fronteira agrícola com a instalação de um modelo de distribuição de terras baseado em pequenas propriedades” (KOSTLIN, 2009, p. 5). No caso do Sul de Misiones, a chegada dos primeiros imigrantes de origem galiziana à antiga redução jesuíta de Apóstoles, em 1897, marcou o início da colonização oficial de terras públicas. Naquela época, 14 famílias (cerca de 68 pessoas) mudaram-se para Misiones como resultado dos esforços do

³ A disputa pela posse do setor de Missões Orientais entre a República Argentina e o Brasil foi resolvida através da sentença arbitral do presidente dos Estados Unidos, Stephen Cleveland, em 5 de fevereiro de 1895. A disputa começou em 1791 entre os comissários demarcadores da limites da Espanha e Portugal e continuou em 1881 entre os governos da Argentina e do Brasil. Por fim, a decisão sobre a Questão das Missões, como é conhecida pela historiografia brasileira, foi favorável aos interesses desse país.

⁴ Entre 1830 e 1865, o território misionero estava sob a administração da província de Corrientes e da República do Paraguai. Após a guerra da Tríplice Aliança (1870), todos os territórios da antiga província guaranítica permaneceram sob a jurisdição do governo Correntino.

⁵ “Entre 1881 e 1953, a atual Província de Misiones era Território Nacional, permanecendo sob controle e administração federal sob as disposições das Leis nº 1.149 de 22/12/81 e 1.532 de 16/10/84 Territórios Nacionais (ZOUVI, 2008, p. 1).

governador Juan José Lanusse perante as autoridades de imigração (ABINZANO, 1985). Uma vez nesses territórios, o Estado concedeu-lhes um mínimo de “25 ha e um máximo legal de 100 ha, de acordo com o tamanho do grupo familiar” (BARTOLOMÉ, 2007, p. 16) para se dedicar ao cultivo de erva mate, “maneira tradicional de estabelecer colonos e seu acesso à terra” (RODRÍGUEZ, 2015, p. 45).

No Norte, por outro lado, a expansão territorial realizada desde 1920, permitiu a intervenção do capital no ramo florestal na forma de colonização de terras privadas, impulsionada por empresas estrangeiras que extraíam recursos dos ervais naturais e desmatavam as terras para fazer uso da madeira (RAMIREZ, 2017). Essa tarefa exigia grandes desembolsos de dinheiro para a compra de terras e, posteriormente, para a imobilização do capital até a venda da matéria-prima.

Com a expansão da área plantada no final da década de 1930, quase todas as terras fiscais foram destinadas à extensão dos novos cultivos. Dessa forma, através da compra e administração de terras, empresários privados estruturaram projetos sem gerenciar a terra pública, conforme estabelecia a legislação oficial (GALLERO; KRAUTSTOFL, 2010), de modo que ambas as formas de colonização coexistiram aproximadamente até 1935.

A provincialização de Misiones: crise e esgotamento da fronteira agrícola

Em dezembro de 1953, o Presidente Juan Domingo Perón declarou - através da promulgação da Lei nº 14.294 do Poder Legislativo Nacional - a provincialização do até então Território Nacional de Missões. Do ponto de vista produtivo, isso significou a incorporação da população misionera à dinâmica nacional, que consolidou um setor responsável por “controlar os principais mecanismos de comercialização e industrialização agrícola” (SCHVÖRER, 2001, p. 8). Esse novo cenário favoreceu à indústria florestal que, em 1955, experimentou um crescimento significativo, tanto em relação à instalação de empresas madeireiras quanto à produção de celulose. Dessa forma, conseguiu-se integrar o setor primário ao setor industrial, investindo no desmatamento de grandes áreas de montanhas na região do Alto Paraná.

Em 1960, a pequena produção agrícola representava 67,5% do total de fazendas existentes na jovem província. No entanto, a sucessiva crise de superprodução de erva mate e sua subsequente regulamentação pelo Estado Nacional forçaram a incorporação de pequenos produtores ao complexo agroindustrial de tungue, chá e tabaco. Nas décadas seguintes, a extensão da atividade florestal, juntamente com o aumento da produtividade da soja e dos citros, causou o esgotamento da fronteira agrícola e a queda nos preços dos cultivos industriais tradicionais. Com isso, houve uma nova crise no setor que causou o despovoamento do Sul e Centro da província (SLUTZKY, 2014) e uma tendência à pauperização, proletarização e conseqüente desaparecimento dos produtores menos capitalizados do Norte, em 1980.

A remoção dos subsídios ao setor florestal, em 1985, levou à falência das empresas e ao subsequente abandono das terras dedicadas a essa atividade, o que deixou vago o espaço ocupado por produtores pauperizados da antiga colonização e ex-funcionários florestais. Esse fenômeno se desenvolveu espontaneamente como resultado de: a) avanço da florestação e concentração de terras nas mãos de capitais transnacionais; b) descapitalização progressiva dos setores agrícolas médios; c) esgotamento de terras fiscais no Sul e Centro da província e d) a crescente pauperização da pequena produção; que em geral foi incorporada à indústria do tabaco, alternando o cultivo de subsistência com a produção de tabaco loiro do tipo Burley.

Uma década depois, a reativação da silvicultura, produto de um novo investimento de capital estrangeiro, restaurou o valor produtivo de terras abandonadas e abriu um período de fortes tensões entre ex-proprietários das terras e famílias que haviam decidido se instalar nelas.

Os conflitos sobre a terra no Norte da província de Misiones

Primeiro momento: o abandono da terra

A área abandonada pelas empresas madeireiras em meados da década de 1980 foi de 65.000 ha. Após a falência, as propriedades foram ocupadas por ex-trabalhadores florestais a quem eram devidos salários e por fazendeiros provenientes da área meridional da província e em menor grau do Sul do Brasil. Atualmente, as famílias assentadas nessas terras se dedicam à criação de aves para consumo próprio e/ou cultivo de milho e tabaco do tipo Burley em pequena escala.

Empresas florestais

Durante o ano de 1936, no âmbito da colonização de terras particulares, a Intercontinental Compañía Maderera S.A.⁶ começou a trabalhar no Departamento Geral Manuel Belgrano (atualmente Puente Alto S.A.), uma propriedade do Grupo Dreyfus, Rostchild Bank que cobriu cerca de 35.156 ha. Dentro dessa propriedade, vários assentamentos podem ser distinguidos: Três Vecinos, Inter Cross, Inter Vieja, Piraí Miní, Picada 10, km 80 e União Desbastada. Em 1972, foi adquirida pelo San Miguel Cooperative Bank, que instalou uma serração e uma usina na área. No final de 1980 - no momento da declaração de falência - a propriedade já estava hipotecada pelo Banco Nacional, que em 1999 a colocou em leilão: “O ‘ex Inter’, que faliu na época, deixou 70 - 80 famílias sem-teto e falando em número de pessoas cerca de 7 ou 8 pessoas por família. As pessoas, no ano seguinte, começaram a passar fome, porque a empresa prometeu voltar e nunca mais voltou” (Op. Cit).

Em 1948, a empresa Colonizadora Misionera S.A. foi instalada no Departamento de San Pedro Imobiliário, Agrícola e Industrial. Dona de cerca de 29.000 hectares, sua principal atividade na área era a exploração de florestas nativas. Dentro dele estão os assentamentos do km 80 e km 90, El Progreso, Juanita, Piraí Guazú, Polvorín, Portón Viejo e Piraí Miní. Em 1980, ela contraiu dívidas fiscais que a levaram a vender parte de seus ativos aos administradores da Los Cencerros S.A. e Mondorí S.R.L.

Enquanto a atividade extrativa estava em expansão, ambas propriedades foram povoadas por famílias que tiveram algum membro afetado pela exploração da floresta. Principalmente pais e filhos, mas também mulheres com descendentes sob seus cuidados, que não possuíam terras produtivas e residiam em casas que as empresas construíam para seus funcionários. “Trabalhei na propriedade de García⁷, fazendo as tarefas domésticas, mas como não havia o que fazer, fui para a floresta, para limpar capoeiras ou recolher os troncos restantes. Eles me pagavam por dia, não era muito, mas eu tinha que levar a comida para os meus filhos e fiquei sozinha até me juntar ao meu atual marido” (Produtora Ocupante de La Colonizadora, Km 80, fevereiro de 2019).

⁶ Para expandir outras empresas instaladas na área, veja o registro de Schwörer (2001).

⁷ O entrevistado se refere ao empresário florestal Francisco Serafín García, que era o gerente e então presidente da empresa Colonizadora Misionera S.A. Imobiliário agrícola e industrial de fevereiro de 2009 até sua morte em fevereiro de 2011. Atualmente, seu lugar é ocupado por seu filho Francisco Luis García.

A dispensa da atividade florestal

A década de 1980 na Argentina foi marcada por uma forte crise social e econômica herdada da última ditadura militar (1976-1983). Apesar da implementação de novas políticas econômicas, o governo democrático de Raúl Alfonsín (1983-1989) não conseguiu amenizar a crise monetária. Nestas circunstâncias, por volta de 1985, os créditos tributários destinados ao reflorestamento estagnaram, o que precipitou a queda da rentabilidade do setor e gerou a falência da Colonizadora e do Intercontinental, que abandonaram as terras localizadas nos departamentos de Guarani, Belgrano e San Pedro, lugar onde se localiza o atual município de Pozo⁸ Azul, epicentro de conflitos por terras no Norte da província de Misiones.

A partir desse momento, os demitidos da atividade florestal e suas famílias se instalaram nas terras dedicadas à exploração madeireira - em alguns casos com permissão de seus proprietários - onde atualmente existe uma terceira geração que habita o local e reclamam essas terras. “A realidade é clara: sessenta por cento são famílias locais aqui. Filhos dos que vieram trabalhar com empresas. Filhos, netos, como no meu caso. Somos 5 irmãos, então, quando eu vim era uma família, hoje somos seis famílias” (Produtora Ocupante da Colonizadora km 90, setembro de 2015). Processos mais recentes mostram outra forma de ocupação ligada à produção de tabaco⁹. Famílias do sul e centro da província, em busca de terras agrícolas, ocupavam terras cujos proprietários não estavam assentados na área:

O Polvorín, km 90 e Santa Rosa, começou a povoar empresas de tabaco em 2004 ou 2005, aproximadamente. O espaço que ocupavam era a terra de Garcia, o dono [...] eles sempre respeitaram isso. Eles pegaram o que era o monte nativo. Por outro lado, as outras pessoas chegaram e entraram em ‘preparação’ na parte em que foram despejadas mais tarde. Não eram plantadores de tabaco, eram mais peões do que qualquer outra coisa, não tinham plantações fixas” (Produtor Ocupante do Intercontinental, Tres Vecinos, setembro de 2015).

Em todos os casos, a ocupação de terras particulares ocorreu quando as famílias estavam em uma situação que “colocava seus próprios meios de subsistência em risco” (KOSTLIN, 2009, p. 11). Isso explica em parte a espontaneidade e a falta de planejamento prévio com o qual eles foram desenvolvidos.

Segundo momento: desenvolvimento da ocupação espontânea

Com a implementação de políticas estaduais no Sul e no Centro da província, ou de empresas privadas, no Norte, o processo de ocupação do espaço misionario foi realizado a partir da expansão das propriedades agrícolas. Dessa forma, o negócio florestal, que impulsionou a colonização privada na área em estudo, também garantiu a força de trabalho necessária para a atividade extrativa.

⁸ No momento do início desta investigação (2013), Pozo Azul ainda era um local do Departamento de San Pedro. Em 12 de outubro de 2017, foi declarado como “Município 76” da província de Misiones.

⁹ Os ocupantes dedicados ao cultivo do tabaco são estritamente trabalhadores das cooperativas de tabaco, que fornecem todos os meios de produção necessários para esta tarefa sob a forma chamada agricultura por contrato, uma das muitas maneiras de evitar a formalização do trabalhador e, assim, evite pagar os custos que isso implica, incluindo a garantia de um salário mínimo. Desenvolva com mais detalhes essa noção em Ramirez (2015).

Ocupação espontânea e formação de um mercado informal de terras

A espontaneidade na hora de ocupar as terras abandonadas pela atividade florestal foi apresentada como uma característica deste novo estágio de colonização do território. Conseqüentemente, a ignorância das dimensões reais das parcelas ocupadas aparece como um elemento comum nas histórias. “Quando eles fizeram a medição, encontraram famílias que diziam ter 30 ha e que tinham 17 ha, porque não sabiam o que tinham. Você usou assim, sem saber o que usou” (Produtor Ocupante da Colonizadora, Tres Vecinos, setembro de 2015).

As situações relacionadas à terra ocorreram de várias formas, de uma família que considerava terrenos tributários a um lote de terra pelo absenteísmo de seus proprietários, a empreendedores florestais ou outros ocupantes que ofereciam como terras particulares ou O Tesouro. Isso levou a um mercado informal de terras na região, onde foram implementadas pelo menos duas formas de aquisição de terras: a) o brique: um exercício de troca sem intervenção do dinheiro como mercadoria equivalente, executado com base no binômio necessidade/benefício de cada parte no momento da condução dos negócios e b) compra de melhorias: aquisição de parcelas pelas quais as famílias pagaram um vendedor que as ofereceu como suas.

Em várias ocasiões durante a pesquisa de campo, os entrevistados apontaram que o último método era o mais utilizado para ocupar e valorizar a terra na área. Porém, para evitar cair na simplificação ao expor as estratégias de reprodução social realizadas por essa população, é oportuno considerar esses ditos em relação à noção de “legitimidade” que eles apresentam, uma vez que é comum assumir “mais legítimos” a aquisição de melhorias que a ocupação direta, pelo que sua resposta pode ser condicionada por essa concepção.

O movimento de piquetes e a luta por terras no Norte de Misiones

O congelamento de salários e a redução dos gastos públicos, juntamente com o processo hiper inflacionário do final dos anos 1980, forçaram o presidente Alfonsín a concordar com uma saída antecipada do governo. Em 8 de julho de 1989, Carlos Saúl Menem assumiu o cargo, que ocuparia esse lugar por dez anos.

Poucos meses após a inauguração de seu primeiro mandato (1989-1995), o Congresso Nacional promulgou a Lei da Convertibilidade - prorrogada até 2002 - que colocava a moeda nacional na reserva do Banco Central da Nação, que gerou uma relação de paridade cambial em que um peso argentino era equivalente a um dólar americano. Posteriormente, em março de 1991, foi aprovada a Lei de Reforma do Estado que autorizava a privatização da maioria das empresas estatais. Essas medidas alcançaram uma estabilidade econômica temporária, baseada no endividamento externo e nas entradas de capital estrangeiro, o que incentivou um segundo mandato presidencial de Menem (1995-1999).

Caracterizado por uma forte recessão econômica e altas taxas de desemprego, durante este último período, um grupo de organizações que nutria trabalhadores desempregados começou a proliferar em todo o país, um fenômeno de massa que se tornaria um fator determinante na política argentina: piquete. Embora sua primeira aparição tenha data do final de 1993 (durante o primeiro mandato de Menem), quando funcionários estatais da cidade de Santiago del Estero incendiaram a sede do governo em reivindicação de salários devidos, as imagens que percorreram o país expondo o chamado método piquetero, foram desenvolvidos entre 1995 e 1997 nas cidades de Cutral-Có e Plaza Huicul em Neuquén e Gral. Mosconi e Tartagal em Salta, localizadas

em regiões cuja economia dependia essencialmente das bacias de gás e petróleo privatizadas pelo Estado Nacional.

Entre 1993 e 1997, o capital estrangeiro destinou cerca de US \$ 1 bilhão para reativar a indústria florestal em Misiones, enquanto entre 1997 e 2002 a Alto Paraná S.A. investiu cerca de 288 milhões de dólares no agronegócio. Essa injeção maciça de capital, restaurou o valor produtivo das terras abandonadas e abriu um período de conflitos entre as empresas - que buscavam recuperar suas terras - e a população ocupante - que enfrentava as constantes ameaças de despejo - começaram a estabelecer vínculos com diferentes ONGs que eles tinham “o conhecimento necessário para formular demandas e dar uma possível solução para o conflito” (OTERO, 2008, p. 75).

A novidade é que, neste local remoto do país, com famílias rurais, com o objetivo de defender seus meios de subsistência, a terra, assumiram o desafio de montar suas próprias organizações e desenvolver uma ferramenta política que caracterizasse suas famílias, atuar: “o piquete, para a luta, e a assembleia, para a tomada de decisão” (D’ATRI; ESCATI, 2008, p. 3). Sob essa premissa, surgem duas experiências coletivas que tiveram uma influência importante na organização coletiva da população ocupante: a Pastoral Social e a Comissão Central de Terras de Pozo Azul.

Pastoral Social: uma ferramenta da Igreja Católica para produtores

Pastoral Social, era um espaço ligado à Igreja Católica através da Diocese de Iguazú, pelo bispo Joaquín Piña. “Eles colocavam avisos no rádio ou vinham às fazendas convidando para reuniões que aconteciam em uma igreja em Pozo Azul e dali conversávamos sobre o que fazer” (Produtor Ocupante de La Intercontinental, Inter Vieja, fevereiro de 2019). A relação entre os ocupantes e a Pastoral Social prosperou e, com ela, cresceu a imagem do Bispo Piña, que “empurrou os ocupantes com o argumento de que a terra é sagrada, que Deus a deu a eles e que deve ser compartilhada” (Serafín García, então gerente da Colonizadora AS, Diário Página 12, fevereiro de 2003).

Em outubro de 1997, o Primeiro Encontro da Terra foi organizado pelo Ministério Social do Norte. Enquanto, em 2000, foi realizado o Jubileu da Terra:

A terra pertence a quem trabalha, foi um debate muito importante. Todas as organizações e pessoas com problemas sociais se reuniram. Tivemos um dia inteiro em San Pedro, foram montados grupos de trabalho e, a partir desse Jubileu da Terra, foram organizados os Fóruns da Terra, que também geraram uma Tabela Provincial de Terras com parceiros nas rotas 17, 12, 20 e 14 (Produtor ocupante da Colonizadora, km 90, novembro de 2017).

Politicamente, os Fóruns trabalharam com a participação ativa de pequenos produtores e outras organizações sociais. Esses espaços forneceram as primeiras ferramentas organizacionais aos ocupantes que, depois de discutirem e trabalharem coletivamente, tomaram as decisões necessárias para tornar visíveis seus problemas e gerenciar as demandas mais sentidas dos vizinhos frente às autoridades estaduais provinciais (Diário Página 12, dezembro de 2007).

Comissão Central da Terra: Uma ferramenta de produção para produtores

Embora a promoção desses espaços por uma figura pública como o bispo Piña e seu pedido de ação direta pela tomada de terras tenham colocado o conflito na agenda da mídia, a falta

de resposta do Estado às solicitações dos ocupantes formais e o constante cerco de empresas para despejo de terras começaram a desgastar o relacionamento entre alguns produtores e a Pastoral Social.

Durante o ano de 2000, enquanto o movimento “piquetero” crescia em todo o país, os ocupantes da cidade de Pozo Azul, em busca de um maior nível de autonomia, decidiram construir uma organização independente da ordem eclesiástica. Foi então que fundaram a Comissão Central da Terra (doravante CCT), adotaram as assembleias como um espaço deliberativo, o corpo de delegados como uma forma de representação e os bloqueios de estradas como uma alternativa de ação direta. “Eu dormi na estrada, era um trabalho para mim. Eu não desistia de trabalhar em casa se de repente você não tivesse a segurança de que eu era dono da terra. Eu ia trabalhar na rodovia, no piquete” (Produtor Ocupante de La Intercontinental, Inter Vieja, fevereiro de 2019).

Até 2002, o CCT trabalhava com delegados. Posteriormente, eles votaram na assembleia a criação de uma ONG que obteve status legal em 2004. “Nós não a obtivemos antes porque o Estado não nos concedeu, porque naquela época estávamos com um conflito muito amplo sobre a questão fundiária. Mas tínhamos a Comissão Central de Terras de Pozo Azul que cobria toda a área” (Produtor Ocupante da Colonizadora, Km 90, setembro de 2015). Como estratégia para dissipar o conflito, o Estado encontrou na legalidade a possibilidade de dismantelar a organização sindical dos ocupantes, solicitando que certificassem sua situação como ONG se pretendiam ser reconhecidos pelas autoridades:

Quando criamos o status legal, criamos todos os documentos, estatutos e tudo o que enviamos em nome da organização. Da personalidade jurídica, eles rejeitaram o nome porque dizia ‘Comissão Central de Terras de Pozo Azul’ e disseram que era a comissão que centralizaria todas as terras. Como se eu tivesse poder sobre essas terras e não sobre os produtores. Nem pensamos nessa situação, falamos de ‘central’, pois era o eixo central da luta pela terra (Produtor Ocupante da Colonizadora, Km 90, setembro de 2015).

O método claro de tomada de decisões implementado pela CCT tem sido a pedra angular que os ocupantes organizaram para aproximá-la do chão. As seções sucessivas da estrada e as manifestações realizadas na área receberam o apoio de organizações sociais em toda a província, de modo que o Estado, apesar de seus esforços para expandir o processo, foi forçado em 2004 a promulgar o Plano de Enraizamento e Colonização, uma lei que definitivamente dava posse de terras às famílias ocupantes.

As reivindicações alcançadas na tentativa de ocultar as discrepâncias dentro da CCT e a influência da Pastoral Social continuam a separar as águas entre seus principais líderes. No entanto, a reivindicação de um setor para vincular a organização a instituições financiadas pelo Estado (com o objetivo de dismantelar organizações de produtores por meio da cooptação de seus membros) venderia definitivamente a repartição da CCT em 2005.

O Subsecretário da Agricultura Familiar da Nação tentou novamente criar um fórum para entender os problemas sociais, mas, neste caso, criado pelos estados, liderados por políticos provinciais e nacionais, e então onde estava o centro da interrupção do Fórum da Terra? dividida em organizações (Produtor Ocupante do Colonizador, km 90, novembro de 2017).

Desde então, uma fração do TMC, continuidade ligada à igreja católica e a outras organizações estatais. Eles também formaram a sigla CCT-A (Autônoma), atualmente usada para designar a

Associação Civil de Comunidades Camponesas para o Trabalho Agrícola. Por outro lado, em 2006, a renúncia do Bispo Piña à Diocese de Iguazú, a atividade da Pastoral Social foi ameaçada por um manto de ideias, culminando na acusação de Marcelo Martorell a Piña e seus colaboradores sendo acusados de utilizar uma grande parte dos fundos da Igreja para financiar campanhas políticas.

O Plano de Enraizamento e Colonização¹⁰

Graças à luta incansável que as famílias ocupantes realizaram, em 2000, eles conseguiram reduzir o período mínimo de ocupação estabelecido pela Lei Provincial nº 36 (antiga Lei nº 3.141) de 16 anos para 60 meses¹¹. Durante os anos de 2001 e 2004, as medidas de força continuaram com um nível crescente de convocação. Consequentemente, os ocupantes alcançaram as primeiras realizações parciais: a) titulação de pequenas porções de terra, b) realocação de famílias não contempladas na Lei e c) entrega de permissões de ocupação e concessão de permissões para medidas. No entanto, as partes não chegaram a um acordo sobre o custo e a quantidade de área que as empresas venderiam ao Estado.

Em 18 de novembro de 2004¹², antes de um estado de crescente agitação, a versão final da Lei nº 4.093 ou Plano de Enraizamento e Colonização foi promulgada na Câmara dos Deputados da cidade de Posadas onde, além da compra de 75.000 hectares, declarados de utilidade pública, pertencentes às empresas Intercontinental Compañía Maderera S.A., CATO SRL (Agroflorestal) e Colonizadora Misionera S.A., o Estado assumiu o compromisso de conceder empréstimos para habitação, produção e treinamento técnico aos ocupantes com o objetivo de permitir o acesso à terra. Apesar da promulgação da lei, o Estado e as empresas indicaram continuar sem chegar a um acordo em relação ao custo de venda das terras.

Em dezembro de 2006, depois de um acampamento de produtores de Pozo Azul em frente à Casa do Governo, em reivindicação da execução do Plano, seu pedido foi prorrogado por um ano. Isso despertou um forte descontentamento entre os ocupantes que retornaram às suas fazendas e iniciaram um novo processo de organização. Durante 2007, os conflitos aumentaram. Em janeiro daquele ano, 41 famílias - um total de 180 pessoas - da cidade de El Soberbio, foram intimidadas a desocupar suas casas, chegando a um acordo somente após a intervenção do Tribunal de Paz na região. Por outro lado, em abril, cerca de cem ocupantes nucleados no CCT-A da região de Mondorí e Progreso, localizado a 8 km de Pozo Azul, fecharam a rodovia novamente porque foram excluídos dos limites propostos pelo Plano de Enraizamento e Colonização. De acordo com entrevistas realizadas em uma das viagens de campo, essa situação foi resultado de instrumentação deficiente do Censo de Ocupantes e erros na medição do local, pois haviam famílias que não estavam cadastradas, portanto, estavam fora de alcance da lei enquanto, em outros casos, os proprietários se recusavam a vender a terra.

Durante o mês de setembro, houve novos bloqueios de estradas em defesa do desmatamento da colina nativa em Cencerro S.A., de propriedade de Jorge Ottonelo, na qual também operava uma serraria responsável pelos cortes e refinamentos da madeira extraída. Nessas terras, foram

¹⁰ La denominación en español es: Ley Nº 4.093 o Plan de Arraigo y Colonización.

¹¹ Esta lei visava limitar a participação do Estado provincial no processo de regularização e controle da terra.

¹² Neste ano, a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNaM realizou o primeiro Censo de Ocupantes de Terras Privadas - o único levantamento quantitativo existente sobre a população estudada - no qual foram desenvolvidos todos os planos necessários para estimar o número de unidades domésticas, lotes e habitantes, bem como um trabalho para determinar as áreas de terra ocupada.

assentadas 60 famílias solicitando a inclusão de suas propriedades no pedido de compra do Plano. Durante o ano de 2008, em meio ao descontentamento da população ocupante, o Estado provincial iniciou o trabalho de medições em alguns lotes já adquiridos e as primeiras autorizações de residência foram entregues na cidade de San Vicente.

Por outro lado, em novembro de 2010, foi realizada uma reunião com mais de 100 referentes de diferentes organizações de ocupantes com o Subsecretário de Terras da província. Ao pedido de extensão do território afetado pelo Plano de Arraigo e Colonização, a denúncia foi adicionada por falta de energia elétrica na zona. Os produtores insistiram na necessidade de comprovação de ocupação que lhes permitisse acessar programas e serviços produtivos, como a conexão elétrica, uma vez que a falta de titulação era o principal obstáculo à obtenção do serviço. Na ocasião, o então subsecretário de Terras, Jaime Ledesma, disse que, no âmbito dos esforços que estavam enviando, encaminharam relatórios sobre as famílias ocupadas aos Ministérios da Agricultura e Ecologia para agilizar sua entrada nos planos correspondentes, assumindo o compromisso de consultar o presidente da Electricidad de Misiones S.A. (EMSA), para instalar as linhas de energia necessárias.

Em março de 2011, o mesmo Subsecretário de Terra, reuniu-se novamente com mais de 130 produtores em San Pedro e arredores, pelo mesmo inconveniente. Quase um ano depois, em 7 de fevereiro de 2012, o jornal El Territorio intitulou: “Os colonos de Pozo Azul se mobilizarão na reivindicação de eletrificação rural”, o que evidenciou que o problema persistia apesar das promessas do Estado. A regularização dessas terras, juntamente com a entrega dos títulos, ocorreu somente em março de 2012, altura em que a quantidade de 22.000 hectares de terras fiscais rurais estava pronta para ser entregue ao Estado. Esse número representa pouco menos de um terço dos 75.000 hectares que foram declarados de utilidade pública pela Lei de Enraizamento e Colonização.

Além da diferença significativa na área a ser adquirida, é possível que o acordo entre o Estado e as empresas florestais pelo preço de compra da mesma tenha sido mais conveniente para empreendedores do que para produtores, assim como para primeiro, ter terras sem ser explorado não significa um negócio lucrativo; enquanto, para as famílias ocupantes, o compromisso de pagamento de suas terras gerou uma dívida que em muitos casos eles não puderam assumir:

Depois que a medição chegou aqui, muitas pessoas saíram, não podiam pagar. Você diz que ‘dez anos não é muito’, mas você precisa ter quando a votação chegar. Eles partiram, mas também ganharam dinheiro, venderam pequenas terras por U\$ 150.000 ou trocaram por carros. Não sei se é prata para eles ou eles estavam com medo ou não podiam pagar..., capazes, não podiam pagar (Produtor Intercontinental de Ocupantes, Inter Cross, fevereiro de 2019).

Terceiro momento: repressão e tentativa de desarticulação de experiências organizacionais

Despejos

Durante os anos em que a ocupação durou, o Estado se limitou à contenção do conflito gerado principalmente pelos constantes ataques dos empresários florestais aos ocupantes, com o objetivo de dismantlar qualquer experiência organizacional dessa população que tende a

fazer cumprir a Lei de enraizamento e colonização. No entanto, a exploração da floresta nativa e o processo de ocupação espontânea da terra continuaram.

Em fevereiro de 2013, mais uma vez as famílias dos locais de Mondorí e Puente Alto, localizadas no Departamento de San Pedro, receberam uma ordem de despejo da Secretaria do Tribunal de Instrução Nº 3 de San Vicente.

Hoje retornam os mesmos zangões que na época usavam as pessoas como escravos e querem despejar para dominar coisas que não são mais deles [...] quando não havia mais madeira nativa deixada ao povo e aí vem a ocupação, porque a ocupação as pessoas não precisam comer, não têm para onde ir, têm que trabalhar a terra, têm que produzir, têm que comer dali, e aí as fazendas foram montadas (Produtor ocupando a Colonizadora, km 90, setembro de 2015).

Os lotes sujeitos a despejo eram de propriedade da empresa Colonizadora Misionera S.A. A superfície deles acrescentou um total de 28.882 ha. Lá, desde 2011, 26 famílias ocupavam 8.882 ha que não estavam no pedido de compra do Estado. Naquela ocasião, o Subsecretário de Terras da província explicou que a empresa possuía 30.000 ha. Na área de Pozo Azul, dos quais, através da aplicação da Lei de Colonização e Arraigo, o governo expropriou 19.000 ha, mas que o conflito eclodiu porque os ocupantes reivindicaram 800 ha dos 11.000 ha restantes que não estão sujeitos ao processo de compra (El Territorio 28/02/2013).

O despejo ocorreu em 8 de abril de 2013, no meio de uma mesa de diálogo entre os representantes dos ocupantes e o Estado, onde os produtores reivindicaram regularizar as terras que habitavam por mais de 10 anos. Após as expulsões, os ocupantes não receberam respostas do Estado, e novamente se voltaram para fortalecer a luta na rodovia.

A partir das expulsões, ninguém queria assumir o controle. Não houve oficiais! Mas o diretor de diálogo havia participado, o diretor de terras, Felipe Domínguez, do MAM, o prefeito de San Pedro e o ministro de Direitos Humanos, que saíram dizendo que desconheciam o assunto. Depois não havia outra opção, voltamos à rodovia! (Produtor ocupando a Colonizadora, km 90, novembro de 2017).

Como resultado dos bloqueios, um mês depois, foi assinado um acordo em que o Estado da província prometeu adquirir dois lotes de 1.000 ha para as famílias afetadas. Da mesma forma, foi acordado que, a partir de então, nenhum despejo adicional seria realizado, o assédio judicial cessaria e o não processamento imediato de todos os detidos continuaria. No entanto, entre abril e agosto, a rodovia continuou sendo bloqueada por longas horas, por dia, devido à violação pelo Estado do compromisso assumido. Em julho de 2013, novos acordos de cooperação foram estabelecidos para a aquisição de 378 hectares de terra na área de Puerto Argentino, enquanto em setembro do mesmo ano foi alcançado um acordo para regularizar a localização de 70 famílias que ocupavam cerca de 1.400 ha em Colonia Victoria, ambas propriedades da empresa Riceri S.A., também localizada no município de San Pedro.

Os detalhes da descrição expõem totalmente a disposição à luta da população ocupante. Motivados pela necessidade de preservar seus meios de subsistência, defenderam os interesses do coletivo até as últimas consequências, que também eram deles. Eles aumentaram sua consciência com base na experiência, no que viveram e sentiram por mais de uma década de assédio e abuso; de serem espancados e despejados de suas fazendas pela força e, no entanto, não

desembaraçaram o caminho até que a aplicação da Lei fosse alcançada e, com ela, a tão desejada propriedade da terra.

Considerações finais

A tarefa de historiar a ocupação de Misiones, desde a colonização até o esgotamento da fronteira agrícola, permite, por um lado, observar quais foram os fatores que desencadearam os conflitos por terra e, por outro, o lugar ocupado pelo Estado em dito processo. Desta forma, é evidente que a incorporação de capitais transnacionais para o desenvolvimento florestal, no início do século XX, impulsionou a ocupação do Nordeste da província. Da mesma forma, pudemos ver como o capital florestal, com o objetivo de garantir as melhores condições para sua expansão, acumulava meios de produção - neste caso a terra - e recrutava a força de trabalho necessária para realizar as tarefas exigidas por essa atividade. A essa situação se somam a sucessiva crise da erva-mate e a ampliação dos complexos do agronegócio, que acabam com as aspirações de camadas inteiras da população rural dedicada às culturas tradicionais, forçando-as a buscar melhores condições para sua reprodução.

Em meados da década de 1980, a economia nacional se viu em meio a uma crise que causou severa estagnação na produção florestal. Nesse contexto, as empresas abandonaram suas propriedades no nordeste da província de Misiones. Nessas circunstâncias, e nessas fazendas, a ocupação de terras particulares começou a tomar forma, de modo que seu desenvolvimento expressa plenamente o empobrecimento de pequenos e médios produtores que perdem progressivamente sua capacidade de se reproduzir, seja por descapitalização - no caso dos setores agrícolas médios - ou devido a um processo sustentado de pauperização, como foi o caso da pequena produção de fundição.

Quanto ao comportamento do Estado em relação à silvicultura, desde a colonização de terras privadas (1920), suas ações tenderam a favorecer o desenvolvimento industrial florestal, na época com a entrega de terras que posteriormente seriam dedicadas à exploração madeireira. Por outro lado, ao longo do século XX, por meio de subsídios a essa atividade, com o objetivo de garantir um maior nível de produtividade no ramo. No entanto, o ponto de virada para o caso em questão foi o desembolso milionário de capital estrangeiro que reativou o setor florestal entre 1993 e 1997. Portanto, os empreendedores começaram a reivindicar a propriedade das terras que haviam abandonado durante a década anterior. Perante esta situação, e antes da organização da população ocupante em defesa das terras, o Estado voltou a intervir no conflito como mediador, desta vez partindo da sanção da Lei 4.093 ou Plano de Enraizamento e Colonização que veio a salvaguardar os interesses do capital florestal.

Embora reconheça que o processo de luta desenvolvido pelos ocupantes foi a pedra angular na qual foram montadas todas as reivindicações, principalmente a sanção da Lei de Enraizamento, a intervenção do aparato estatal no resultado do conflito não deve ser minimizada, porque sua natureza como estado capitalista o posicionou acima dos interesses das partes envolvidas, a fim de atenuar as situações de conflito. Nesse sentido, embora Lei de Arraigo atendesse à demanda central pela qual os ocupantes lutavam, a propriedade da terra também tinha a característica de ter sido o instrumento legal com o qual a ordem era garantida e, com ela, a proteção dos os interesses do capital florestal em relação à organização da população ocupante.

A sanção da Lei de Enraizamento favoreceu aos empresários, na medida em que receberam uma quantia significativa em dinheiro pela venda de lotes declarados de utilidade pública pela

referida Lei. Vale ressaltar que é apenas metade da área fornecida pela lei, que também continuou a ser explorada durante os dez anos necessários para a sua implementação. Segue-se, então, que são terras de baixa fertilidade e, conseqüentemente, sem muita rentabilidade para as empresas florestais. O “equitativo”, em termos de distribuição de recursos, teria sido a transição de uma propriedade individual para uma coletiva. No entanto, o que aconteceu foi o aprofundamento de um processo de mercantilização das terras que vinha se desenvolvendo desde o início do século XX, quando o Estado vendeu grandes extensões de terras para empresas florestais, o mesmo que em 2015 foi vendido novamente por um valor mais alto. Por fim, o Estado os vende para as famílias ocupantes no âmbito do processo de regularização fundiária.

Em geral, os conflitos por terra são o resultado das principais contradições do modo de produção especificamente capitalista que, por mais de meio século, levou ao avanço da indústria florestal, em detrimento das condições de vida e de trabalho de milhares de produtores rurais e suas famílias. Nesse contexto, a única possibilidade de superar essa situação está sujeita à supressão das relações sociais que lhe dão sentido. No entanto, devido ao grau de complexidade que assumiu, à quantidade de população envolvida e ao nível de organização que alcançou a luta por terras dirigidas pelos ocupantes, considera-se que este representa o ponto mais alto do desenvolvimento da luta de classes dos últimos trinta anos na província de Misiones.

Esta conclusão decorre da perspectiva que foi decidida implementar nesta análise, com a qual foi possível fazer uma descrição dos aspectos particulares do problema estudado com base na observação de todo o processo. Dessa forma, a disposição para a luta da população ocupada, que, motivada pela necessidade de conservar seus meios de subsistência, defendia os interesses do coletivo até as últimas conseqüências. Por outro lado, a vontade dos empresários florestais, que - como qualquer outro capitalista individual - encontrou no sistema social os argumentos econômicos e políticos para sujeitar as piores condições de exploração e vida a camadas inteiras da classe trabalhadora rural. Nesse caso, a fim de garantir sua existência à custa de aumentar a concentração e a exploração da terra.

Referências

ABÍNZANO, R. **Procesos de Integración en una sociedad multiétnica**: la provincia argentina de Misiones. 1985. Tesis (Doctorado en Antropología y Etnología) - Universidad de Sevilla, Sevilla, 1985.

BARTOLOMÉ, L. **Los colonos de Apóstoles**: estrategias adaptativas y etnicidad en una colonia eslava en Misiones. Posadas: EdUNaM, 2007.

BELASTEGUI, H. **Los colonos de Misiones**. Posadas: EdUNaM, 2006.

D’ATRI, A.; ESCATI, C. **Movimiento piquetero/a en Argentina**, Toronto: AWID, 2008. Disponible en: <<https://bit.ly/2IPFQHh>>. Consultado el: 15 mar. 2019.

ENGELS, F. **Carta a Bloch**, Correspondencia. Editorial Cartago, 1973.

GALAFASSI, G. Cuando el árbol no deja ver el bosque: neofuncionalismo y posmodernidad en los estudios sobre movimientos sociales. **Revista Theomai**, Buenos Aires, n. 14, p. 37-58, 2006.

GALLERO, C.; KRAUTSTOFL, E. Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881-1970). **Revista Avá**, Posadas, n. 16, p. 245-264, dez. 2010.

GILI, M. La historia oral y la memoria colectiva como herramientas para el registro del pasado. **Revista Tefros**, Córdoba, v. 8, p. 1-7, dez. 2010.

GUBER, R. **La etnografía: método, campo y reflexividad**. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2011.

KOSTLIN, L. Ocupaciones de tierras privadas y conflicto en el nordeste: La conformación de un ciclo inicial de lucha por la tierra en Misiones. In: MANZANAL, M.; VILLAREAL, F. (Org.) **El desarrollo y sus lógicas en disputa**. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2009. p. 47-70.

KRTALIC, M.; HASENAY, D. **Los periódicos como una fuente de información científica en las ciencias sociales y las humanidades**: un caso de estudio de la Facultad de Filosofía, Universidad de Osijek, Croacia. Session 119, Helsinki: IFLA, 2012. Disponible en: <<https://www.ifla.org/past-wlic/2012/119-krtalic-es.pdf>>. Consultado el: 5 dic. 2019.

MILOS, P. Memoria e historia en el Chile de hoy. In: PALMA, G. (ed.) **Memoria e Historia**: Seminario Internacional en homenaje a Myrna Mark. Guatemala: AVANCSO, 2005. p. 79-112.

OTERO, N. De la chacra al corte. Los dirigentes de Unión Campesina y la lucha por la tierra en el nordeste de Misiones. In: SCHIAVONI, G. (ed.) **Campesinos y agricultores familiares**: la cuestión agraria en Misiones a fines del siglo XX. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2008. p. 71-98.

POZZI, P. Esencia y práctica de la historia oral. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, Brasil, v. 4, n. 1, p. 61-70, jan./jun. 2012.

RAMÍREZ, D. Un abordaje histórico de la actividad forestal en Misiones: del frente extractivo al agronegocio forestal. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia-Chaco, n. 30, p. 31-49, 2017.

RAMIREZ, S. Trabajo que se hace humo: sobre la condición social de los ocupantes tabacaleros en el nordeste de Misiones. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA. FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES, 11., 2015, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2015. Disponible en: <<https://www.aacademica.org/000-061/824>>. Consultado el: 10 mar. 2019.

RODRÍGUEZ, L. Estado y producción: la actividad yerbatera en el territorio nacional de Misiones (1926-1953). **Revista Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia-Chaco, n. 23, p. 43-64, jul. 2015.

SCHVÖRER, E. Materiales para el estudio del campo de la tierra en Misiones: la ocupación de tierras privadas. **Revista Estudios Regionales**, Posadas-Misiones, ano. 10, n. 20, dez. 2001.

SLUTZKY, D. **Estructura social agraria y agroindustria del Nordeste de la Argentina**: desde la incorporación a la economía nacional al actual subdesarrollo concentrador y excluyente. Posadas: EdUNaM, 2014.

THOMPSON, P. Historia oral y contemporaneidad. In: ANUARIO N° 20. **Historia, memoria y pasado reciente**. Rosario: HOMOSAPIENS ediciones, 2004. p. 15-34.

ZOUVI, S. La federalización de Misiones. In: LUORNO, G.; CRESPO, E. (coord.) **Nuevos Espacios. Nuevos problemas. Los territorios nacionales**. Neuquén: Educo-Cehepoc Editores, 2008. p. 1-24.

Fontes consultadas

Diario Misiones On Line, Posadas-Misiones - 18/10/2014

Diario El Territorio, Posadas-Misiones - 13/06/2014

Diario El Territorio, Posadas-Misiones - 9/04/2013

Diario El Territorio, Posadas-Misiones - 28/02/ 2013

Diario Página 12, Buenos Aires - 20/12/2007

Diario Página 12, Buenos Aires - 03/02/2003

Diario La Nación, Buenos Aires - 29/09/2002

El surgimiento del cooperativismo en el Perú: la Convención- Cusco¹

The emergence of cooperativism in Peru: the Convention- Cusco

Roxana Borda Mamani^{*}

Dirceu Basso^{**}

Resumen: Las actuales cooperativas y asociaciones que aún persisten en La Convención cuentan con intensas luchas protagonizadas por los campesinos de la época, durante la década de 1940 a 1960, con el objetivo de mantenerse activos. Históricamente, el cooperativismo surge en Europa, en Gales a fines del siglo XVIII. Sin embargo, en el continente suramericano, caso peruano, la primera cooperativa cafetalera surge en la provincia de La Convención, ubicada en el departamento del Cusco. La cooperativa cafetalera emergió a partir del primer sindicato, organizado por campesinos a consecuencia de la violencia, la opresión, los precios injustos de los productos, del abuso y la esclavitud por parte de los hacendados. El objetivo del presente trabajo es analizar el proceso del surgimiento y creación de las cooperativas en el Perú, específicamente en la región del Cusco, debido a que la primera cooperativa histórica surge en esa región, que fue impulsada por los campesinos. La metodología adoptada será basada en la revisión bibliográfica.

Palabras claves: Cooperativismo. Campesinos. Luchas Sociales.

Abstract: The current cooperatives and associations that still persist in The Convention, has intense struggles carried out by the peasants of the time, during the decade of 1940 to 1960, with the objective of staying active. Historically, cooperativism emerged in Europe, in Wales at the end of the 18th century. However, in the South American continent, the Peruvian case, the first coffee cooperative, arises in the province of La Convención, located in the department of Cusco. The coffee cooperative, emerged from the first

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no “II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL” em Foz do Iguaçu, entre 07 a 09 de agosto de 2019, sendo indicado pelo evento para compor este volume especial.

^{*} Estudante do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: rborbamamani@gmail.com.

^{**} Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestre em Desenvolvimento Rural pela UFRGS; Especialista em Planejamento Municipal e Qualidade Ambiental pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Médico Veterinário pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Professor da Universidade Federal da Integração Latina-Americana (UNILA); E-mail: dirceu.basso@unila.edu.br.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

union, organized by farmers, as a result of violence, oppression, unfair prices to products, abuse and slavery by the landowners. The objective of this work, seeks to analyze the process of the emergence and creation of cooperatives in Peru, specifically in the region of Cusco, because the first historical cooperative emerged in this region, which was driven by farmers. The methodology adopted will be based on the bibliographic review.

Keywords: Cooperativism. Peasants. Social Struggles.

Recebido em 28/11/2019. Aceito em: 10/03/2020.

Introducción

El presente artículo tiene como objetivo contribuir con las reflexiones acerca de las experiencias cooperativistas desarrolladas en Perú por los agricultores familiares campesinos. Para eso, el estudio busca identificar cuales factores que explican la emergencia del cooperativismo en el país, con énfasis en las actividades asociadas al cultivo de café. El proyecto realizado se justifica a causa de los procesos de desarrollo rural visto que el cooperativismo tiene importante contribución en la mejoría de las condiciones de vida de las personas y consecuentemente de las familias.

El café fue y aún es uno de los principales productos agrícolas del Perú. La producción es principalmente realizada por agricultores familiares, organizados en asociaciones y cooperativas. Esas organizaciones contribuyen para diversas etapas de la cadena productiva, desde las actividades de reunir la producción hasta aquellas vinculadas a la comercialización en el exterior.

Dentro del contexto peruano, la historia sobre el surgimiento de las cooperativas en la región, inició con la presencia del sindicato de trabajadores de la hacienda de Maranura (BARRIGA, 2009). Según Mladenatz (2003, p. 62), “el origen de la cooperación está en el propio origen de la humanidad, en su modo de ser, vivir y actuar de acuerdo con las necesidades vitales”. La interacción que existe entre las cooperativas y áreas rurales, urbanas permite el aprovechamiento de los recursos autóctonos; por ello, es posible afirmar que el cooperativismo constituye una vía de desarrollo local, porque el cooperativismo agrícola refuerza la idea de que la agricultura es el principal hecho de desarrollo rural. Se entiende por cooperativa aquella organización que nace por la iniciativa de los interesados que tienen objetivos en común, buscando el desarrollo; esa asociación representa una economía colectiva.

De acuerdo con Salas (2014, p. 22) los pequeños productores “[...] son en su gran mayoría campesinos que no tienen suficiente conocimiento de las instituciones formales. Esto infiere la importancia que se da a los acuerdos verbales [...]”. Remy Simatovic (2007), citado por Salas (2014, p. 22), sostiene que conservan el legado que heredaron de sus ancestros de la cultura Inca. En ese sentido adquirieron la idea de la acción colectiva manteniendo un sistema de trabajo de reciprocidad familiar, en el cual los miembros de la comunidad ayudan a otros en sus tareas particulares. A esa idea se denominó en el Imperio como *Ayni*.

El cual se basa en la reciprocidad o mutualismo entre los campesinos. Es una práctica social al igual que la *minka*, que consiste en ayuda mutua, colectiva, comunitaria y, en algunos casos

voluntarios, más exige la reciprocidad y compromiso por medio, por ejemplo, de donación de algún producto agrícola o simplemente a cambio de trabajo en la parcela del otro.

La historia de cómo surgen las cooperativas en La Convención - Cusco está llena de intensas luchas protagonizadas por los agricultores familiares campesinos (AFC) de la época. Durante los años 1952 a 1964, la provincia vivió una intensa lucha, teniendo alrededor de 33 huelgas, liderada por los campesinos, para hacer frente a la abolición de los hacendados y “arrendires”. Con el tiempo, los denominados arrendires cumplirían el papel de los hacendados, por lo que se les empezó a llamar “capataces”, quienes comenzaron a mantener una relación de explotación y sobreexplotación con los campesinos. Esto indica que el pueblo peruano se estaba esclavizando a sí mismo.

Entonces, la lucha no solo era contra los hacendados o terratenientes, sino también contra los capataces. A pesar de todo, los grupos de sindicatos de trabajadores campesinos continuaron su resistencia, se basaban en esta frase: “*la unión hace la fuerza*”. Por ello, el campesino y político cusqueño Hugo Blanco impulsó y organizó las luchas sociales y tenía la idea de llevar la lucha por toda la región y nivel del estado, convirtiéndose así en líder de la región (CRAIG, 1968). En ese contexto, el movimiento sindical crea, en 1958, “la central campesina denominada Federación Provincial Campesina de La Convención” con el fin de exigir al gobierno mejores condiciones laborales [...]” (SALAS, 2014 p. 36). Logrando así que, en el año 1960, crear la primera cooperativa cafetalera Maranura de la región y del Perú (BARRIGA, 2009).

Además, el autor Remy Simatovicop (2007) citado por Salas, (2014, p. 36), enfatiza que los campesinos de La Convención, fueron los precursores de la reforma agraria del Perú. Asimismo, (SALAS, 2014, p. 36) recalca que La Central de Cooperativas Agrarias de la Convención y Lares (COCLA) antecede a la reforma agraria, siendo ésta la primera cooperativa de café del Perú; la consolidación de COCLA como una red se debe a aspectos culturales homogéneos.

La metodología adoptada para el siguiente trabajo será basada en la revisión bibliográfica. Para eso, fue desarrollado un plan de trabajo en que fueron definidos tema, objetivo, delimitación e importancia. Además, fue ejecutada la compilación del material sobre el asunto contenido en libros, revistas y sitios. Una vez organizado el material, fue realizado un registro con análisis y discusiones posteriores.

El resultado del estudio permite observar que, entre los factores que contribuyen para la emergencia del cooperativismo en Perú, en la Convención de Cusco, están: la percepción entre los agricultores campesinos sobre la importancia de la cooperación para la mejoría de las condiciones de vida y de producción; la organización sindical de los agricultores familiares campesinos; la opresión y la esclavización sufridas por los campesinos por parte de los hacendados; y la necesidad de ampliar la cooperación entre los agricultores, a partir de cooperativas, a fin de realizar las actividades productivas más allá de la producción, incluyendo el acceso a los mercados.

Además de la presente introducción, el artículo abarca el contexto histórico del cooperativismo. En la tercera parte, describe la emergencia del cooperativismo de Quillabamba - Perú y, en fin, presenta las consideraciones finales.

Contexto histórico general del cooperativismo

El cooperativismo tiene su historia desde la antigüedad “esclavitud”. Gromoslav Mladenatz (2003) argumenta que los romanos y griegos trabajaban basadas en la ayuda mutua, por ejemplo, los pequeños artesanos de funerarias. Sin embargo, Otto Jurista (s.f.), citado por Mladenatz (2003),

de la historia del derecho cooperativo en los pueblos germánicos asentó las bases cooperativas, las cuales prevalecen hasta nuestros tiempos, por ejemplo, la creación de las ovejas, los ganados, el arado de la tierra, la cosecha, son algunas prácticas que aún perduran en el medio rural, porque son sociedades conservadoras y tradicionales.

El profesor Johann Friedrich Schär (s.f.), citado por Mladenatz, (2003, p. 20), fue uno de los dirigentes del movimiento cooperativismo suizo. En la edad media, por ejemplo, se desarrolló movimientos de cristianos en relación a las organizaciones económicas de los monasterios, teniendo un punto de vista integral, donde la producción y el consumo se hacían en común. Las ideas sobre el cooperativismo surgieron a mediados del siglo XV hasta mediados del XVII y esos pensadores o precursores son los que sentaron las bases sobre los conceptos que hoy conocemos. Los grandes utopistas surgieron en Inglaterra y Francia, porque en esos lugares fue donde comenzaron los grandes avances de desarrollo industrial, la imprenta, etc.

Entre ellos, citado por Mladenatz (2003, p. 17-74), tenemos a P. C. Plockboy e John Bellers que aportan con la importancia de la formación de la doctrina cooperativista y de los grupos económicos que están formados por cuatro categorías de individuos que son: agricultores, artesanos etc. y, cada individuo, recibirá un crédito como dinero, tierra. Ese proyecto dio como resultado la relación entre la agricultura y la industria en una economía colectiva.

Sin embargo, Robert Owen (1771-1858) es considerado padre del cooperativismo, pero tuvo una vida de trabajo desde niño y, con el tiempo, se convirtió en empresario y socialista-utópico británico que llevó a la práctica sus ideas reformistas; primero en su fábrica y luego en las colonias. Para Owen, buscar el beneficio y unos de los males fundamentales del hombre, porque beneficio es igual a la inequidad (objeto del beneficio es el dinero). Mientras tanto, Doctor William King (1780-1865), considerado como el precursor de los cristianos-sociales, también aporta una concepción económica del cooperativismo: “que la organización del trabajo y en el interés de aquellos que proveen el trabajo” (MLADENATZ, 2003, p. 44).

La cuna del cooperativismo en la región de Quillabamba - Perú

La Provincia de La Convención fue creada por Ley el 25 de julio del 1857 durante el gobierno de Mariscal Ramón Castilla y Marquizado. En 1881, Don Martín Pío Concha sede la tercera parte de su hacienda para la instalación de la ciudad de Quillabamba (capital actual de La Provincia) (BARRIGA, 2009).

La Convención es una de las 13 provincias, ubicada en el departamento del Cusco, a una altitud de 1050 msnm, con una “población” de 147 148 habitantes. La Provincia de La Convención cuenta con 14 distritos y se caracterizan por su clima tropical, húmedo y la producción de café, cacao, achiote y frutas. Son pequeños productores campesinos, la superficie promedio de café es de 3,53 has. La principal fuente de mano de obra es la familia, seguida de la ayuda mutua denominada, en el idioma quechua, “Ayni” (DUVAL, 2008, p. 16).

Antes de la llegada de los españoles, las tierras convencianas fueron habitadas por pueblos indígenas de la región, siendo en su mayoría etnias machiguengas y otros grupos, los cuales se fueron desplazando hacia el interior de la amazonia convenciana, debido al avance de los colonizadores españoles, criollos y en la época de los Incas (BARRIGA, 2009). Después de la captura del Tupac Amaru en Vilcabamba, el virrey ordena a que se reorganice la ciudad y la repartición de tierras. Posteriormente, en el año 1572, se fundó la ciudad de San Francisco de La Victoria, siendo militares los propietarios.

Las haciendas surgen con la presencia de las órdenes misioneras, donde se tuvo cultivo de caña de azúcar y extracción minera, más estas fracasaran a mitad del siglo XVII. Sin embargo, las haciendas resurgirán después de la independencia de la república en el siglo XIX.

A inicios del siglo XX, mediante la ley de “tierras de montaña”, hubo una ola de migración hacia el interior y, como consecuencia, el resurgimiento de los latifundios, pero el territorio se encontraba en manos de hacendados, los cuales demandaban mano de obra, un motivo más para migrar al interior. Fue así que, en 1933, llega la carretera a la provincia, gracias al trabajo de los inmigrantes, esclavos, yanaconas. Un año antes, 1932, se desató la epidemia de malaria, donde se tuvo un alto nivel de mortandad. Por ello, la inmigración hacia la provincia “[...] sólo se reanudó a partir de 1940 por motivos de trabajo, en el que los hacendados cedieron pequeñas parcelas por un determinado tiempo a cambio de trabajar en sus propiedades” (BARRIGA, 2009, p. 9).

La migración de campesinos se vinculaba con la hacienda, bajo la forma de “arrendire”, que era una forma particular de tenencia de tierra. Así, los inmigrantes trabajaban en las tierras de los hacendados por un determinado tiempo. Las actividades que se tenían en esa época eran producción de cacao, caña de azúcar, té, café y agua ardiente. Los arrendires laboraban bajo las siguientes condiciones:

Condición de turno: el trabajo de unos días al mes en los terrenos del hacendado a cambio de un pago muy escaso. Palla: se mandaba a las mujeres a pallar (cosechar) café, té, coca, entre otros. Maquipura: trabajar en los terrenos del hacendado a cambio de un pago mínimo. Faenas: trabajos en reparaciones de caminos, limpieza de acequias. No se recibía paga, pero el hacendado debía proveer comida y bebida (BARRIGA, 2009, p. 9).

Esas formas de trabajo que ejercían los campesinos lo realizaban porque no tenían acceso a la tierra, trabajan por subsistir y alimentar a sus familias. También existía abuso de autoridad por parte de hacendados y capataces, por ejemplo: algunos no podían explorar el bosque, pues sólo era para traer leña, los productos eran comercializados por la hacienda, pagaban por cada animal (burro, mula, caballo), el derecho de hierbaje, se prohibía hacer estudiar a los hijos fuera de la ciudad, producir otros productos que hacen daño la producción de la hacienda, etc. bajo un contrato por 10 años.

Entonces sino cumples esa condición el hacendado sigue juicio, entonces ha ganado el hacendado y venía a sus casas con todas sus gentes y venía a llevar a la carretera sus cosas [...] El juicio que no ha cumplido condición, entonces esa chacra que te ha dado te quita y a otro da, a otro trabajador, como te ha botado a la carretera, tienes que ir nomás. Entrevista a Felipe Borda, socio fundador de cooperativa Maranura (BARRIGA, 2009, p. 10).

En consecuencia, a los abusos de autoridad, se creó el primer sindicato el 20 de abril do 1947, en la hacienda de Maranura, el cual ya contaba con un secretario de cooperativas. Todavía, entre los años 50 y 51, se disuelve por temor a represión por parte del gobierno militar de Manuel Odría. “El movimiento sindical, se reanudó en el año de 1957, donde surgieron otros sindicatos en las haciendas como: Chaullay, Uchumayo, Paltaibamba, Huyro, Poroncoy, Chinche, Echarate, Quellouno, Pan de Azúcar, Cocabambilla y San Pedro” (BARRIGA, 2009, p. 15).

A partir de la década de los 50, la producción de café tuvo mayor dinamismo, porque la demanda pelo producto iba en aumento y también las características geográficas y climáticas favorecían el pleno desarrollo y producción. Con la expansión del ferrocarril que llegó al distrito

de Santa Teresa, surgió un nuevo actor, los comerciantes “intermediarios”, donde se podría hacer un trato directo, por ejemplo: un adelanto (préstamo) que condiciona la entregar del producto, que permitió tener un grado de autonomía (BARRIGA, 2009).

En el año 1958 fue creado la central campesina denominada “Federación Provincial Campesina de La Convención”, con una base de 15 sindicatos organizados, con aproximadamente 10000 a 11000 campesinos “ex yanaconas”, participaron en la lucha por la posición de tierra e independencia de los hacendados (CRAIG, 1968). Los campesinos realizaron las manifestaciones hacia los hacendados; negándose a trabajar en sus tierras, organizados mediante los sindicatos, el cual se reflejó en todas “las haciendas, donde se pedía la reducción de condiciones, horas de trabajo, libre comercio” (CRAIG, 1968, p. 2). Después de las manifestaciones, en 1960 fue creado la primera cooperativa cafetalera “Maranura” de la región y del Perú. De acuerdo con (BARRIGA, 2009, p. 27), “ésta no se encuentra registrada como la primera cooperativa debido a errores de registro siendo por el contrario la Cooperativa Cafetalera San Juan del Oro en Puno, la que goza de este título”. Históricamente, el cooperativismo surgió en La Convención, por ello, la cooperativa de Maranura, emerge en medio de luchas sindicales, posteriormente se consolidó, para hacer frente a los intermediarios que compraban los productos a bajo precio, ya que las cooperativas se forman con la finalidad de lograr mejores condiciones de comercialización, mediante la venta en conjunto.

Por otro lado, Camacho e Morote (2012) mencionan que el gobierno impulsó la formación con el objetivo de pacificar la zona en conflicto entre campesinos y comerciantes. En 1962, el gobierno de la junta militar promulgó la Ley 14.444, ley de la Reforma Agraria, que exigía el pago por las tierras asignadas al campesino, y no al arrendatario. Sin embargo, la ley no tuvo aceptación ya que era injusta para los campesinos, el cual conllevó a que se suscitasen movilizaciones sindicales direccionadas por Hugo Blanco, que fue uno de los líderes de la organización de los sindicatos en las haciendas. Tras intensas luchas, en 1962 se logró la legitimidad de titulación de las parcelas que tenían un área de 3 a 5 hectáreas, libre de abolición. Así, “[...] en el término de diez escasos años; caía abatido un sistema feudal de relaciones sociales de 300 años de existencia, siendo reemplazado por campesinos organizados independientes, dedicados al cultivo del café, que les era pagado en efectivo” (CRAIG, 1968, p. 3). Por ello, en 1963 el presidente Fernando Belaúnde promulgó el Decreto Ley 15.037, que expropiaba todas las tierras de las haciendas que eran trabajadas por campesinos, y solo fue aplicada en esta región, debido a las demandas de los campesinos que luchaban por sus tierras. Entonces se procedió oficialmente anular las anteriores relaciones contractuales existentes entre el hacendado y sus yanaconas (los trabajadores).

Según Craig (1968), se había logrado así, un desarrollo autónomo de la región y construyendo un fenómeno latinoamericano que tenía una organización de abajo hacia arriba un sindicato de trabajadores rurales en lugar de ser dirigido y originado desde afuera. “Como resultado del proceso, la región pasó de ser una estructura tradicional de relaciones sociales basadas en el sistema de hacienda, a un nuevo sistema de minifundios, donde cada agricultor era independiente de sus anteriores amos” (CRAIG, 1968, p. 3). Ante el aumento de la producción del café, los yanaconas comenzaron a crear estrategias de cómo mejorar su producción y muchos granjeros empezaron a reclamar los terrenos.

En ese tiempo, nació la cooperativa de financiamiento, como una entidad privada que cumplió la función de banco/que fungió como banco, y permitió a los agricultores, tener acceso a préstamos para llevar a cabo su producción, como por ejemplo pedir préstamos de dinero para la financiación para pagar a los trabajadores en la cosecha de café, té, cacao, limpieza, etc.

La Cooperativa de Ahorro y Crédito Quillabamba Ltda. Nro 295 se constituyó el 23 de mayo del 1964, inscrita en el Registro Nacional de Cooperativas de Crédito y en el Registro de Asociaciones de los Registros Públicos del Cusco. En cumplimiento de lo dispuesto en la Ley General de Cooperativas, la cooperativa modifica su estatuto el once de agosto del 2001. [...] La misión es promover el desarrollo económico y social de nuestros socios, brindando soluciones financieras, con solidaridad, sostenibilidad, calidad y responsabilidad; mientras que la visión es ser la cooperativa de ahorro y crédito líder a nivel nacional, que brinda productos innovadores, como un modelo exitoso del cooperativismo peruano. Por lo que está haciendo, no está muy lejos de su visión. La Cooperativa [...] es una asociación autónoma de personas que se han unido voluntariamente para hacer frente a sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales comunes por medio de una institución financiera de propiedad conjunta y democráticamente controlada (MARTINEZ, 2018, p. 1).

Esta cooperativa fue la pionera de la región, y trabajo con el agricultor. Muchos hicieron préstamos durante la época, para poder conseguir trabajar y financiar la producción del producto principal que es el café y otros como té, cacao, coca, etc.

Después, las cooperativas se fueron desvinculando de los sindicatos, para ser instituciones, para que en el año 1967, se creara la Central de Cooperativas Agrarias de la Convención y Lares (COCLA), a raíz de las 7 cooperativas como: Agrícola y de Servicios Sicre Ltda., N°99; Cooperativa Agrícola y de Servicios del Sindicato de Huadquiña Ltda., N°109; Cooperativa Agrícola y de Servicios Huayopata Ltda. N°110; Cooperativa Campesina Túpac Amaru Ltda. N°115; Cooperativa Campesina Mateo Pumacahua Ltda. N°185; Cooperativa Agrícola y de Servicios Valle de Lares Ltda. N°186; Cooperativa Agrícola Santa Ana Ltda. N°232, (BARRIGA, 2009). La consolidación de COCLA, fue el indicio de la victoria que lograron los campesinos, mediante las luchas sindicales organizadas por ellos. De acuerdo con (SALAS, 2014, p. 31),

(...) la formación de COCLA, precede a la reforma agraria del gobierno militar y nace de la iniciativa de los pequeños productores. Buscando fundamentalmente, solucionar el problema de la comercialización del café, el cual estaba sujeto al capricho de los comerciantes, que recibían el café a consignación, sin garantía de un precio justo para los productores.

Eguren (2006) comenta sobre la reforma agraria del Perú como una de las radicales que tuvo en la América del Sur, pues fue un período muy complejo desde el punto de vista social, organizacional. Además, tuvieron movimientos campesinos que luchaban por la reivindicación de su cultura que fue impuesta y tuvo migración de la periferia hacia el centro y concentración de tierras.

Consideraciones finales

El estudio permitió observar la dinámica del cooperativismo en Perú, realizada por los agricultores familiares campesino en la implementación de la cultura del café, en la Convención – Cusco, durante las décadas de 1940 a 1960.

En respuesta a la pregunta que sirvió de orientación para el estudio, o sea, cuales podrían ser los factores que contribuirían en la explicación de la emergencia del cooperativismo en el país, pueden ser destacadas las siguientes: la percepción entre los agricultores campesinos

sobre la importancia de la cooperación para construir sus proyectos de vida y de producción; la capacidad de organizarse en esferas sindicales en cuanto una importante herramienta de lucha; la percepción, en cuanto sujeto, de la situación de opresión y esclavización en las relaciones vivenciadas con los hacendados; y la necesidad de ampliar las prácticas de cooperación entre los agricultores por medio de las cooperativas en diferentes niveles, para poder actuar en las diversas etapas de la cadena productiva de sus productos objetivando más renta y calidad de vida de las familias. El estudio evidenció, como idea síntesis, que las cuestiones presentes y que dieron base para el inicio del movimiento cooperativo moderno en los siglos pasados son similares aquellas que condujeron la emergencia del cooperativismo en la región del estudio en Perú. Ese hecho social contó con las capacidades obtenidas por los campesinos, de la región del estudio, de estimular diversas instituciones (sindicatos, federación, cooperativa singular y cooperativa central) que desempeñaron papel fundamental en sus luchas sociales.

La cooperativa de COCLA, en cuanto resultado del proceso de luchas de los campesinos, actualmente está conformada por 22 cooperativas primarias, ubicada en los Valles de La Convención y Yanatile, cerca de la ciudad Inca de Machu Picchu entre los 800 y 2.000 metros sobre el nivel del mar (BARRIGA, 2009). Actualmente, es la central de cooperativas más grande del Perú en término de asociados y en cuanto a su volumen de exportación está ubicada en el cuarto lugar del ranking de exportadores de café en el Perú. Así, la consolidación de COCLA es un indicio de victoria que lograron los campesinos mediante las luchas sindicales organizadas por ellos.

Por fin, nuevas cuestiones son colocadas en cotidiano de las familias campesinas y en sus organizaciones, lo que exige colocar nueva demanda de estudio. Delante de grandes y profundas transformaciones que viven las sociedades en los días actuales, con destaque para los mercados globales, y las tecnologías de informaciones, son sugeridos nuevos estudios en el sentido de verificar como esas cooperativas, tanto las primarias cuanto la central (COCLA), están conseguido garantizar y, al mismo tiempo, ampliar las condiciones de vida y de producción de sus asociados. En otras palabras, como las cooperativas están conseguido contribuir en el desarrollo rural de la región del estudio.

Referencias bibliográficas

BARRIGA, P. R. F. **Funcionamiento de cooperativas cafetaleras y su impacto en la vida familiar de sus asociados:** casos de familias de dos sectores de la provincia de La Convención vinculadas a la Cooperativa Maranura y a la central de cooperativas COCLA. 2009. 236 f. Tesis (Licenciatura en Antropología) – Facultad de Ciencias Sociales, Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 2009.

CRAIG, W. **El movimiento campesino en La Convención:** la dinámica de una organización campesina. Lima: Instituto de estudios peruanos, Série Documentos Teóricos, n. 11, 1968.

CAMACHO, L. E. S.; MOROTE, N. I. M. La ocupación temprana en La Convención, selva alta de Cusco. **Investigaciones Sociales**, Lima – Perú, v. 16, n. 28, p. 167-184, 2012.

DUVAL, L. **Estudio de los efectos y del impacto del comercio justo certificado en el Perú y en República Dominicana:** Estudio en la organización de productores COCLA, Perú. France: FBE, ene. 2008.

EGUREN, F. Reforma agraria y desarrollo rural en el Perú. **Rural Finance & Investment Learning Centre**, Lima, 2006. Disponible en: <http://www.ruralfinanceandinvestment.org/sites/default/files/1248203802936_01__eguren_peru.pdf>. Accedido el 22 jun.2019.

MLADENATZ, G. **História das doutrinas cooperativistas.** Brasília: Editora Confedbras, 2003.

MARTINEZ, C. S. Prestigiosa Institución Cusqueña está logrando éxitos em el Cusco. **Micro Finanzas**, Lima – Perú, ene. 2018. Disponible en: <<https://microfinanzas.pe/2017/index.php/2018/enero/567-prestigiosa-institucion-cusquena-esta-logrando-exitos-en-el-cusco>>. Accesado el 20 mai. 2019.

SALAS, C. P. **Subsistema estrictamente coordinado de café**: central de cooperativas agrarias de La Convención y lares “COCLA”. 2014. 52 f. Tesis (Especialista en Agronegocios y Alimentos) – Facultad de Agronomía, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014. Disponible en: <<http://ri.agro.uba.ar/files/download/tesis/especializacion/2014salaspenacarlos.pdf>>. Accesado el 25 jun. 2019.

Economia solidária e bem viver: pontos de (des) conexão¹

Solidarity economy and good living: points of (dis) connection

Marcos Roberto Pires Gregolin*

José Marcos Froehlich**

Renato Santos de Souza***

Resumo: Na esteira das diversas vertentes críticas da modernidade, ressalta-se, atualmente, a denúncia dos fracassos dos projetos ancorados no paradigma do desenvolvimento. Emergem, neste sentido, diversas propostas que buscam promover, consolidar ou sistematizar o que seriam alternativas ao desenvolvimento. Neste trabalho, objetivamos contextualizar duas noções como alternativas concretas ao desenvolvimento modernizador: a Economia Solidária e o Bem Viver. Metodologicamente, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre as noções e, na sequência, um esforço reflexivo sobre pontos de conexão e desconexão entre elas. A percepção preliminar a que se chegou é que, diferenças à parte, há um campo de congruências e interconexões fortes, entre as quais se destacam a crítica e a busca de superação do capitalismo excludente e impessoal, característico da modernidade industrial e que se prolonga, atualmente, com características próprias das condições pós-modernas, nos países do sul global.

Palavras-chave: Pós-modernidade. Desenvolvimento. Alternativas.

Abstract: In the wake of the various critical strands of modernity, we currently highlight the denunciation of the failures of projects anchored in the development paradigm. In this sense, there are several proposals that seek to promote, consolidate or systematize what would be alternatives to

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no “II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL” em Foz do Iguaçu, entre 07 a 09 de agosto de 2019, sendo indicado pelo evento para compor este volume especial.

*Doutorando em Extensão Rural pela UFSM; Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE; Tecnólogo em Gestão de Cooperativas pela UNICESUMAR e Bacharel em Comunicação Social pela FADEP. E-mail: marcosgregolin@yahoo.com.br.

** Pós-Doutor em Antropologia Social pela Universidad de Sevilla (Espanha); Doutor em Ciências Sociais pela UFRRJ; Mestre em Sociologia pela UFRGS e Graduação em Agronomia pela UFSM. Docente nos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural e Ciências Sociais da UFSM. E-mail: jmarcos.froehlich@gmail.com.

*** Doutor em Administração e Mestre em Economia Rural pela UFRGS e Graduação em engenharia Agrônômica pela UFPEL. Docente no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM. E-mail: renatosdesouza@gmail.com.



development. In this paper, we approach two notions that seek to consolidate themselves as concrete alternatives to modernizing development: the Solidarity Economy and Good Living. We present a brief bibliographical review of the notions and, following, a reflective effort on points of connection and disconnection between them. The preliminary perception is that, apart from differences, there is a field of strong congruences and interconnections, among which stand out the criticism and the search for overcoming the exclusionary and impersonal capitalism, which is characteristic of industrial modernity and which continues today, with characteristics characteristic of postmodern conditions in the countries of the global south.

Keywords: Postmodernity. Development. Alternatives.

Recebido em 12/11/2019. Aceito em 10/03/2020.

Introdução

Na medida em que o homem galgou o status de moderno, suas ações e as posteriores consequências foram muito eficientes em dicotomizar a existência, de um lado, alocando a humanidade e, de outro, o ambiente natural e as outras formas de vida. Daí resulta uma noção que não leva em conta diversos aspectos, como, por exemplo, a longevidade. Ao desconsiderá-la, a sociedade deu vários passos rumo à modernização, os quais não observaram a manutenção de condições básicas para a existência de sua e de outras gerações. Como exemplo disso, têm-se a degradação do meio ambiente, a extinção de espécies animais, o comprometimento da camada de ozônio, o aumento das desigualdades, da fome, da miséria, o uso de agrotóxicos, entre outros.

É notório que esta estratégia falhou (HAVENS, 1972a, 1972b; ESCOBAR, 2005; CRUSH, 1996) e não é de hoje que uma gama de pessoas tem se debruçado no exercício de pensar uma alternativa ao ideário desenvolvimentista modernizador. Do momento em que se deu a constatação da fragilidade do modelo em voga até os dias atuais, surgiram movimentos de crítica ao desenvolvimento, de ressignificação dos seus propósitos e até de sua completa negação.

No nosso entendimento, os esforços para promover uma negação ao desenvolvimento têm sua gênese em objetivos semelhantes aos dos outros movimentos, contudo, acrescenta-se o diferencial de que a preocupação também jaz sobre a bagagem ideológica que o termo (desenvolvimento) traz consigo. Crush (1996), por exemplo, desvela o discurso do desenvolvimento para além de suas metas e estratégias, apresentando-o como carregado de autoridade, de imposição e de certezas, além de, junto de si, trazer a dominação ocidental impregnada em seu DNA.

Tendo por base o entendimento deste autor, é possível observar que “os textos de desenvolvimento sempre foram declaradamente estratégicos e táticos, promovendo, licenciando e justificando certas intervenções e práticas, deslegitimando e excluindo outras” (CRUSH, 1996, p. 04). É nesse contexto que surge e afirma-se a importância do ideário pós-colonial, pós-moderno

² The texts of development have always been avowedly strategic and tactical promoting, licensing and justifying certain interventions and practices, delegitimizing and excluding others.

e pós-estruturalista, que deu vida à noção de pós-desenvolvimento, negando a autoridade e a supremacia do conhecimento ocidental (LITTLE, 2002) e valorizando as experiências locais alternativas.

De maneira breve, o pós-desenvolvimento poderia ser caracterizado como um “período” em que o desenvolvimento não estaria no centro da vida das pessoas e da sociedade, não se caracterizando, então, como o princípio organizador central da vida social, dando espaço para o afloramento e a afirmação das culturas e características inerentes às localidades, não santificando o conhecimento especializado e valorizando as iniciativas das pessoas para construir um mundo mais humano (ESCOBAR, 2005). Com propósito ilustrativo, acreditamos interessante citar as questões apresentadas por Crush: “O que os textos do desenvolvimento não dizem? O que eles suprimem? Quem eles silenciam e por quê?” (CRUSH, 1996, p. 05).

Com base nas alternativas que se apresentam no contexto antes referenciado, este ensaio tem por objetivo contextualizar as noções de Bem Viver e de Economia Solidária, como possibilidades de ressignificar o sentido do desenvolvimento, na medida em que aportam atributos substantivos não contemplados na noção de desenvolvimento. Também compõe o escopo deste texto o interesse de evidenciar as conexões e antagonismos presentes entre as duas noções alternativas já referenciadas.

Sendo assim, este estudo pode ser classificado como ensaio, tendo em vista que essa modalidade de texto se caracteriza por “uma exposição metódica dos estudos realizados e das conclusões originais a que chegamos após apurado exame de um assunto” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 163). Para que chegássemos aos estudos já realizados sobre os temas, optamos por pesquisa bibliográfica em artigos, livros, dissertações e teses. Salientamos que a pesquisa bibliográfica é a base de boa parte dos trabalhos científicos, contudo, existem aquelas que se dedicam à coleta de dados exclusivamente nessas bases (GIL, 2008). A pesquisa documental também auxiliou a complementar as fontes para este estudo, haja vista que, nesta modalidade, buscam-se os documentos não sistematizados e analisados pela academia, como por exemplo, documentos oficiais. Para finalizar o ensaio, evidenciamos as nossas percepções sobre a aproximação e o distanciamento entre as duas noções em pauta.

Além dessa introdução, apresentamos um segundo fragmento, que busca minimamente contextualizar a noção de Bem Viver e, na sequência, um terceiro, com a noção de Economia Solidária. Em um quarto fragmento, apresentamos nossa interpretação sobre o que conecta e desconecta essas ideias alternativas, para, por fim, em um quinto fragmento, apresentar as considerações finais do texto.

A noção de bem viver

Na busca por se valorizar as culturas locais, vernáculas, bem como a negação ao discurso ocidental de desenvolvimento, vislumbra-se, como alternativa, uma iniciativa de resistência protagonizada na periferia social da periferia global, por indígenas, articulados com camponeses, afrodescendentes, ambientalistas, estudantes e mulheres (ESCOBAR, 2012), os quais, em sua prática, demonstram que é possível resistir ao “suposto fim dos povos indígenas e outros grupos considerados como tribais” (LITTLE, 2002, p. 34), postulados na teoria da modernização. O *sumak kawsay* (Bem Viver) pode, então, ser contextualizado como uma proposta do mundo indígena,

³ What do the texts of development not say? What do they suppress? Who do they silence and why?

alternativa ao paradigma dominante ocidental, que busca a emancipação e a construção da vida plena aos povos (SALAZAR, 2016).

Parece salutar referenciar o fato de que o Bem Viver não busca a hegemonia e, tampouco, ser uma cartilha na qual as manifestações possam se enquadrar ou não; contudo, de acordo com Gudynas (2011, p. 19), “es posible identificar elementos comunes que permiten referirnos a esta plataforma múltiple”: 1 – O Bem Viver rejeita a concepção do desenvolvimento como um conjunto de sequências históricas compondo um processo linear; 2 – A natureza é tida como um sujeito de direitos e faz-se necessário “outro” tipo de relação com o meio ambiente; 3 – As relações sociais não devem ser reduzidas a variáveis econômicas, nem todas as coisas como bens e serviços comercializáveis; 4 – A qualidade de vida e o bem-estar não estão unicamente condicionados à posse de bens materiais e aos níveis de ganhos monetários; 5 – O Bem Viver não pode ser reduzido a uma postura materialista, haja vista que, em seu bojo, convivem outras espiritualidades e sensibilidades.

Outro ponto de vista, complementar a este, estabelece que, por meio do Bem Viver, subordinam-se os objetivos econômicos a critérios ecológicos, à dignidade humana e à justiça social, rejeitando a obsessão pelo consumo e o mito do progresso contínuo (GUDYNAS, 2011). Ou seja, “el desarrollo como Bem Vivir busca articular la economía, el medio ambiente, la sociedad y la cultura en nuevas formas, llamando a las economías sociales y solidarias” (ESCOBAR, 2012, p. 46) com pluralidade cultural, étnica e biodiversidade, forjando grupos que se recusem a morrer pressionados pelas estratégias de desenvolvimento convencional (ESCOBAR, 1995). Em suma, tem-se o Bem Viver como um conceito plural, aglutinador, que não elege ou hierarquiza nenhuma das definições que se apresenta. É nesse sentido que Marañon (2016) enfatiza pluralidade e, por isso, refere-se aos Bons Vivires. “El Ben Vivir se constituye, así, como un nuevo horizonte histórico de sentido que expresa la búsqueda de la igualdad respetando la diversidad, por lo que es más pertinente hablar de buenos vivires” (MARAÑON, 2016, p. 19).

Isto posto, acreditamos que, como atributo fundamental de caracterização do Bem Viver, tem-se a crítica ao modelo de desenvolvimento antropocêntrico, europeu e modernizador (em crise), ou seja, sua noção é composta por conceitos diversos que “coincidem em questionar o desenvolvimento atual e em buscar trocas substanciais, apelando para outras relações entre pessoas e ambiente” (GUDYNAS, 2011, p. 11).

A noção de Economia Solidária

De acordo com Gaiger (2018), o conceito de Economia Solidária foi adotado no Brasil em meados dos anos 1990, fruto de um debate operacionalizado por organizações não governamentais, lideranças populares, instituições acadêmicas e gestores públicos, todos diretamente relacionados com os então chamados “empreendimentos econômicos solidários”.

Pochmann (2004, p. 24) afirma que foi a crise desencadeada em meados dos anos 1980 que forjou o solo fértil para o surgimento destes empreendimentos, ou seja, a crise do desenvolvimento capitalista fez surgir “um enorme excedente de mão-de-obra [...] qualificada, não imigrante rural e aculturado pela disciplina do trabalho sistêmico”. A partir daí, desponta “um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil” (POCHMANN, 2004, p. 24).

Para Singer

a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2013, p. 10).

A diversidade de formas também é uma característica da Economia Solidária e, de acordo com Martins, Crucial e Araújo (2006), inclui-se, nesta categoria de empreendimentos as cooperativas, os clubes de trocas, os sistemas locais de emprego e comércio, empresas auto geridas, comércio justo, finanças solidárias, a economia sem dinheiro e as empresas sociais.

Salientamos que a Economia Solidária é dotada de muita diversidade, e que seria arbitrário afirmar, como um observador externo, o que é e o que não é Economia Solidária. Contudo, tendo por base o documento carta de princípios, notam-se algumas questões de que “não se abre mão”.

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência: 1 - a valorização social do trabalho humano; 2 - a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; 3 - o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; 4 - a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e 5 - os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2003, p. 01).

Ainda de acordo com o mesmo texto,

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FBES, 2003, p. 01).

De acordo com Dallo (2018, p. 22) a solidariedade e a autogestão são princípios existenciais desse modelo, sendo a solidariedade o tronco central e a autogestão a “solidariedade transformada em método”.

De uma maneira mais detalhada, destaca-se a valorização social do trabalho, a satisfação das necessidades de todos e de todas, o reconhecimento do papel da mulher na economia, a promoção de uma interação respeitosa entre homem e natureza e, por fim, os valores de cooperação e solidariedade (FBES, 2003).

O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (FBES, 2003, p. 02).

Em resumo, Brasil, F. e Brasil, M. (2013) salientam que, independentemente do formato jurídico adotado, formal ou informal, associativo ou cooperativo, os empreendimentos solidários se orientam por princípios advindos do cooperativismo: “cooperação ao invés da competição; autogestão ao invés de heterogestão; solidariedade no lugar de individualismo e centralidade no ser humano e não no capital” (BRASIL, F.; BRASIL, M., 2013, p. 96).

Quais são as (des)conexões?

Sem a pretensão de esgotar a questão dada e tampouco inferir conclusões, (primeiramente porque tal postura não condiz com nossos pressupostos epistemológicos e nem com o sumo das abordagens apresentadas), o desejo é de fomentar o questionamento sobre a possibilidade desses modelos cumprirem a tarefa de romper ou ressignificar o modelo hegemônico de desenvolvimento, além de avaliar as conexões e desconexões presentes entre eles.

Pensamos que, se formos classificar a Economia Solidária e o Bem Viver como propostas de pós-desenvolvimento, não cabe atribuí-los um status de “forças de ressignificação” e sim de “vetores de ruptura” com o modelo proposto, contudo, uma questão acreditamos que se impõe e mereça atenção.

Se analisarmos sob o prisma pós-moderno, entendemos que a Economia Solidária não se enquadra como uma alternativa ao desenvolvimento, haja vista que, em inúmeros textos, ela se apresenta como uma alternativa de desenvolvimento, de convivência com o sistema capitalista (GAIGER, 2000), de “inclusão dos excluídos” no sistema (SINGER, 2013). Nesse sentido, acreditamos ser possível afirmar que, ao não rejeitar o desenvolvimento, ela cumpre um papel de ressignificá-lo, buscando atribuir novos sentidos a ele.

Já a noção de Bem Viver, no nosso entendimento, está além de ressignificar o desenvolvimento, está propondo uma nova meta, um novo modelo de vida, o qual possui inúmeros atributos que não estão contemplados no padrão de desenvolvimento modernizador, mas que, por vezes, são vislumbrados nas noções que se comprometem a atribuir novos sentidos ao desenvolvimento, buscando deixá-lo mais humano.

Ademais, há de se salientar a existência de uma gama de intersecções entre a Economia Solidária e o Bem Viver, intersecções estas que, a depender do ponto em análise, ora as colocam lado a lado e ora as colocam como conjuntos sobrepostos. Ilustração para esse entendimento nos parece ser a afirmação de Singer (2006), que marca a opção crítica da Economia Solidária ao consumismo, ao desperdício e à visão de que os recursos naturais são infinitos.

A hipótese de que os recursos naturais são finitos e que o capitalismo, particularmente em sua fase atual, os desperdiça, tornou-se um elemento central do projeto, trazendo consigo uma crítica radical do consumismo e uma proposta de consumo responsável e consciente, que implica a ideia de que o desenvolvimento não pode e nem deve ser ilimitado (SINGER, 2006, p. 16).

Em nosso entendimento, este fragmento demonstra um dos aspectos que vincula as duas noções. De maneira semelhante, outra passagem, ao associar as práticas tradicionais de povos originários ou segmentos marginalizados como iniciativas de economia solidária, constrói uma ponte com a noção de Bem Viver.

Muitas comunidades indígenas e remanescentes de quilombos, praticam variedades tradicionais de Economia Solidária. Comunidades do semiárido nordestino se unem solidariamente para processar o sisal e aperfeiçoar a criação de caprinos e aproveitamento de seus derivados. Na Amazônia, o extrativismo que preserva a floresta, e a defende da exploração predatória, assume formas cooperativas. Fazem o mesmo as artesãs e artesãos do norte a sul, pescadores, garimpeiros, recicladores de resíduos, agricultores familiares, pequenos comerciantes e feirantes, etc. (SINGER, 2004, p. 02).

Outra conexão constatada entre as duas noções agora é apresentada em um texto específico sobre o Bem Viver, que, mesmo reforçando o caráter pós-capitalista da noção (os estudos de Economia Solidária geralmente a apresentam como uma alternativa de convivência no capitalismo), não as coloca como possibilidades antagônicas e sim com substanciais imbricamentos.

Como paradigma poscapitalista, la concreción del Bien Vivir implica construir e impulsar “otras economías”, como un término que de forma genérica se refiere a las economías solidarias, indígenas, etcétera, que funcionan con otros parámetros distintos al de la acumulación capitalista y extractivista (SALAZAR, 2016, p. 180).

Por meio desta leitura, o que nos foi possível compreender é que uma relação pode ser estabelecida entre o Bem Viver e a Economia Solidária, podendo ser a segunda um meio de se alcançar a primeira. Esta noção “instrumental” da Economia Solidária também é discutida por Dallo (2018) ao afirmar que ela é uma ferramenta, um instrumento para se atingir uma vida melhor. Por esse prisma, a Economia Solidária estaria desprovida de cargas ideológicas (se é que isso é possível) e apresentar-se-ia como uma alternativa à exclusão promovida pelo capitalismo degradante, explorador, base do conceito moderno de desenvolvimento.

Por outro lado, consideramos que a Economia Solidária pode ser sim uma ideologia (não unicamente um instrumental), contudo não nos parece portadora de um espírito revolucionário, com rompimento institucional. É uma ideologia compatível com o capitalismo, que, em um exercício imaginativo, se viesse a se alastrar, suplantaria o capitalismo, através da transformação dos seres humanos e de suas relações, principalmente as mercadológicas. Esse entendimento, em partes, é apresentado por Singer (2013) quando afirma que a missão da economia solidária não é se opor ao capitalismo e sim se constituir como uma alternativa superior. Em suas palavras, “A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor” (SINGER, 2013, p. 14).

De maneira positiva a esse entendimento, Gudynas (2011, p. 2) apresenta argumentações que nos permitem visualizar antagonismos entre as duas concepções em pauta, principalmente

quando são postos em consideração os resultados dos projetos de desenvolvimento modernizador, como promotores de um “Mal Viver”.

Tal antagonismo também pode ser reconhecido em Salazar (2016) ao elaborar um quadro comparando as características do Mal e do Bem Viver. No que tange à economia, salienta-se que, no Mal Viver, as características são “concentradora, capitalista, explotadora, propiedad privada, productivista, eficiencia, trabajo precario”. Ao passo que, no “Bien Vivir del posdesarrollo”, ela é “solidaria, redistributiva, comunitaria, distintos tipos de propiedad (ejemplo, cooperativa, mixta), bien común, gozo del trabajo” (SALAZAR, 2016, p. 188).

A respeito da Economia Solidária, Salazar (2016) a contextualiza como uma proposta pautada em conceitos filosóficos ocidentais, tal como a ideia de desenvolvimento humano, a ecologia profunda, o decrescimento, a descolonização, entre outros. De fato, para diversos autores, a exemplo de Singer, a Economia Solidária tem sua raiz na crise da Revolução Industrial na Europa; todavia, para outros, esta noção é um movimento mais recente, tendo nascido na América Latina na segunda metade do Século XX.

Contudo, parece-nos que, para Gudynas (2011), uma das características aceitáveis no Bem Viver é a hibridização de diferentes críticas ao desenvolvimento, porém, há de se levar em consideração a possibilidade de, no bojo dessa hibridização, ocorrerem contradições, como por exemplo, com uma das premissas do Bem Viver, a descolonização, a independência do pensamento ocidental, europeu, e a valorização do conhecimento e das culturas locais. Corroborando este entendimento o postulado de Romero (2017) ao afirmar que:

plantear una ruptura con el eurocentrismo es fundamental para entender la idea del Bien Vivir desde un ejercicio descolonial. La dimensión radical de la idea del Bien Vivir se encuentra en el rompimiento que realiza con el pensamiento eurocentrado liberal moderno (ROMERO, 2017, p. 15-16).

O diálogo mencionado entre as noções é reafirmado por Rogério Dallo em sua recente publicação, ao manifestar que a prática da Economia Solidária tem como objetivo promover o Bem Viver entre as pessoas.

Si a cambio, buscamos humanizar nuestra vida y entorno, entonces vamos a elegir el camino de la solidaridad para que sobrevivamos todos em un proyecto de Bien Vivir En América Latina hace rato que muchos movimientos y personas sensibilizadas, buscamos inspiración em las sabidurías de los pueblos originarios de nuestro continente. Que la vivencia promueva, valore y construya diálogos, conocimientos y saberes mediante un aprendizaje comunitario, generando, difundiendo y posicionando propuestas a nivel local, nacional, regional y global para transformar la sociedad em el marco de una economía de la solidaridad, celebrando la vida y alcázar el “sumak kawsay” (DALLO, 2018, p. 24).

De acordo com Escobar (2011), tanto a Economia Solidária quanto o Bem Viver estão lado a lado, como noções que se opõem ao pensamento hegemônico ocidental, e tudo o que a ele é associado. Segundo o autor, por meio dessas noções, pode ser possível construir outras economias, baseadas em racionalidades alternativas.

Considerações finais

No momento, acreditamos que o Bem Viver e a Economia Solidária são movimentos mais de resistência do que de ruptura, cada qual em suas medidas. O primeiro, resiste à invasão, à colonização, à implantação do modelo desenvolvimentista eurocêntrico industrializante, à destruição do meio ambiente e à transformação da natureza em recurso natural; e o segundo se opõe aos modelos vigentes da economia, ao desemprego, à crise alimentar e a outras mazelas sociais promovidas pelo capitalismo.

É um fato que, além de movimentos de resistência emanados por meio da articulação de segmentos sociais, acadêmicos e políticos, os dois modelos alternativos foram absorvidos por governos, como foi o caso do Bem Viver no Equador e na Bolívia e da Economia Solidária no Brasil. De acordo com Brasil, F. e Brasil, M. (2013), Bolívia e Equador estão muito mais avançados do que o Brasil, haja vista que, no Bem Viver, existe precedente constitucional, e no episódio da Economia Solidária no Brasil, a legalidade é ainda muito frágil.

A apropriação dessas noções alternativas pelos governos pode ser interpretada por duas linhas, uma observa os aspectos positivos e a outra visualiza uma retomada das práticas de dominação e subordinação dos povos à linguagem burocrática, técnica e política. De acordo com Salazar (2016), o ponto central desta desconexão, no caso do Bem Viver, está na dificuldade de traduzir o *sumak kawsay* em uma proposta transformadora, materializada em ações políticas. Boa parte dessa dificuldade jaz no fato de que o Bem Viver é fundamentado em uma *episteme* própria dos povos originários, e de que esta *episteme* é essencial para se entender as propostas de vida diferenciadas e alternativas ao ocidente.

Brasil, F. e Brasil, M. (2013) resumem muito bem a questão ao afirmar que tanto a Economia Solidária quanto o Bem Viver são duas faces da mesma moeda, as quais possuem inúmeras características que as conectam (renegar o capitalismo, os modelos de desenvolvimento modernizador, a supremacia da ciência e da técnica, a valorização do conhecimento local, do território, do tradicional, a ênfase dada para a ação coletiva, viver melhor com menos, entre outras). Contudo, algumas características os distinguem: o Bem Viver nega totalmente as opções de desenvolvimento ao passo que a Economia Solidária se embasa, por vezes, no conceito do desenvolvimento adjetivado pelo termo sustentável; também há divergência no ponto central, enquanto o Bem Viver está centrado na reconexão do homem com a natureza, na Economia Solidária, a centralidade está na autogestão.

Referências

BRASIL, Francisco Salau; BRASIL, Manuela Salau. Economia solidária, bem viver e decrescimento: primeiras aproximações. **Emancipação**, v. 13, n. 3, p. 93-104, 2013.

CRUSH, Jonathan. **Power of Development**. London/New York: Routledge, 1996.

DALLÓ, Rogério. **El Proyecto Histórico Político de la Economía Social y Solidária**: Apuntes y reflexiones desde “lo nuestro”. Porto Alegre: Edição do Autor, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: The making and unmaking of the Third World**. Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. **Revista de Antropología Social**, v. 21, p. 23-62, 2012.

- ESCOBAR, Arturo. El 'postdesarrollo' como concepto y practica social. *In: MATO, Daniel; BABB, Sarah. Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005, p. 17-31.
- ESCOBAR, Laura María Gutiérrez. El proyecto de soberanía alimentaria: construyendo otras economías para el Bien Vivir. *Otra Economía*, v. 5, n. 8, p. 59-72, 2011.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Carta de princípios da Economia Solidária*. Brasília: FBES, 2003.
- GAIGER, Luiz Inácio. "Sentido e possibilidades da economia solidária hoje", *In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUDYNAS, Eduardo. Bien Vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en movimiento*, v. 462, p. 1-20, 2011.
- HAVENS, Eugene. Problemas metodológicos no estudo do desenvolvimento. *Sociologia Ruralis*. v. XII, n.3-4; pp. 252-272. (Tradução livre de Mário Riedl, Departamento de Sociologia – UFRGS). 1972a
- HAVENS, Eugene. Methodological issues in the study of development. *Sociologia Ruralis*, v. 12, n. 2, p. 252-272, 1972b.
- LITTLE, Paul Elliott. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002.
- MARAÑÓN, Boris. De la crisis estructural del patrón de poder mundial, colonial, moderno y capitalista hacia la solidaridad económica y los buenos vivires en América Latina. *Cooperativismo & Desarrollo*, v. 24, n. 109, p. 11-26, oct. 2016.
- MARTINS, Cláudia Herrero; CRUCIAL, Cristiane Vercesi; ARAÚJO, Evandro José da Cruz. Economia e Comunhão e Economia Solidária: uma Distinção de Conceitos. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 30., 2006, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: ANPAD, 2006. p. 1-14.
- POCHMANN, Marcio. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. *Mercado de trabalho*, v. 24, p. 23-34, ago. 2004.
- PRONADOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.
- ROMERO, Agustín Ávila. Hacia un diálogo de alternativas entre la economía solidaria y la economía social: El Bien Vivir como horizonte descolonial. *Cooperativismo & Desarrollo*, v. 25, n. 112, 2017.
- SALAZAR, Adriana Rodríguez. *Teoría y práctica del Buen Vivir: orígenes, debates conceptuales y conflictos sociales*. 2016. 400 f. Tese (Doctorado en Estudios sobre el Desarrollo) - Universidad del País Vasco, 2016.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

SINGER, Paul. Discurso de Abertura. *In: Relatório do primeiro encontro nacional de empreendimentos de economia solidaria*. Brasília. 13 de agosto de 2004. Disponível em: <fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Publicações/I_ENEES_relac_geral.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SINGER, Paul. Prefácio. *In: ARRUDA, Marcos. Tornar real o possível: A formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

Resistência e reciprocidade: comportamento *in situ* de pertencimento na feira do produtor em Morretes - PR¹

Resistance and reciprocity: the *in-situ* behavior of belonging At the producers fair in Morretes - PR

Pamela Natali Ferreira de Jesus*

Valdir Frigo Denardin**

Mayra Tayza Sulzbach***

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que buscava averiguar a existência de uma economia contra hegemônica num espaço de troca monetária, no caso na Feira do Produtor em Morretes no Litoral do Paraná. Utilizou-se a metodologia de pesquisa teórica indutiva, observação etnográfica, descritiva e analítica do objeto de estudo. Os resultados mostram que na Feira do Produtor há relações sociais de reciprocidade que se sobrepõe as relações de ganhos financeiros individuais. A Feira do Produtor na prática pode ser observada como um sítio de pertencimento local, um local de resistência contra a racionalidade globalizante, por nela ocorrer a valorização da cultura local, onde as pessoas se identificam ao mesmo tempo em que a atividade econômica ocorre. Concluiu-se que, no espaço Feira, o homo situs destaca-se nas relações sociais, organizando o sítio com base em relações de reciprocidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial. Reciprocidade. Sustentabilidade.

Abstract: The present work had as objective to present the results of a research that sought to ascertain the existence of a counter-hegemonic

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no “II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL” em Foz do Iguaçu, entre 07 a 09 de agosto de 2019, sendo indicado pelo evento para compor este volume especial.

* Mestranda em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Especialista em Educação Ambiental e Sustentabilidade pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER); Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); E-mail: pamynatalie@gmail.com.

** Pós-doutor em Economia Regional pela Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS, França); Doutor em Ciências Sociais e Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: valdirfd@ufpr.br.

*** Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora Associado da UFPR. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável e Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. E-mail: mayrasulzbach@yahoo.com.br



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

economy in a space of monetary exchange, in the case of the Producer's Fair in Morretes on the coast of Paraná. The methodology of theoretical inductive research, ethnographic, descriptive and analytical observation of the object of study was used. The results show that in the Producer Fair there are social relations of reciprocity that overlap the relations of individual financial gains. The Producer Fair in practice can be seen as a place of local belonging, a place of resistance against globalizing rationality, because it takes place the valorization of local culture, where people identify themselves at the same time as economic activity occurs. It was concluded that, in the Feira space, *homo situs* stands out in social relations, it organizes the site based on reciprocity relations.

Keywords: Territorial Development. Reciprocity. Sustainability.

Recebido em 14/11/2019. Aceito em 11/03/2020.

Introdução

A economia de mercado dita “natural”, que levou o homem à lógica destrutiva da natureza também o desvinculou de sua gênese: ser humano (POLANYI, 2012). O natural constitui o *locus* onde o ser humano tem seu *habitat*, sendo a espécie humana produto dela própria, ou seja, da natureza. A economia de mercado tornou as relações de trabalho e renda superiores às das humanas, contribuindo para a dissolução da natureza e do Homem. O Homem, na lógica do mercado autorregulável, se reduz a uma mercadoria - um indivíduo que decide a partir de uma só racionalidade, a dita econômica - *Homo oeconomicus de* Zaoual (2003). Contrapondo a esse modelo de organização produtiva e de distribuição, provedor desse tipo de Homem, que formam as sociedades capitalistas, os das sociedades tribais, estudadas no mesmo século por Mauss (2003), estavam baseados em outras racionalidades, destacando-se o da dádiva e/ou da reciprocidade, coexistindo com as trocas monetárias (POLANYI, 2012). Tal como Polanyi (2012), Zaoual (2003) alerta sobre a existência de outras racionalidades que coexistem nas sociedades capitalistas; racionalidades que podem estar estruturadas nas relações sociais, as quais ele denominou de racionalidades situadas, definindo os homens que atuam com tal racionalidade de *Homo situs* (ZAOUAL, 2003). São espaços ou locais nos quais a organização social e produtiva é estabelecida por um tipo de homem situado, o qual estabelece sítios simbólicos de pertencimento a partir de outrem ou da natureza, promovendo dinâmicas materiais e imateriais relacionadas que dão sentido a sua vida. A localização e compreensão na prática outras formas de organização da sociedade, mesmo que seja no campo da pesquisa, devem apoiar-se na promoção de outra sociedade, mais humana, com menos desigualdades e ambientalmente sustentável.

A Feira do Produtor do município de Morretes, Litoral do estado do Paraná, possui elementos que apresentam indícios de ser um sítio simbólico de pertencimento, por ser um espaço público de uso recorrente, onde seus frequentadores estabelecem complexas relações sociais e de troca: um espaço de fonte de renda de famílias rurais ou não, que vendem o produto do

seu trabalho para compradores, em geral urbanos, os quais desfrutam do espaço para além dos produtos adquiridos.

A Feira do Produtor de Morretes, pela sua recorrência talvez possa ser um sítio de pertencimento local, influenciado por diferentes motivações, estabelecendo diferentes racionalidades que se expressam no comportamento dos atores sociais. Neste sentido, o presente trabalho busca, através da observação etnográfica do comportamento dos vendedores e compradores, constatar a existência ou não de um *Homo situs* no espaço da Feira do Produtor de Morretes, o qual teve sua origem fundamentada para as trocas monetárias, ou seja, num espaço no qual a racionalidade de um *Homo oeconomicus* deveria prevalecer.

Método

Trata-se de uma pesquisa social, fundamentada numa revisão teórica, baseada em Mauss (2003), Polanyi (2012) e Zaoual (2003), que conduz à compreensão de princípios, os quais guiam o comportamento dos homens, movendo diferentes racionalidades, entre as quais estão às acionadas nas trocas mercantis e também nas das trocas não monetárias, auxiliando na compreensão de outras economias, e em Saborin (2011), que orientou para a eleição da variável “reciprocidade”, e sua proposta de interpretação, como um tipo de princípio que poderia estar presente nas trocas de produtos rurais em espaços urbanos de sociedades capitalistas.

Com base nesses referenciais emergiu o local da pesquisa: o espaço de comercialização (troca) de produtos da área rural em área urbana, preferencialmente vendidos pelo produtor ou pela agricultura familiar; espaço que, por pressuposto, os atores exerceriam outras racionalidades. A observação etnográfica, realizada em junho de 2018, ocorreu na Feira do Produtor de Morretes – Paraná.

A partir da observação e diálogos do pesquisador com os feirantes, optou-se pela metodologia descritiva. A pesquisa etnográfica ocorreu, conforme Hammersley (1990), em cinco etapas: 1) observação do comportamento das pessoas no seu contexto habitual, sendo utilizado o caderno de campo; 2) levantamento das informações por meio de conversação informal nos dias da ocorrência da feira do produtor, desde a abertura ao fechamento; 3) o movimento do grupo restrito de pessoas que participava da Feira foi, nos diversos momentos, desenhados em papel a fim de possibilitar a compreensão; 4) a categoria teórica “reciprocidade” binária e ternária simétrica foram utilizadas para validar a existência de um sítio de pertencimento pelos sujeitos que frequentam a Feira e a Feira ser interpretada como um sítio simbólico de pertencimento, um lugar de resistência; e 5) a análise das informações foram interpretadas a luz do significado teórico da categoria de análise, assumindo a forma descritiva. A pesquisa não buscou quantificar para analisar por métodos estatísticos o objeto de pesquisa. Desta maneira, essa pesquisa decorreu em grande medida da capacidade interpretativa do pesquisador, possibilitando um contato estreito e longo com a realidade proposta neste estudo.

Discussão teórica

Polanyi (2012) ressalta que, a troca monetária nas diferentes sociedades sempre teve seu espaço, mas foi somente na Idade Contemporânea que o mercado torna a moeda autônoma e dominante. Como resultado da produção em busca do dinheiro, o homem chegou à lógica destrutiva da própria natureza humana, transformando tudo em mercadoria, alterando inclusive

as relações entre os homens nas sociedades e desses com o ecossistema. Com a maximização da produção ampliaram-se as desigualdades sociais e os prejuízos ambientais, esses sem precedentes.

Polanyi (2012) aponta que, a transformação da terra e do trabalho em mercadoria, que promoveu o sistema capitalista ou a economia de mercado, acarretou no desmoronamento social. Defende ainda que, a ilusão da mercadoria sujeitou a natureza e o homem às “leis do mercado”, e que a sociedade regulada pelo mercado se sustentaria. Nessa, o homem busca sua própria destruição, já que na busca de maximização das utilidades na produção, o homem corrompe suas liberdades, levando-o a pensar que não há outra economia ou outra forma de subsistência, isto é, outro modo de viver. Para Polanyi (2012), o modelo autorregulável, cuja quantidade e os preços independem da reprodução dos fatores de produção, é uma falácia; um modo desenraizado de sociedade, que separa o homem da sua própria natureza, a natureza (LESSA, 2011). Salienta-se que, o homem ao ser e fazer parte da natureza deve respeitá-la, conduzindo a sociedade ao desenvolvimento humano (SEN, 2010) e não econômico.

Para Zaoual (2003), a globalização desse modelo de desenvolvimento fez com que o ser humano fosse reduzido à condição de produção e consumo, comprimindo outras dimensões de sua vida - cultural, social e ecológica; reduzido à noção de utilidade e satisfação relativa de necessidades, sugerindo assim que a racionalidade econômica é uma falácia. Furtado (1974) denominou esse modelo de desenvolvimento de mito. O autor argumenta que a busca incessante pelo crescimento e lucro máximo se contrapõe à aceção de outra economia, a qual só é possível por meio de uma relação ética entre a economia e a política.

Outras economias, tal como as baseadas na reciprocidade e da redistribuição, fundamentadas em princípios enraizados, os quais foram relatadas na obra de Polanyi (2012) e observadas por Mauss (2003). Mauss (2003) ao comparar as iniciativas de circulação de bens das sociedades primitivas, tanto da Polinésia, Melanésia e do Noroeste americano, identificou que as relações sociais se davam por trocas anti-utilitaristas, não estando relacionadas à economia dita natural². As trocas implicavam em fatos sociais: o ato da troca não estava desvinculado da economia, da política, da religião, da estética ou do parentesco. O autor evidencia que, essas sociedades não eram compostas por indivíduos que trocavam mercadorias, eram coletividades que estabeleciam trocas como dádivas. A dádiva era a troca de bens materiais ou imateriais que estabelecia vínculos subjetivos entre os que a realizavam. A oferta estava relacionada à disponibilidade de algo de si para o outro.

Conforme Mauss (2003), as instituições das sociedades tribais possuíam um regime social para o ato de trocar que não era motivado exclusivamente pela troca de “bens e riquezas, bens móveis e imóveis” (MAUSS, 2003, p. 203). As “amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas” trocados constituíam ‘matéria espiritual’ (MAUSS, 2003, p. 203). A dádiva não era um mero sistema de “intercâmbio” (MAUSS, 2003, p. 240). O intercâmbio era uma relação de interesse com reciprocidade mínima, ou seja, no intercâmbio procurava-se satisfazer o interesse próprio.

A dádiva, descrita por Mauss (2003), é uma troca que une; é uma troca que origina valor simbólico de finalidade moral e produz sentimento de aliança entre os envolvidos. O autor destaca que a dádiva se fundamenta em três princípios inseparáveis: dar, receber e retribuir. Sendo assim descritos: o ato de dar, como disponibilidade à iniciativa e assumir o risco de rejeição; o ato de receber, como disponibilidade à iniciativa alheia e; o ato de retribuir, como disponibilidade de unificar e tornar-se um com o outro.

² Natural é a naturalização da economia de mercado como sendo a única, aceita e sem questionamento.

Para Mauss (2003), os contratos nessas sociedades eram firmados mediante a troca, sendo essa uma simples mobilização dos recursos, um meio, importava o contrato social firmado. O autor descreve que: as almas misturam-se nas coisas e as coisas nas almas, “misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam” (MAUSS, 2003, p. 212). As trocas naquelas sociedades remetiam a um sentimento mútuo, nelas a honra, o prestígio, o desprendimento e a solidariedade não eram palavras vãs. O autor (MAUSS, 2003, p. 195) relata que, em algumas tribos a noção de valor não utilitário tinha poder mágico ligado a ritos, ao *mana* e ao *hau* e a uma “obrigação absoluta de retribuir as dádivas sob pena de perder esse *mana*”.

Numa passagem da obra de Polanyi (2012, p. 61), o autor argumenta que “nas condições tribais a solidariedade era protegida pelos costumes e tradições, a vida econômica estava inserida na organização social, não havia lugar para transações econômicas”; que “a justiça e o direito se encarnavam em instituições mais antigas” e; que a “sociedade não era organizada de maneira mercantil, o preço, bens e riquezas não eram considerados justos somente quando vinham do mercado” (lucro e interesse) (POLANYI, 2012, p. 60).

Conforme Polanyi (2012, p. 55), há muito a aprender com essas sociedades, enfatizando que “a sociedade do século XIX organizou-se de um modo que fazia com que apenas a fome e o lucro fossem motivações eficazes para o indivíduo participar da vida econômica”.

Para Polanyi (2012, p. 60) “os seres humanos trabalham por muitas razões desde que vivam em um grupo social definido”:

O kula dos nativos das Ilhas Trobriand, um dos maiores intrincados sistemas de trocas [...], é sobretudo uma busca estética [...], assim, os monges, os habitantes da Melanésia ocidental, os vassalos [...] eram conduzidos pela religião, a estética, os costumes, a honra [...] (POLANYI, 2012, p. 60).

Num tempo não tão longe e numa sociedade em que a acumulação do capital ainda busca sua hegemonia, limitado pelos contra movimentos, Sabourin (2011) analisando o meio rural argumenta que, coexistem reciprocidades mediadas por regras de âmbito local. Durante a venda direta entre produtor e comprador, esses são capazes de manter vínculos afetivos e éticos, os quais são denominados pelo autor de reciprocidade binária. Já, quando a venda ocorre por uma segunda pessoa que não o produtor, um corretor, esse cria prestígio pela mediação das informações do produto e do produtor, sendo denominado pelo autor de reciprocidade ternária.

Para Sabourin (2011), a reciprocidade estabelecida em dar com o compromisso de receber gera valores e sentimentos diferenciados, assim propõem quatro diferentes reciprocidades, conforme suas observações. A reciprocidade assimétrica, que é aquela que não se limita a relação de dádiva/contra dádiva entre os pares ou os grupos sociais, proporcionando reciprocidades positivas ou negativas; a reciprocidade simétrica, gerada por valores afetivos ou éticos; a reciprocidade bilateral simétrica, gerada por sentimentos de amizade ou justiça e; a reciprocidade ternária, criada a partir da responsabilidade em relação ao bem comum, ao meio ambiente ou às futuras gerações. Como toda relação envolve no mínimo duas pessoas, Sabourin (2011) as subdividiu em: unilateral, que ocorre a partir de um, sendo o outro receptor, tais como aquelas que ocorrem na transmissão de saberes ou na transferência do patrimônio dos mais velhos para os mais novos, e bilateral, que ocorre a partir do doador e do receptor, não sendo possível transferir para um terceiro. A reciprocidade para o autor ocorre em três níveis: no real, onde a totalidade é o impen-sável confrontando-se com os limites do ser humano no estado de consciência e subconsciência;

no simbólico, inferido a partir das relações do sujeito com seu espaço, em um sistema de valores impostos pela lei da oferta e demanda (linguagem); e no imaginário, elencado pelo prestígio ou vingança para dar lugar a formas de reciprocidade positivas ou negativas (representações).

Para Sabourin (2011), o contrato social ou a democracia política colocou a reciprocidade em segundo plano, visto que não foi capaz de lidar com a produção de excedentes em estruturas simétricas ou em economias mais humanas. Para o autor, a sociedade foi reduzida a um sistema de troca de maximizações individualistas, contudo, suas análises do rural o permitiram argumentar que, as atividades econômicas podem ser motivadas pela “satisfação da necessidade do outro e manutenção de laços sociais” (SABOURIN, 2011, p. 34), gerando valores afetivos, imateriais, éticos, ajuda mútua e manejo compartilhado.

Para Polanyi (2012), a reversão do desenraizamento da economia de mercado ou da economia ser apenas uma das dimensões da vida passa pela instituição política, a qual deve ser controlada pela sociedade, permitindo liberdades, e para tal: o trabalho, a terra e o dinheiro não podem ser tratados como mercadorias.

Trazendo para o debate a regulação da sociedade pelos seus atores, Zaoual (2003) propõe o conceito de *Homo situs*, caracterizando-o como um homem que interage no território onde vive; um homem que busca estar em conformidade com o seu meio social (regras do local de Sabourin, 2011) e ecológico, estabelecendo sítios simbólicos de pertencimento, ou reciprocidades simétricas bilaterais ou ternárias, como proposto por Sabourin (2011).

Mauss (2003, p. 301) apresenta a reciprocidade como uma alternativa a ser adotada, um princípio de vida: “sair de si, dar, de maneira livre e obrigatória”. Polanyi (2012), na mesma linha apresenta que a reciprocidade, a redistribuição e a troca são princípios diferentes que movem sociedades, assim não existe apenas uma economia, existem diferentes economias e sociedades. Para completar, Sabourin (2011) aponta a existência de diferentes reciprocidades em meio às relações de trocas monetárias, dado que os atores assumem responsabilidades para um comum, tal como na reciprocidade ternária, movida por um sentimento de mudança. Portanto, subsistem diferentes reciprocidades que movem trocas monetárias.

Um mundo de desigualdades se apresenta como um mosaico, no sentido figurativo por Zaoual (2003). Nesse mundo, de acordo com o autor, a economia necessita ser solidária, por reunir confiabilidade, autonomia e cooperação, dimensões fundamentais para criar diferentes sítios simbólicos de pertencimento. Um homem concreto, situado, é aquele que cria um sítio simbólico de pertencimento, que cria um local de ancoragem, de confiabilidade, sobre o qual o homem composto de entidades imateriais estabelece: sua caixa preta, originária de crenças, experiência, memória e trajetória, sua caixa conceitual, originária de saber social, teorias e modelos, e sua caixa de ferramentas, originária de ofícios e modelos de ação. É com essas caixas que o *Homo situs* se insere e pratica atitudes que envolvem diversidade e respeito com o outro e com o meio ambiente. O *Homo situs* é o homem sujeito de sua própria história, é o ator. O autor ressalta que o conhecimento processado pelo homem não separa o social, as crenças e os valores, portanto, a racionalidade é uma construção social capaz de transforma-se e de transformar os rumos da humanidade.

Espaço de interação humana: a Feira do Produtor de Morretes

A Feira do Produtor, objeto de observação dos sujeitos da pesquisa, localizada na Praça Rocha Pombo - centro urbano do município de Morretes, Litoral do Paraná, foi criada com o apoio do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER/PR) e da Secretaria de

Agricultura e Produtores Rurais/Prefeitura Municipal, com a participação ativa dos produtores (MORRETES, 2018). Na Feira, que desde 2010 ocorre todas as sextas-feiras das 18h às 22h:30min, se observa a venda de produtos alimentícios de consumo local, tais como tapioca, espetinhos e bererecas e de alimentos de consumo fora do local, como compotas e vegetais. A Feira dispõe de equipamentos para atender aproximadamente 120 pessoas sentadas (FIGURA 1).

Figura 1 - Feira do Produtor em Morretes - Paraná



Fonte: Os autores (2019).

Na Feira também foi possível observar a presença de músicos de diferentes estilos musicais, inclusive com composições que fazem referência ao local: “Ê, minha Morretes”.

Os produtos eram comercializados em seis barracas (B) identificadas pelo sobrenome da família do produtor, que aqui passam ser denominadas simplesmente de barraca 1, 2, 3, 4, 5 e 6. A barraca B1 comercializa espetinhos de carnes, assados e tapioca; a B2, salgados fritos, assados e doces; a B3, tempurá; a B4, mel e bebidas de fabricação caseira; a B5, pizza; e a B6, vegetais orgânicos.

Em cada barraca ficavam aproximadamente três feirantes com o predomínio de mulheres, principalmente na barraca 5, onde eram comercializadas pizzas. Na barraca de mel e bebidas, ao contrário não havia mulheres (QUADRO 1). Quase todos feirantes eram identificados pelo uso da camiseta da Feira e pelo uso de avental. As mulheres ainda portavam touca, enquanto os homens bonés.

Quadro 1 - Número de atendentes por barraca e sexo na Feira do Produtor de Morretes

GÊNERO	BARRACAS						TOTAL
	B1	B2	B3	B4	B5	B6	
Mulher	3	1	2	0	3	1	10
Homem	1	1	1	2	0	1	6
TOTAL	4	2	3	2	3	2	16

Fonte: Os autores (2019).

Relativo à organização inicial da Feira observou-se que as mulheres atuavam na colocação das mesas, toalhas, cadeiras e distribuição interna dos equipamentos nas barracas. Após, com a chegada dos “compradores”, elas atuavam no preparo, na entrega até as mesas e balcão e também no caixa. Os homens atuavam na montagem e desmontagem das barracas, colocação das mesas e cadeiras, e, na entrega dos alimentos nas mesas e na retirada dos resíduos destas. Em momentos de menor público, os feirantes percorriam as outras barracas, permanecendo em diálogo.

A montagem da Feira iniciava com a montagem individual das barracas e com a montagem do espaço coletivo, por meio da distribuição de mesas e cadeiras. A montagem do coletivo era realizada por um dos feirantes, que se parasse para dialogar, outro feirante logo terminava. Após, um terceiro realizava a limpeza das mesas e das cadeiras. Na sequência, um quarto colocava as toalhas sobre as mesas, alinhando as cadeiras.

A Feira era frequentada por núcleos familiares que passavam nas barracas cumprimentando e permanecendo em diálogo com os feirantes. Durante a permanência dos compradores na Feira quase não se observa a utilização de aparelhos celulares.

No diálogo com diferentes feirantes constatou-se que eles sabiam as receitas dos alimentos produzidos pelo outro, mas não os faziam a fim de proporcionar uma cesta diferenciada de bens aos que buscavam a Feira. O Feirante B1 foi questionado para saber se dispunha de “biomassa de banana verde”, mesmo observando que ele não expôs o produto sobre o balcão. Como resposta o Feirante B1 comentou saber da receita, porém disse que conhecia um produtor, indicando-o para que o procurasse. O mesmo questionamento foi feito aos Feirantes B3 e B5, os quais indicaram o mesmo produtor. Um dos feirantes disse que não tinha interesse em vender o produto, demonstrando-se flexível para compartilhar a receita, indicando o produtor para que fosse procurado para a compra. Destaca-se que, o produtor indicado pelos feirantes não tem barraca na Feira, mas todos tinham conhecimento que ele vendia o produto em sua residência.

Resultados

Com base na literatura elegeu-se a Feira do Produtor de Morretes para observação ou não de outras racionalidades que apontassem a outras economias, sendo a prova de resistências, ou ainda, alternativas contra hegemônicas à economia a de mercado. Também com base na literatura a pesquisa buscou observar no comportamento e no diálogo atitudes de reciprocidade, os quais demonstrariam vínculos sociais enraizados num espaço que supostamente seria de mercado.

Na Feira foi possível observar que os feirantes se organizam num espaço público. Os feirantes são: produtores, são vendedores, são trabalhadores da limpeza, são detentores de saberes de processos produtivos locais e de informações sobre o local e colaboram entre si para a existência da Feira.

Entre os produtos vendidos no local, poucos são produzidos fora do espaço Feira, o que faz da Feira um espaço de produção e venda direta ao comprador, resultando numa produção sem estoques, sem escalas ou incertezas, ou ainda, caracteriza-se por um modelo de produção que não promove a exaustão da natureza ou excedentes de resíduos. Portanto, em consonância com a natureza local.

Para além do modelo de produção, a Feira se mostra um local de alicerce para diferentes reciprocidades: simétricas – pela relação de interesse na troca estabelecida entre os compradores e vendedores diante da venda direta dos produtos; simétricas bilaterais – pela relação de amizade

e confiança entre feirante e comprador; e simétricas ternárias – decorrente da mobilização dos feirantes de organizar seu espaço de compartilhamento de trabalho.

Na Feira, os feirantes cooperaram entre si para constituição de um espaço comum, ou seja, apesar das barracas identificadas pelo nome das famílias, eles se identificam como Feira, agindo num movimento de *Homo situs*, como sugerido por Zaoual (2003), criando assim um sítio simbólico de pertencimento, um lugar aonde eles são atores, agindo sobre dimensão social – por criarem um espaço de diálogo, cultural – pela manutenção do espaço, do alimento e da música, os quais transmitem hábitos, ambientais – por respeitarem os espaços físicos sem degradar, e políticas institucionais – por juntos tomarem decisões que transcendem a um simples espaço de produção e venda.

A Praça Rocha Pombo pode ser caracterizada como um sítio de pertencimento local, um bem comum, sobre o qual se estabelecem regras que se baseiam em princípios de reciprocidade, ou seja, em regras que vão muito além das regras do poder público (Estado) e/ou do poder econômico (Mercado).

Nas barracas, a divisão do trabalho parece ocorrer pela diferença da força física dos homens e das mulheres e pelos saberes tradicionais, sobre os quais as mulheres tradicionalmente atuavam, na culinária e nas atividades mais delicadas e os homens também, na construção e nos movimentos mais pesados. A divisão do trabalho não decorria da divisão social do trabalho, que caracteriza o modelo de produção capitalista e da economia de mercado, onde cada indivíduo exerce uma atividade, recebendo salário como o preço da mercadoria. Na Feira, observou-se reciprocidades simétricas ternárias, onde mesmo não tendo quem vendesse o produto, os vendedores lá presentes indicavam o seu produtor.

As relações entre feirantes e compradores também se estabelecem por diferentes reciprocidades, podendo ser assimétricas, mas fundamentalmente simétricas, as quais se estabeleciam pela dádiva da honra e do prestígio por intermédio de um contrato social firmado informalmente (MAUSS, 2003).

A Feira se mostra como um local de enraizamento social que se sobrepõe a um lugar de criação de lucro. Pode ser compreendida como um local de produção de identidade e cultura, fomentando um território construído como em Pecqueur (2009) que merece a leitura e sua referência nas investigações futuras. A Feira, como objeto de conhecimento científico sobre economias alternativas, está atravessada por racionalidades que confrontam o modelo hegemônico de produção industrial capitalista. Esta Feira apresenta-se como uma organização produtiva e social de resistência a globalização, pois nela se estabelece a produção e venda local, nela se desenvolvem princípios necessários à valorização humana e ecológica.

Conclusão

A possibilidade de se pensar outros modelos de desenvolvimento, especialmente pelas críticas de ser esse um mito (FURTADO, 1974) ou de ser Global que rompe com as especificidades do local (ZAOUAL, 2003), bem como de se pensar outras economias (POLANYI, 2012), a partir de relações sociais enraizadas, tal como as baseadas na reciprocidade (MAUSS, 2003) simétricas binárias ou ternárias (SABORIN, 2011), nos aponta um caminho para além da economia de mercado.

Provar que em meio a busca hegemônica da sociedade de mercado, onde os homens passaram a ser mercadorias e a natureza apenas fatores de produção, possam existir movimentos de resistência é no mínimo prazeroso para não dizer esperançoso.

É com base nesses argumentos que a pesquisa intitulada com parte do título deste artigo teve início “Resistência e reciprocidade: comportamento *in situ* de pertencimento”, objetivando averiguar a existência de uma economia contra hegemônica num espaço de troca monetária, para tal a observação etnográfica e de diálogos ocorreram na Feira do Produtor em Morretes, Litoral do Paraná.

Ocorrendo num espaço público, na Feira de Produtores de Morretes foi possível observar que os homens superaram suas racionalidades do *Homo oeconomicus*, para dar vazão as racionalidades situadas – *Homo situs*. Homens atores da sua própria história. Na Feira a economia é plural, o espaço de venda se abre para promoção cultural e fortalecimento das relações sociais, estabelecendo um sítio simbólico de pertencimento.

A racionalidade situada, que ora foi identificada pode ser fraca, pois ocorre num espaço público, o qual a qualquer momento pode ser regulamentado, reconstruído ou desfeito para que outra racionalidade passe a fazer parte daquele ambiente.

Tal como a racionalidade econômica, acredita-se que a homogeneidade de nenhuma racionalidade deve ser salutar para as sociedades, mesmo a baseada na reciprocidade, especialmente porque ela poderia ser assimétrica e estar relacionada a vingança, ainda pouco explorada na literatura.

Importa nestes resultados a constatação da existência de espaços de proximidade, onde ocorrem interações humanas, espaço de organização social, onde as normas não são delegadas a terceiros, aonde todos se responsabilizam pelo comum, responsabilizando-se pelo outro e pela natureza.

Além do papel social, a Feira provavelmente exerça um papel financeiro notório, não investigado, ficando assim recomendações para trabalhos futuros.

Referências

- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- HAMMERSLEY, M. **Reading Ethnographic Research: A Critical Guide**. London: Routledge, 1990.
- LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. Título original: Sociologie et anthropologie. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MORRETES (Município). Lei nº 120 de 18 de novembro de 2010. INSTITUI A FEIRA LIVRE AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE MORRETES - ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 2010. Disponível em <<http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-ordinaria/2010/1/0/349>>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política e Sociedade, Florianópolis**, v. 8, n. 14, p. 79-105, abr. 2009.
- POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropológica do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, mai./ago. 2011.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.
- ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. Textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.

Os condomínios agrícolas de armazéns em Palotina - PR¹

Agricultural storage condominiums in Palotina - PR

Helton Jaques Albiero*

Diane Belusso**

Resumo: Este artigo objetiva apresentar os condomínios agrícolas de armazéns como uma estratégia recente para a manutenção de produtores de soja e milho no município de Palotina, localizado na Mesorregião Oeste do Paraná. Por meio de pesquisa documental e bibliográfica, foi contextualizada a organização social dos agricultores e, por meio de pesquisa de campo, foi caracterizada a estrutura de funcionamento de um condomínio de armazenagem. Verificou-se que o cooperativismo empresarial é uma prática tradicional em Palotina, pois contribuiu para o processo de modernização da agricultura e, atualmente, impulsiona o agronegócio.

Palavras-chave: Organização Social. Cooperativismo Agrícola. Armazenagem de grãos.

Abstract: This article aims at presenting the agricultural storage condominiums as a recent strategy for the maintenance of soybean and corn producers in the city of Palotina, located in the Western mesoregion of Paraná state, Brazil. Through documental and bibliographical research, the social organization of farmers was put in context, and through field research, the operating structure of a storage condominium was characterized. It was found that business cooperativism is a traditional practice in Palotina as it

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no “II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL” em Foz do Iguaçu, entre 07 a 09 de agosto de 2019, sendo indicado pelo evento para compor este volume especial.

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade (PSU), associado entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e o Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Umuarama; Especialista em Gestão Pública com Ênfase em Políticas Públicas pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR); Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Diretor de Planejamento e Administração do IFPR – Campus Assis Chateaubriand. E-mail: helton.albiero@ifpr.edu.br.

** Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, FCT/Unesp/Presidente Prudente (UNESP); Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Umuarama. E-mail: diane.belusso@ifpr.edu.br.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

has contributed to the process of modernization of agriculture and currently boosts agribusiness.

Keywords: Social Organization. Agricultural Cooperativism. Storage of grains.

Recebido em 11/11/2019. Aceito em 10/03/2020.

Introdução

A importância da organização social, ao longo do tempo, é fonte de estudos em todas as áreas do conhecimento, com o objetivo de encontrar novos rumos que conduzam ao crescimento e desenvolvimento coletivo dos sujeitos e dos ambientes onde estão inseridos.

Em relação às cadeias produtivas, a força das organizações sociais assume uma dinâmica transformadora: culturalmente, a ampliação de conhecimentos por meio do convívio social; economicamente, por oportunizar aos associados possibilidades de maior geração de renda; ambientalmente, por fomentar a conscientização e a responsabilidade da utilização adequada dos recursos naturais (OLIVO, 2000).

De modo a introduzir a temática do presente artigo, é importante diferenciar os tipos mais comuns de organizações sociais agrícolas que coexistem no arranjo produtivo do município de Palotina, sendo estas: associação, cooperativa e condomínio.

Dentre essas instituições organizacionais agrícolas, a associação, se caracteriza basicamente pela união de duas ou mais pessoas, com objetivos comuns, que por intermédio desta união se fortalecem, criando possibilidades de obtenção de melhores condições e benefícios da comunidade constituída. Não há capital social envolvido, ou seja, os associados não são proprietários da associação (CARDOSO; NOGUEIRA; RODRIGUES, 2014).

Por sua vez, a organização cooperativa se caracteriza pela união livre e formal entre, no mínimo, vinte associados que, de modo coletivo e por meio de uma gestão democrática e participativa, procuram comercializar as suas produções e adquirir insumos variados. Por meio desta relação de compra e venda, conseguem gerar renda aos cooperados. Esta renda, após aprovação em assembleia geral, terá sua destinação definida de modo a atingir objetivos econômicos e sociais, com a finalidade de garantir o bem comum dos envolvidos. Existe a formação de capital social, e a constituição da pessoa jurídica com deveres e obrigações comuns aos cooperados (CARDOSO; NOGUEIRA; RODRIGUES, 2014).

Já a organização denominada condomínio, objeto principal deste estudo, trata-se de uma organização associativa pela qual seus participantes, pessoas físicas e geralmente avizinados, se unem para, em conjunto, constituir legalmente uma sociedade por cotas, com o objetivo principal de obter melhores e maiores resultados para a sua produção. Este objetivo está relacionado também ao compartilhamento de toda a infraestrutura física e demais benefícios que são proporcionalmente divididos entre os participantes do condomínio. A constituição do capital social é dividida em cotas, onde cada condômino responde proporcionalmente ao seu percentual participativo da sociedade (OLIVO, 2000).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR, 2011) define o condomínio agrícola como um modelo associativo pelo qual seus associados se unem legalmente para enfrentar os desafios de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado, possibilitando maior rentabilidade econômica.

Para Olivo (2000), os condomínios se caracterizam como sociedades formadas por produtores rurais vizinhos, criados com a finalidade de oferecer condições de superação de adversidades econômicas e sociais de modo a possibilitar melhores condições para competir no mercado.

Em relação à produção de grãos e considerando a relevância das culturas temporárias de milho e soja no cenário das exportações brasileiras, todas estas organizações sociais relacionadas ao associativismo assumem importância fundamental para o arranjo produtivo das regiões onde estão inseridas, e neste caso em análise, do município de Palotina.

Este artigo, portanto, ao trazer o tema dos condomínios agrícolas de armazéns, demonstra como a organização social vem se reinventando no meio agrícola palotinese. Os agricultores de Palotina vinculados a uma grande cooperativa fundada na década de 1960, recentemente se vincularam aos condomínios de armazéns. São tradicionais produtores agrícolas que estão se mantendo viáveis mesmo diante da competitividade dos mercados agrícolas. Neste caso, objetivamos explicar como se deu a implantação e o funcionamento dos condomínios de armazéns no município de Palotina.

No ano de 2006, um grupo de 13 agricultores, vizinhos de terras entre si, se reuniu e após planejamento e estudo decidiram construir o primeiro condomínio de armazéns em Palotina. Como possibilidade de otimização do sistema produtivo de suas áreas agrícolas, o condomínio garantiria maior lucratividade, autonomia, liberdade comercial e ainda, de maneira isonômica, assistência técnica e divisão dos lucros, benefícios e responsabilidades proporcionalmente à participação de cada membro neste novo modelo de associativismo (FAEP, 2014).

Em 2019, estavam em atividade quatro condomínios agrícolas e, juntos, atendiam diretamente a 55 produtores de soja e milho, com diferentes capacidades produtivas entre si e que por meio desta nova forma de associativismo buscam maior autonomia comercial e por consequência maior valorização agregada ao seu produto.

O surgimento de um novo modelo de associativismo vem ganhando espaço no meio rural do município de Palotina. A organização de condomínios de armazéns desperta a curiosidade científica e, principalmente, a necessidade de estudos e pesquisas que possibilitem verificar os seus efeitos para a manutenção e sustentabilidade dos empreendimentos agrícolas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois o interesse está no aprofundamento da compreensão do surgimento dos condomínios agrícolas como um novo modelo de organização social formada por agricultores no município de Palotina. A pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Quanto à amostra, Silveira e Córdova (2009, p. 32) ensinam que a pesquisa qualitativa tem o “objetivo principal de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, sem se preocupar com o tamanho destas, pois a importância do estudo está na capacidade de que este conhecimento seja capaz de produzir novas informações”. Neste caso, foram coletadas informações *in loco*, nos quatro condomínios instalados em Palotina, por meio de entrevistas semiestruturadas, com os gerentes dos condomínios, para obtenção de informações gerais. Especificamente, a todos os condôminos foi distribuído um questionário, que foi respondido apenas por aqueles que decidiram contribuir com a pesquisa por livre vontade.

O texto foi organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira é referente à caracterização do objeto de estudo, dados sobre o perfil agrícola do município de Palotina e dos condomínios de armazéns. Em seguida, é apresentado o contexto brasileiro do surgimento do sistema de condomínios agrícolas. A terceira seção apresenta a estrutura de funcionamento dos condomínios pesquisados *in loco*.

Caracterização do objeto de estudo

O município de Palotina, desde o início de sua colonização, em 1953, estabeleceu nas atividades agropecuárias o pilar para o seu crescimento e desenvolvimento econômico (TOMAZELLA, 2010).

Segundo a base de dados históricos do IPARDES (2019), o município de Palotina apresentava, em 2017, o total de 1.253 estabelecimentos agropecuários, distribuídos em uma área de 64.436 ha, o que representa aproximadamente 98,94% de toda a área do município.

O meio rural de Palotina é predominantemente agrícola e está centralizado no cultivo de soja e milho que representam a base da economia do município, em conjunto com os resultados da agroindústria local, somou, em 2016, o valor de R\$ 711.736.574,00, aproximadamente 45% do valor adicionado fiscal produzido no município (IPARDES, 2017).

De acordo com os dados coletados, referentes à produção de soja de 2017, o município de Palotina, com rendimento médio de 4.100 Kg/ha, aparece entre os 74 municípios com as melhores médias produzidas no Brasil e o 15º melhor no Estado, sendo ainda a 32ª melhor média colhida deste grão na região Sul do Brasil composta por 1.191 municípios (IBGE, 2019).

Com o total de 183.680 toneladas, o município é o 134º maior produtor nacional do grão, sendo o 13º maior produtor paranaense e o 5º maior produtor do Oeste do Estado (IBGE, 2019).

Uma condição histórica que contribuiu para a organização coletiva dos agricultores foi o fato de que a maioria dos pioneiros que adquiriram terras no Oeste Paranaense eram vizinhos ou possuíam algum grau de parentesco em suas regiões de origem - Rio Grande do Sul e Santa Catarina (REGINATO, 1979, p. 38).

Saquet e Sposito (2008, p. 17), se referem à territorialidade como uma “estratégia que permite influenciar ou controlar os recursos, fenômenos, relações e pessoas, e está intimamente ligada ao modo como as pessoas usam a terra, organizam o espaço e dão significado ao lugar [...]”, entendimento que pode ser correlacionado ao movimento migratório que deu origem ao município de Palotina.

Para Hespanhol (2007, p. 271), “a maior parte dos pequenos municípios do interior do país é essencialmente rural e a dinâmica de funcionamento das respectivas cidades-sede é estabelecida a partir dos espaços rurais que a circunda”.

Segundo o SENAR (2011), o processo associativo entre produtores possibilita um aprendizado contínuo de convivência e relacionamento, por intermédio da ajuda mútua e da cooperação. Macedo, Souza e Amodeo (2014) comentam que as cooperativas são organizações tradicionais no espaço rural e possuem a capacidade de intervir na realidade social do meio onde atuam tendo que dar respostas econômicas em um cenário competitivo.

De acordo com Hümmelgen (2016), o cooperativismo surge como uma doutrina, cuja finalidade é nortear uma associação de pessoas com interesses semelhantes, a fim de cooperarem e atingirem objetivos semelhantes.

Para Nantes e Scarpelli (2012) é somente por meio da organização dos produtores e de ações coletivas, de forma coordenada, que eles poderão atingir de modo comum a todos seus membros. Quanto às estratégias para empreendimentos rurais, comentam:

As estratégias que determinam o sucesso dos empreendimentos rurais estão estreitamente vinculadas ao porte do produtor, pois, uma das razões fundamentais para a inserção em uma cadeia produtiva é a escala de produção. Essa escala é um dos fatores determinantes para o escoamento da produção, já que a comercialização dos produtos é função do volume de produção disponível (NANTES; SCARPELLI, 2012, p. 645).

A integração das ações, implementadas pelos diferentes órgãos públicos, cooperativas, sindicatos, associações de produtores, organizações não governamentais são de crucial importância para a dinamização econômica do campo e para a conseqüente melhoria da qualidade de vida de seus habitantes (HESPANHOL, 2007).

A origem de diferentes formas de cooperação está relacionada com o próprio processo de desenvolvimento da agricultura. Muitas são criadas espontaneamente pelos próprios agricultores, outras surgem mediante a intervenção de agentes externos como instituições governamentais, não-governamentais e agências internacionais de desenvolvimento (OLIVO, 2000, p. 43).

Filippi (2017), com base em estudos já realizados sobre a armazenagem no Brasil, analisou as características, perspectivas e viabilidade da estruturação de condomínios de armazéns de grãos. Conforme a autora: “Ressalta-se que neste caso, outras formas de associação não atendiam da maneira como o agricultor gostaria e necessitava” (FILIPPI, 2017, p. 47), por isso se organizaram em condomínio.

A importância da pesquisa científica sobre os condomínios e a escassez de literatura sobre o tema também foi evidenciada no estudo da autora, que relatou: “A maior parte do material sobre esse tema foi encontrada em notícias, relatórios técnicos, reportagens televisivas e revistas” (FILIPPI, 2017, p. 23).

A definição jurídica de condomínio encontra-se no Decreto nº 3.993, de 30 de outubro de 2001, que regulamenta o art. 95-A da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, chamada de Estatuto da Terra. De acordo com o art. 2º do referido Decreto, que institui o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar, condomínio é definido como sendo: um agrupamento de pessoas físicas ou jurídicas, constituído em sociedade por cotas, mediante fundo patrimonial pré-existente, com o objetivo de produzir bens, comprar e vender, prestar serviços, que envolvam atividades agropecuárias, extrativistas vegetal, silviculturais, artesanais, pesqueiras e agroindustriais, cuja duração é por tempo indeterminado (BRASIL, 2001).

O surgimento do sistema de condomínio rural

Historicamente, de acordo com Zamberlam (1993, apud OLIVO, 2000), os condomínios rurais foram adotados no Brasil a partir de 1974, em atividades relacionadas à suinocultura no estado de Santa Catarina, tendo como base os conhecimentos gerados a partir de seu uso junto a pequenos agricultores franceses.

Anjos, Estrada e Caldas (2011), identificaram o surgimento e propagação dos condomínios rurais, como modelo de associativismo no campo, a partir da década de 1980, especificamente na

região Oeste do estado de Santa Catarina, que possuía por tradição e base econômico-financeira a suinocultura, que naquele momento atravessavam um momento de dificuldades estruturais e financeiras com o desenvolvimento da atividade.

Para Anjos, Estrada e Caldas (2011), a organização coletiva dos pequenos produtores locais em torno do sistema de condomínio, naquela época, foi significativa para a manutenção e expansão da suinocultura, possibilitando a viabilidade econômica do arranjo produtivo local.

Segundo dados de uma entrevista com um funcionário do governo, responsável pelo departamento das estatísticas agrícolas em Santa Catarina, havia 119 condomínios registrados no setor suinícola da região no final da década de 1980. Esses condomínios eram compostos por 1.369 produtores de suínos, empregando aproximadamente 5.500 pessoas (ANJOS; ESTRADA; CALDAS, 2011, p. 43-44).

Já no estado do Rio Grande do Sul, os condomínios rurais foram introduzidos em meados de 1988, a partir de modelos de Santa Catarina. Olivo (2000) analisou os modelos de condomínios rurais na bovinocultura leiteira do Rio Grande do Sul e destacou sua importância no fomento à produção leiteira das unidades de produção familiares, em pequenas propriedades, que no início da década de 1990 passavam por dificuldades.

Anjos, Estrada e Caldas (2011) identificaram o avanço do modelo associativo condominial para a agricultura, contudo, os autores indicam uma diferença fundamental na etapa cooperativa entre os setores, pois, contrariamente aos setores leiteiros e de suínos, onde a cooperação ocorre prioritariamente na fase inicial de produção com o acompanhamento técnico profissional, no setor agrícola, os resultados são obtidos com o armazenamento da produção no próprio condomínio, ou seja, o resultado da cooperação ocorre à jusante, no período pós-colheita.

Para Gullo (1997, p. 42) o condomínio rural foi concebido especialmente como uma forma associativa para agregar esforços coletivos que possibilitem efetivos resultados econômicos e sociais, viabilizando o trabalho dos pequenos produtores.

Verificou-se, contudo, que os condomínios rurais chegaram ao Brasil, na década de 1970, baseados em um modelo associativo francês. No Estado de Santa Catarina, surgiu como alternativa de inovação para alavancar a suinocultura das pequenas propriedades rurais. Posteriormente, na década de 1980, foi testado com êxito no setor de laticínio e bovinocultura no Rio Grande do Sul, onde avançou ainda para o setor agrícola em meados da década de 1990. Sempre direcionado ao pequeno produtor ou à pequena propriedade rural, com o objetivo fundamental de desenvolver determinadas atividades que até então haviam sido pouco desenvolvidas com a cooperação agrícola existente.

No caso de Palotina, a união entre os agricultores em torno de solucionar problemas recorrentes de armazenagem, logística de escoamento da produção, precificação do produto em períodos de entressafra e taxas de desconto no momento da entrega, os remeteu a experiências já vivenciadas por seus antepassados, os colonos pioneiros, que em meados dos anos 1960 enfrentaram obstáculos similares relacionados à armazenagem e comercialização.

Conforme se verificou, no município de Palotina/PR, mesmo anteriormente ao estabelecimento dos condomínios rurais, já existia uma tradição em relação à organização coletiva dos agricultores, exemplo disso foi a fundação de uma cooperativa agrícola em 1963, que ao longo de décadas foi consolidada e reconhecida pela atividade agroindustrial.

No município de Palotina, os condomínios de armazéns surgiram com o propósito de proporcionar ao produtor maior liberdade e autonomia na administração dos estoques físicos

de sua produção, permitindo sua comercialização no momento mais propício, geralmente nas entressafras, visando maior rentabilidade financeira e a superação de alguns gargalos existentes à jusante da produção agrícola.

De acordo com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP, 2014) e confirmado no trabalho de campo, o modelo de condomínios para armazenagem compartilhada da produção agrícola foi inspirado em um condomínio localizado no município de Janiópolis/PR e adequado à necessidade inicial de 13 produtores de Palotina interessados em organizar e introduzir o modelo condominial na territorialidade do município, a partir do sonho comum de possuírem sua própria estrutura de armazenagem.

Destaca-se que a ausência de um planejamento estratégico nos moldes técnicos e conceituais, não foi empecilho para a sequência do projeto. Mesmo desconhecendo a ferramenta administrativa, estes agricultores se reuniram para compartilhar suas experiências, discutir ideias, analisar hipóteses e sugestões. Nestas discussões as estratégias eram abordadas em uma linguagem simplificada de modo a garantir a ampla participação dos envolvidos e seus familiares, além de buscarem informações junto a pessoas do município que possuíam alguma experiência com o armazenamento de grãos.

Ainda, de acordo com a pesquisa, foram necessários dois anos de planejamento e estudo para o processo se materializar no papel. A organização destes produtores somente foi possível graças ao comprometimento em comum de todos os interessados. Percebeu-se que os laços de parentesco, de amizades e de confiança se interpenetraram, sendo determinantes para o sucesso do empreendimento.

O primeiro condomínio agrícola de armazéns do município de Palotina, possui 14 condôminos e já passou por duas ampliações em sua capacidade de armazenamento, desde o início de seu funcionamento em 2006.

Motivados pelo êxito do primeiro condomínio instalado no município, outros três condomínios foram inaugurados e pertencem a outros 41 produtores agrícolas distintos. Em conjunto, estes 55 produtores do município de Palotina, cultivam aproximadamente 21.350 ha. Este montante, na maioria dos casos, se refere a várias pequenas e médias parcelas de área, localizadas na área rural do município de Palotina e de municípios vizinhos.

Neste processo histórico, foram identificados marcos importantes relacionados ao desenvolvimento do agronegócio no município de Palotina, do processo de colonização até o surgimento dos condomínios:

➔ 1950 – Início do processo migratório regional, voltado para a abertura de uma nova fronteira agrícola na região Oeste paranaense, visando o fortalecimento da economia nacional tendo como base a produtividade agropecuária. Ressalva-se que o município de Palotina foi fundado em 1953.

➔ 1963 – A introdução do cooperativismo, no início da década de 1960, representou uma nova etapa do agronegócio no município. O cooperativismo surge como estratégia no enfrentamento das dificuldades de armazenamento da produção, aquisição de insumos e equipamentos agrícolas, que proporcionaram o apoio necessário para a elevação da produtividade e a tecnificação da produção agrícola.

➔ 1980 – Os expressivos resultados alcançados com a cultura da soja, plenamente adaptada às condições climáticas e das terras do município, direciona a atividade agrícola local para

produção desta *commodity* em escala comercial. O milho continua sendo produzido pelos agricultores, porém com a tecnificação agrícola sua produtividade foi elevada gradativamente.

➔ 1990 – A abertura do mercado internacional proporcionou a possibilidade de agregar valor ao produto agrícola por meio da diversificação das atividades agroindustriais. Com isso a cooperativa local amplia seu raio de ação, transformando-se em complexo agroindustrial, iniciando assim o processo de agroindustrialização do município.

➔ 2006 – Um grupo de 13 agricultores do município instala o primeiro condomínio agrícola no município de Palotina.

➔ 2016 – É inaugurado o 4º condomínio agrícola de armazém no município.

De acordo com a FAEP (2014) os condomínios agrícolas de armazéns surgiram inicialmente com o objetivo principal e comum entre os seus associados de redução dos custos com o processo de armazenagem, principalmente das taxas de desconto na entrega, e a possibilidade de comercialização da produção na época mais apropriada, fatores que gerariam maior rentabilidade agregada à produção.

Conforme identificou Fillipi (2017), inicialmente, a insatisfação dos condôminos estava relacionada à percepção crítica quanto à lucratividade das cooperativas e cerealistas sobre a produtividade armazenada pelos produtores cooperados e as taxas abatidas dos produtores para armazenagem do produto agrícola.

Quanto ao descontentamento dos produtores com o modelo cooperativo atual, verifica-se ainda que o arranjo produtivo local, ao introduzir o agronegócio como característica territorial, exigiu outra postura e novas estratégias por parte da cooperativa agrícola que já estava consolidada no município. Estas estratégias consistiam na diversificação e ampliação do modelo agrícola, verticalizando a cadeia produtiva de soja e milho, agregando valor à produção local mediante a industrialização e processamento de novos segmentos industriais.

Com a transformação da cooperativa em complexo agroindustrial, surge a diversificação agroindustrial no município, que trouxe para o círculo produtivo a opção da avicultura como alternativa frente aos desafios de ampliação de emprego e renda no município. Com esta estratégia, a cooperativa, agora complexo agroindustrial, buscou seu fortalecimento empresarial frente aos desafios da globalização e competitividade comercial, deixando de lado as características do seu modelo cooperativista original (de armazenagem e comercialização de grãos) e abraçando um projeto de modernização do agronegócio para atender a demanda externa da cadeia agroexportadora de alimentos industrializados.

Na medida em que a cooperativa investiu mais em fábrica de rações, frigorífico de carnes e outras agroindústrias, supõe-se que tenha deixado em segundo plano o investimento em armazéns, e, com isso, gerado um descontentamento por parte dos associados tradicionais produtores de grãos, para os quais as condições de armazenagem seriam mais importantes. Tais agricultores se reuniram, planejaram, pesquisaram e de fato atuaram para estabelecer um novo formato associativo que possibilitasse melhores rendimentos à jusante do plantio.

De acordo com o relato dos agricultores pesquisados, uma colhedora moderna tem capacidade para colher, em apenas um dia, o mesmo volume de área que há dez anos atrás demorava até uma semana para realizar o mesmo serviço. A agilidade na retirada do produto das áreas de plantio não foi acompanhada pela estrutura de recebimento. A constante carência de melhorias na estrutura de descarregamento e recebimento, em épocas de pico das safras, se agravou ano

após ano, pois o desenvolvimento tecnológico não foi acompanhado pelo planejamento das empresas responsáveis pelo recebimento da produção.

A constante elevação da produtividade e a modernização dos implementos agrícolas exigiram readequação nas estratégias de recebimento e armazenagem por parte da cooperativa no município, fato que, segundo os condôminos, não ocorreu. Possivelmente, tenha ocorrido alguma ampliação na estrutura de armazenagem, mas a logística para a entrega e descarga do produto colhido, aspecto mais crítico, segundo os condôminos, continuava a penalizar o produtor.

De acordo com informações de produtores, um caminhão carregado chegava a permanecer até um dia inteiro na fila, aguardando para descarregar, enquanto hoje, no condomínio, de maneira ágil e organizada é possível fazer o mesmo processo em no máximo 20 minutos.

Na visão dos agricultores, de nada adiantaria a tecnificação na produção agrícola e na colheita se não ocorresse o mesmo com as práticas de recebimento e armazenagem da produção. As longas filas que se formavam para o recebimento da produção em épocas de colheita geravam desconforto e preocupação aos produtores agrícolas, pois os caminhões parados na fila significavam as colhedoras paradas nas lavouras - serviço postergado e prejuízo financeiro. Era necessária maior agilidade para o descarregamento do produto no seu destino de armazenagem.

De acordo com a pesquisa, a maior dificuldade encontrada pelos agricultores associados, para implantar o primeiro condomínio, foi a ausência de informações precisas quanto ao modelo associativo e suas características de formação, incluindo-se aí o desconhecimento das burocracias legais necessárias para a constituição do empreendimento.

Considerando a ausência da realização de algum planejamento administrativo estratégico pelo grupo, as dúvidas foram sanadas por meio de informações ou sugestões de terceiros. Segundo um dos condôminos, o apoio e orientação do gerente do banco foi de muita importância para a organização da documentação necessária para viabilizar o financiamento desejado naquele momento.

O montante investido no empreendimento foi obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), via Banco do Brasil, por meio de duas linhas de crédito oficiais: FINAME Agrícola e MODERINFRA, com taxas de juros de 13,95% e 8,5% ao ano respectivamente.

O capital inicial investido com recursos próprios pelos condôminos foi de R\$ 300 mil, dividido em cotas individualizadas. Além deste valor, o grupo obteve ainda o financiamento de R\$ 2.800 mil, em nome do condomínio e vinculado proporcionalmente à cota participativa de cada condômino.

O montante do recurso foi destinado à aquisição dos equipamentos capazes de atender a demanda de armazenamento dimensionada pelo grupo de associados e foi previamente estabelecida por cada participante em conformidade com o estatuto do condomínio.

Segundo relato de um condômino, ao analisar comparativamente a taxa de juros e as condições atuais de financiamento, concluiu que, mesmo com as altas taxas de juros contratadas naquele momento, o empreendimento, quando “colocado na ponta do lápis”, seria viável, pois os desembolsos com transporte, armazenagem, secagem e a lucratividade com a comercialização do produto estocado geravam um rendimento total de aproximadamente 20% a mais que o armazenamento terceirizado.

O segundo condomínio formado no município, começou a ser idealizado em 2011 e buscou inspiração nos moldes e dados técnicos do primeiro condomínio, que neste período já se

encontrava consolidado e em ampliação. A construção deste condomínio aconteceu em 2012 e também captou recursos financeiros nas mesmas linhas de crédito do seu antecessor, no entanto com taxas mais atrativas, 5,5% a.a. para a construção das instalações (MODERINFRA) e de 2,5% a.a. para a aquisição de equipamentos (FINAME).

A partir de 2013, com finalidade de apoiar o setor produtivo na ampliação da capacidade estática e melhoria do parque de armazenagem do país, o Governo Federal lançou um Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) que disponibilizou recurso financeiro, em linha de crédito específica, para o financiamento de novas estruturas de armazenagem, reformas e modernização de unidades já existentes, com juros subsidiados, abaixo dos praticados no mercado e com prazo de 15 anos para pagamento, incluindo aí três anos de carência.

Os outros 2 condomínios agrícolas de armazéns instalados no município de Palotina se espelharam nos modelos dos condomínios que já estavam em funcionamento. Com isso, alguns contratemplos foram evitados e até melhor resolvidos pelos novos grupos, pois quando surgiam dúvidas buscavam o apoio técnico necessário e a informação junto aos associados do primeiro e do segundo condomínio.

Com um Programa de Governo específico para a construção de armazéns, estes 2 novos condomínios foram favorecidos nas taxas de juros contratadas, pois foram instalados entre os anos de 2013 a 2015, quando o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) foi lançado e suas taxas se fixaram entre 3,5% a.a. e 4% a.a.

Foi constatado, contudo, que o primeiro grupo teve maiores dificuldades em obter informações quanto aos dimensionamentos físicos e estruturais do empreendimento, o que se justifica pelo fato da novidade do modelo no universo do agronegócio regional. Estas dificuldades foram minimizadas quando da instalação do segundo condomínio e assim sucessivamente. Ao analisar os Regimentos Internos dos condomínios instalados, verificou-se algumas evoluções significativas entre eles, principalmente nos capítulos que determinam as composições das diretorias e o peso de participação definido por cotas.

Estrutura de funcionamento dos condomínios de armazéns

De acordo com a pesquisa realizada, as características físicas e estruturais dos quatro condomínios instalados no município de Palotina, de modo geral, guardam entre si muita semelhança. Sugere-se que isso tenha ocorrido devido ao fato de o primeiro condomínio em funcionamento servir de modelo aos demais.

A semelhança entre os quatro condomínios analisados também ficou evidenciada pela área destinada a cada empreendimento de aproximadamente 7,2 hectares. Três destes estabelecimentos estão localizados estrategicamente próximos a rodovias intermunicipais, em local que, segundo informações obtidas, foi previamente escolhido entre os condôminos e adquirido com o objetivo de favorecer a logística da maioria deles, além de facilitar o acesso aos compradores quando da comercialização e retirada do produto.

Quanto aos equipamentos, as diferenças verificadas estão relacionadas à capacidade de armazenamento total de cada condomínio. São compostos por: a) equipamentos para a limpeza e secagem do produto; b) correias transportadoras e equipamentos para o deslocamento interno do produto durante todo o fluxo de armazenagem, carregamento e descarregamento; c) Estruturas e equipamentos para a realização de todo o processo, desde o recebimento até a armazenagem e expedição do produto.

Os equipamentos instalados são responsáveis por 5 etapas distintas do processo de armazenagem do produto: 1) Recebimento; 2) Limpeza; 3) Secagem; 4) Armazenamento e 5) Expedição.

O custo estimado para a armazenagem do produto, contabilizando as despesas com toda a infraestrutura do condomínio, desde o momento da entrada do produto até a sua retirada, é de aproximadamente R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos) para cada saca de 60 Kg de milho e de aproximadamente R\$ 1,30 (um real e trinta centavos) para cada saca de 60 Kg de soja, este valor é estimado no espaço de tempo de 6 meses.

De acordo com o Regimento Interno, em todos os condomínios é determinado um prazo limite para a retirada do produto ensilado, em geral este prazo é de aproximadamente 6 meses, uma vez que a produção agrícola do município de Palotina, se intercala anualmente entre soja e milho.

Após este período, caso o condômino ainda permaneça com o seu produto armazenado, há a cobrança de uma taxa de 0,3% ao mês por saca de produto estocado.

De acordo com o Regimento Interno dos condomínios agrícolas analisados, os associados devem eleger os membros das suas diretorias a cada dois anos que poderão, no todo ou em parte, serem reeleitos indefinidamente. Em três destes condomínios a diretoria é composta por: presidente; vice-presidente; secretário; tesoureiro.

No quarto condomínio, o último a ser instalado, se verificou que ocorreram alterações nesta composição, exigindo maior participação dos associados e também flexibilizando a composição da diretoria, deste modo, segundo seu Regimento Interno fazem parte da diretoria: síndico; secretário; tesoureiro; 2 (dois) suplentes. Conforme se verifica, neste condomínio não há o cargo de vice-presidente que foi substituído pela inclusão de 2 (dois) suplentes. De acordo com a que determina o Regimento Interno deste condomínio, o secretário é o substituto imediato do síndico, aos suplentes cabe a função de substituir apenas secretário e tesoureiro. No regimento interno deste mesmo condomínio ainda se verificou a possibilidade da eleição, como membro da diretoria, além do condômino, qualquer representante do seu grupo familiar, desde que autorizado pelo titular da cota.

Percebe-se com isso que com o passar do tempo houve a necessidade também de ajustes no organograma dos condomínios. A possibilidade da participação de membros das famílias associadas, mediante a autorização do titular, de colocar seus nomes a disposição para ocupar algum cargo diretivo permite maior integração entre os associados e familiares envolvidos no empreendimento, sugerindo uma ampliação das opções de compartilhamento de conhecimento entre os atores envolvidos.

Dentre as atribuições coletivas da diretoria eleita está a responsabilidade de nomear ou contratar funcionários para o setor administrativo e operacional.

Verificou-se que nos condomínios agrícolas a mão-de-obra terceirizada contratada é constituída por cinco ou seis postos de trabalho fixos, dependendo do tamanho da estrutura física do condomínio. Em períodos de colheita, onde os trabalhos são mais intensos, são contratados alguns postos temporários, geralmente contratados como diaristas, para postos de auxiliar operacional. Os postos fixos de trabalho, contratados nos condomínios são: gerente; assistente administrativo; 2 (dois) ou 3 (três) auxiliar operacional; zeladora.

Considerações finais

Destaca-se a tradição em relação à organização social e coletiva no espaço agrícola de Palotina e os resultados alcançados para a viabilidades da produção de soja e milho. A primeira cooperativa agrícola foi fundada em 1963. Na segunda década do século XXI, os agricultores continuam em associação, mas com “novos” modelos, a exemplo dos condomínios de armazéns.

O que curiosamente se verifica quanto ao surgimento dos condomínios agrícolas de Palotina é que basicamente os mesmos motivos que levaram os pioneiros a se unirem e fundarem a cooperativa em meados da década de 1960, também foram os motivos que levaram os agricultores estabelecerem o primeiro condomínio agrícola do município em 2006, o descontentamento com a lucratividade da produção e a deficiência logística e de armazenagem agrícola.

A continuidade deste estudo permitirá mensurar os benefícios administrativos da implantação de condomínios de armazéns em Palotina, do ponto de vista econômico, social e ambiental, bem como na dinâmica regional e agropecuária e no perfil socioeconômico e cultural dos agricultores envolvidos.

Referências

- ANJOS, F. S. dos; ESTRADA, E. M.; CALDAS, N. V. Family Farming and Economic Cooperation: the emergence and decline of agrarian condominiums in southern Brazil. **Journal of Rural Social Sciences**, v. 26, n. 2, p. 30-51, 2011.
- BRASIL. Decreto nº 3.993, de 30 de outubro de 2001. Regulamenta o art. 95-A da Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, que institui o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar, e dá outras providências. **Coletânea de Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3993.htm> Acesso em 09 nov. 2019.
- CARDOSO, U. C.; NOGUEIRA, V. L.; RODRIGUES, E. R. Q. **Cooperativa**: série empreendimentos coletivos – Brasília, DF: Sebrae, 2014, 62 p.
- FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná. **Boletim Informativo**. Ano XXVIII, n. 1280, out. 2014.
- FILIPPI, A. C. G. **Caracterização e análise da viabilidade de Condomínios de Armazéns Rurais**: um estudo Multicaso. 2017, 204 f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, UNB, Brasília, 2017.
- GULLO, M. C. R. **Condomínios rurais**: uma alternativa para a viabilização da pequena propriedade rural. São Leopoldo: UNISINOS, Centro de Ciências Econômicas, 1997, 86 p.
- HESPANHOL, N. A. O Desenvolvimento do Campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org.) et al. **Geografia Agrária**: Terra e Poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 281-287.
- HUMMELGEN, B. Cooperativismo: um agente de mudança. **Revista Urutágua - Revista Acadêmica Multidisciplinar**, Maringá, ano 2016, n. 34, jun./nov. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Palotina**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palotina/panorama>> Acesso em: 09 nov. 2019.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Cadernos Municipais**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30> Acesso em 09 nov. 2019.

MACEDO, A. dos S.; SOUZA, D. N. de; AMODEO, N. B. P. A Organização do Quadro Social na Interface entre Gestão Empresarial e Social de Cooperativas. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 26, p. 177-205, mar/2014.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. Elementos de Gestão na Produção Rural. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 629-664.

OLIVO, C. J. **Sustentabilidade de Condomínios Rurais Formados por Pequenos Agricultores Familiares**: Análise e Proposta de Modelo De Gestão. 2000. 269 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

REGINATO, P. **História de Palotina 1954/1979**. Santa Maria: Palloti, 1979.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: Diferentes Perspectivas no Nível Internacional e no Brasil. In. ALVES, A. F.; et al. (Org.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 15-31.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Associações Rurais**: Práticas Associativistas, Caracterização e Formalização. Brasília: SENAR, 2011. Disponível em: <http://www.senar.org.br/sites/default/files/153_-_associacoes_rurais_0.pdf> Acesso em: 09 nov. 2019.

SILVEIRA, D. T; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

TOMAZELLA, P. D.; SCHALLENBERGER, E. A exploração territorial do município de Palotina, Oeste do Paraná, e o remanescente florestal. **Tempo da Ciência**, v. 17, n. 34, p. 71-83, 2010.

Dinâmica da agroindústria familiar: estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar¹

Family agroindustry as a family farming reproduction strategy

Fabíola Graciele Besen*

Clério Plein**

Marcos Andrade***

Resumo: O objetivo do artigo é identificar de que forma a agroindústria familiar contribui como estratégia de reprodução e fortalecimento da agricultura familiar. O delineamento da pesquisa se constituiu pela pesquisa bibliográfica. Identificou-se que a agroindústria familiar passa a gerar renda e trabalho para os componentes familiares, proporcionando sustentabilidade socioeconômica. Em relação a comercialização, criam o mercado para seus produtos em nível local utilizando-se dos laços sociais, de amizade e de parentesco. Também proporcionam a valorização e preservação dos hábitos culturais, estímulo da proximidade social (produtor-consumidor) e valorização das especificidades locais. A agroindústria pode ser considerada um *contramovimento* da agricultura familiar na busca por sobrevivência centrada em outras formas de relações econômicas mais justas e coerentes para produtores e consumidores, se firmando como uma estratégia de reprodução e fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agroindústria. Desenvolvimento rural.

Abstract: The aim of the article is to identify how the family agroindustry contributes as a strategy for the reproduction and strengthening of family

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no “II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL” em Foz do Iguaçu, entre 07 a 09 de agosto de 2019, sendo indicado pelo evento para compor este volume especial.

* Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Unioeste; Graduada em Ciências Contábeis pela Unioeste; Graduada em Letras Português pela Unioeste; Professora da Unioeste. E-mail: fabiolagracielebesen@gmail.com.

** Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestre em Desenvolvimento Rural pela UFRGS; Graduado em Economia Doméstica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Professor da Unioeste. E-mail: clerioplein@gmail.com.

*** Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Unioeste; Graduado em Direito pela Faculdade Unificada de Foz do Iguaçu (UNIFOZ); Graduado em Ciências Contábeis pela Unioeste. Professor da Unioeste. E-mail: marcos.consultor@hotmail.com.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

agriculture. The research design consisted of bibliographical research. It was identified that the family agro-industry starts to generate income and work for the familiar components, providing socioeconomic sustainability. In relation to marketing, they create the market for their products at the local level using social, friendship and relatives ties. They also provide the valuation and preservation of cultural habits, stimulation of social proximity (producer-consumer) and appreciation of local specificities. Agribusiness can be considered a countermovement of family agriculture in the quest for survival centered on other forms of economic relations more just and coherent for producers and consumers, being established as a strategy of reproduction and strengthening of family agriculture.

Keywords: Family farming. Agroindustry. Rural development.

Recebido em 06/11/2019. Aceito em 11/03/2020.

Introdução

O processo chamado Revolução Verde, iniciado na década de 50, em que implementou-se um pacote tecnológico e teve como objetivo homogeneizar o campo, ocultou, por muitos anos, a capacidade de organização dos agricultores familiares, retirando-lhes o poder de decisão, já que havia um atrelamento dos agricultores as grandes empresas, vinculadas a Revolução Verde, atuando a montante e a jusante da produção agrícola (KARNOPP et al., 2016).

Mas esse processo não foi aceito de forma pacífica pelos agricultores. Houve processos de resistência e busca por alternativas no decorrer desses anos, com repercussões diversas. Uma dessas alternativas é a agroindústria familiar (KARNOPP et al., 2016). O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e serviços e a abertura de novos mercados abrangendo a reconfiguração dos recursos rurais. “Terra, trabalho, natureza, ecossistemas, animais, plantas, habilidades artesanais, redes e relações urbano-rural têm que ser reformatadas e recombinaadas” (PLOEG et al., 2000, p. 398).

Para Wilkinson (1999) apud Mior (2003) após a abertura econômica, desregulação da economia e a integração ao Mercosul, as exigências teriam aumentado, dificultando a inserção da agricultura familiar nos mercados de *commodities* tradicionais. Assim, as estratégias de inserção da agricultura familiar devem se pautar na busca de oportunidades de mercado, como as de produtos orgânicos e artesanais voltadas à agroindústria familiar (MIOR, 2003).

A agroindústria familiar rural, segundo Mior (2005) é uma forma de organização da agricultura familiar em que o processo de produção de parte da produção agrícola e/ou pecuária da propriedade é feita pela família, com o objetivo de comercialização. A agroindústria familiar rural também tem outras particularidades, “tais como: a localização no meio rural; a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores; procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos; processos artesanais próprios, assim como predominância da mão-de-obra familiar” (MIOR, 2005, p. 8).

Prezotto (2002) apresenta que a agroindústria familiar contribui para a retomada dos saberes sociais das unidades de produção familiar no que se refere a produção e conservação de alimentos que, ao longo do tempo, sempre existiram nas propriedades rurais e que foram gradativamente sendo preteridas pelo modelo de modernização da agricultura.

A partir das considerações acima, o objetivo do artigo é identificar de que forma a agroindústria familiar contribui como estratégia de reprodução e fortalecimento da agricultura familiar.

Esta pesquisa se justifica pelo potencial que a agroindústria familiar possui para o desenvolvimento rural, utilizando técnicas para o manejo sustentável, além de aproveitar as oportunidades e alternativas de produção nos diversos setores da economia para manutenção da propriedade, permanência da família no campo e aumento da renda familiar.

Este artigo encontra-se estruturado, inicialmente, por essa introdução, seguida de uma revisão teórica sobre desenvolvimento rural, agricultura familiar e agroindústria familiar. Posteriormente, descreve-se a metodologia e as discussões dos resultados encontrados. E, para finalizar, as considerações finais seguidas das referências pesquisadas.

Desenvolvimento Rural

Nos últimos cinquenta anos, a noção de ‘desenvolvimento’ divide-se em dois momentos distintos. O primeiro ocorre após a Segunda Guerra e os anos que se seguiram, chamados de ‘Trinta Gloriosos’, pautados sobre a ideia de desenvolvimento. O segundo momento, a partir dos anos 1990, as consequências dos resultados da ‘era do desenvolvimento’, marcado pela impossibilidade de desenvolvimento (NAVARRO, 2002 apud AMBROSINI; FILIPPI, 2008).

No cenário rural, iniciou-se a Revolução Verde, uma agricultura baseada em alta tecnologia, alta concentração de insumos e produtividade crescente, criando uma racionalidade produtiva e novas formas de mercantilização, rompendo com as técnicas passadas e com a autonomia que, de certa forma, caracterizava a agricultura (NAVARRO, 2002). A partir dos anos 1980, essa concepção de desenvolvimento, baseada na industrialização, urbanização e burocratização gerou efeitos sociais desastrosos: deterioração ambiental, êxodo rural, concentração urbana (BREINTENBACH; FROEHLICH; BRANDÃO, 2009).

A problemática ambiental surge como um sintoma e um questionamento do modelo de civilização construído sobre um conjunto de elementos de racionalidade das sociedades modernas. A racionalidade capitalista fundou-se num crescente processo de racionalização instrumental e formal, que se expressa nos princípios abstratos da economia e nos padrões tecnológicos, na organização burocrática e nos aparelhos ideológicos do Estado (LEFF, 2009).

A questão ambiental leva à necessidade de limites e normas ecológicas para os processos econômicos e tecnológicos que, sujeitos à lógica do mercado, têm degradado o ambiente e a qualidade de vida. Esta consciência ambiental introduz novos princípios valorativos e forças materiais para reorientar o processo de desenvolvimento (LEFF, 2009).

De acordo com Boff (2014), o grau de sustentabilidade de uma sociedade pode ser medido pela sua capacidade de inclusão de todos os indivíduos e demais seres, em seus respectivos ambientes, garantindo-lhes os meios de sustento e vida adequados, suficientes e decentes.

Polanyi (2012), em seus estudos afirma que o desenvolvimento é um processo que ultrapassa o domínio da economia, pois engloba um conjunto de aspectos que interagem entre si (sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais) (RODRIGUES; SANTOS, 2017).

Conforme Polanyi (2009) apud Plein (2016, p. 61), “[...]o mercado não é somente oferta-demanda-preço e as motivações humanas não são só materiais, mas podem ser políticas, religiosas, estéticas [...]”.

Ao realizar sua crítica a economia de mercado, Polanyi (2000; 2012) afirma que a falácia economicista, desenraizada da sociedade, causou a separação daquilo que não se pode separar, ou seja, homem, natureza e organização produtiva. “A sociedade do século XIX organizou-se de um modo que fazia com que apenas a fome e o lucro fossem motivações eficazes para o indivíduo participar da vida econômica” (POLANYI, 2012, p. 55).

Polanyi (2000) busca em sua obra demonstrar a necessidade de reconstrução social através de outras forças que possam mover o sistema rumo ao equilíbrio (STIGLITZ, 2012).

Quais seriam essas outras forças ou os *contramovimentos* dentro do desenvolvimento rural? Atualmente, há discussões sobre desenvolvimento rural que tratam de perspectivas relacionadas a território, ruralidade, desenvolvimento local. Schneider (2009) aponta os núcleos temáticos que vêm sendo tratados por estudiosos do mundo rural, agências e organizações nacionais e internacionais:

(a) a ruralidade é heterogênea e não circunscrita às atividades agrícolas; (b) os territórios são espaços adequados para se pensar a articulação entre escalas regionais e locais e a globalização; (c) o desenvolvimento precisa levar em conta não apenas questões econômicas, tecnológicas e produtivas, mas também culturais e ambientais; (d) a mudança é um processo lento, que precisa trazer efeitos práticos como melhorar a renda e a qualidade de vida, mas também incidir sobre a mentalidade das pessoas envolvidas e ser capaz de ser assimilado pelas instituições (SCHNEIDER, 2009, p. 26).

Polanyi (2000) aponta para esses *contramovimentos*, como práticas diversas e heterogêneas que os agricultores familiares buscam para defender e criar autonomia e melhores condições de vida como respostas locais para problemas globais.

Agricultura Familiar

Segundo Grisa e Schneider (2015), no final da década de 80 e início da década de 90, o debate sobre agricultura familiar ganha força com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, e passa a ser vista como categoria no meio rural, desencadeando a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e a criação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001, que institucionalizou a dualidade da estrutura agrária e fundiária no País e a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social e a partir desses eventos a agricultura familiar passou a fazer parte da arena das políticas públicas.

A Lei nº 11.326, também conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, criada em 2006, considera agricultor familiar

aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades

econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirige seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Além das definições normativas e operacionais (Lei de Agricultura Familiar, entre outras), utilizadas para a construção de políticas públicas da agricultura familiar, deve-se citar as definições que abrangem a agricultura familiar não somente pelo tamanho do estabelecimento, mas também pela forma com que as pessoas cultivam e vivem nesse meio rural. Ploeg (2014) afirma que agricultura familiar é também considerada uma forma de vida.

O estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural. Nele, pode-se trabalhar com a natureza, em vez de contrária ela, ao se valer dos processos e dos equilíbrios ecológicos (em vez de interromper) e preservar a beleza e a integridade das paisagens. Quando a agricultura familiar trabalha com a natureza, contribui localmente para a conservação da biodiversidade e para a luta contra as mudanças climáticas globais. Seu trabalho implica uma interação contínua e direta com a natureza viva – uma característica altamente valorizada pelos próprios agricultores (PLOEG, 2014, p. 10).

Para Carmo e Salles (1998) apud Grisa e Schneider (2015) a agricultura familiar tem a família como elemento básico de gestão financeira e da mão de obra disponível. Assim, avaliar a mesma apenas pelo aspecto econômico não é suficiente para entender as relações entre a organização interna da produção e comercialização em bases familiares e o mundo externo. Diferente da agricultura empresarial que tem sua produção totalmente orientada para o mercado, a produção é altamente mecanizada e a mão de obra é assalariada (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Abramovay (1997) define agricultura familiar, destacando seus aspectos relevantes

[...] agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas[...] (ABRAMOVAY, 1997, p. 03).

Segundo o estudo *O estado mundial da agricultura e alimentação, 2014: Inovação na agricultura familiar*, da FAO, mais de 500 milhões de fazendas familiares administram a maior parte da terra agrícola e produzem a maior parte da comida do mundo. Fazendas familiares são necessárias para garantir a segurança alimentar global, cuidar e proteger o meio ambiente natural e acabar com a pobreza, subnutrição e desnutrição. Mas esses objetivos só podem ser alcançados se a agricultura familiar se tornar muito mais produtiva e sustentável; em outras palavras, eles precisam inovar em um sistema que reconheça sua diversidade e a complexidade dos desafios que eles enfrentam (FAO, 2015).

O Brasil possui, conforme o Censo (2006) 4.900.000 estabelecimentos e deste total, 4.150.000 (85%) correspondem ao setor da agricultura familiar e 550.000 (12%), ao setor patronal. Mas a agricultura familiar responde por 38% da produção agrícola nacional, ocupa 75% da população ativa agrícola e de 25% dos financiamentos públicos destinados ao conjunto do setor (SABOURIN, 2007).

Apesar de todos os desafios e dificuldades, a agricultura familiar permanece como o modelo principal do desenvolvimento rural brasileiro e, embora possua menor proporção de terras, é mais significativa em quantidade, gerando mais trabalho e renda, além de contribuir com uma produção maior por área cultivada (ABRAMOVAY, 1997).

Wilkinson (1999; 2000) apud Mior (2003) tem defendido em seus estudos que a agricultura familiar deve participar ativamente na agroindustrialização, uma alternativa que pode ser uma forma de fortalecer sua capacidade de reprodução social. Afirma também que há a necessidade de políticas públicas para a agroindustrialização, que abrangem desde o mercado informal até mercados de nicho, produtos orgânicos e de qualidade diferenciada (MIOR, 2003).

Agroindústrias Familiares

O cenário do sistema agroalimentar vem se modificando com a globalização, juntamente com a abertura dos mercados – incluindo a integração regional do Mercosul, criando um novo ambiente concorrencial que ameaçou diretamente a participação da agricultura familiar. Esse cenário trouxe a necessidade de aumentar a lucratividade por meio dos ganhos de escala, inclusão de insumos modernos (genéticos e químicos), novos maquinários e inovações tecnológicas, tornando-se condição básica para manutenção ou entrada nos mercados (WILKINSON, 2003).

No entanto, essa abertura de mercados e a globalização trouxe uma produção altamente industrializada, com a maioria dos produtos apresentando procedência desconhecida, qualidade indiferenciada e irresponsabilidade nas questões sociais e ambientais, gerando incerteza e desconfiança por parte dos consumidores. O estopim foi a crise sanitária que trouxe inquietação dos consumidores de todo o mundo através da vaca louca, febre aftosa, gripe aviária, salmonela, etc. Esse contexto de insegurança gerou um movimento dos consumidores na busca por alimentos mais saudáveis, de origem conhecida, com menores riscos à saúde e ao meio ambiente (BURCH; LAWRENCE, 2005).

No centro dessas transformações, passou-se a valorizar os produtos orgânicos, com denominação de origem e da agricultura familiar, associados à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local (WILKINSON, 2003).

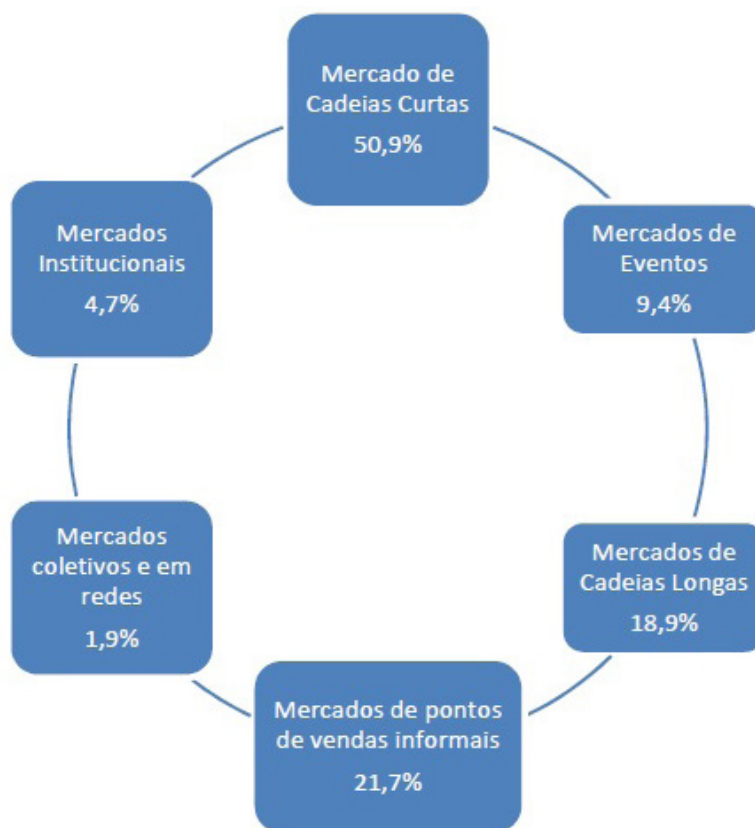
Essa demanda por produtos tradicionais e de origem conhecida abriu espaço a agricultura familiar através das tendências de valorização dos produtos diferenciados baseados em conhecimentos específicos, permitindo a criação de novos espaços para os produtos feitos nas agroindústrias familiares (FLEXOR, 2006).

Para Mior (2003), após os anos 1990, a agroindustrialização passou a atuar como estratégia de promoção da agricultura familiar e de desenvolvimento do espaço rural, ganhando legitimidade favorecendo o surgimento e difusão destas novas formas de organização da produção e inserção no mercado. A agroindústria familiar rural é definida por Mior (2005, p. 191), como “uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”.

Na agroindustrialização, a mão-de-obra e o *know how* para transformação dos produtos agrícolas, passam a ser revalorizados. O conhecimento dos métodos de processamento de alimentos, feito pelas mulheres nas propriedades, sai da cozinha da casa e passa a ser fundamental para a atividade de agroindustrialização na agricultura familiar (MIOR, 2003).

A agroindustrialização, responsável por agregar valor à produção primária, viabiliza o aumento da renda nas unidades familiares e é nesse contexto, de busca por alternativas de renda, que agricultores familiares vêm se dedicando à criação de pequenas agroindústrias (KARNOPP et al., 2016). A dinâmica dos canais de comercialização da agroindústria familiar pode ser visualizada na figura abaixo.

Figura 1: Tipologia dos canais de comercialização construídos pelas agroindústrias familiares e seus percentuais de participação relativa



Fonte: GAZOLLA (2017).

Em relação aos canais de comercialização, os mercados institucionais que possuem 4,7% do total comercializado, exercem três efeitos junto as agroindústrias. Em primeiro lugar, fortalecem as atividades produtivas e a economia das famílias, já que houve um aumento de produção e de renda gerada com as vendas. Em segundo lugar, estimulam a inserção de novos canais de comercialização, pois os produtores passam a interagir com as instituições públicas, consumidores, entidades que antes não faziam parte de sua rede de contatos. E por último, cria-se o fortalecimento dos circuitos locais de produção-consumo, pois esses programas aproximam produtores e consumidores (GAZOLLA, 2017).

As cadeias curtas que representam 50,9% das vendas são os principais canais de comercialização dos alimentos das agroindústrias. As vendas ocorrem na própria agroindústria, nas ruas, locais de trabalho, entrega em residências, feiras, etc. Esses canais diretos são os principais canais utilizados pelos agricultores, pela autonomia que lhes concede, pois eles produzem e vendem a preços negociados na hora da troca (GAZOLLA, 2017).

Os canais de eventos, responsáveis por 9,4% das vendas é composto pelas vendas em feiras, eventos, festas e exposições locais. Uma das principais características desse canal é a divulgação dos produtos, através de degustações, visualização dos alimentos e conversa com o público visitante. As cadeias longas, com 18,9% das vendas, são responsáveis por suprir as redes de supermercados, compradores, intermediários, indústrias e atacados, que redistribuem a produção e por essa razão, são chamadas cadeias longas, já que a distância percorrida pelos produtos é maior. De forma geral, esse canal é utilizado por agroindústrias com escala maior de produção, pois os custos de logística são altos para deslocamento dos produtos (GAZOLLA, 2017).

Os pontos de vendas formais, responsáveis por 21,7% das vendas, são pontos de comercialização de consumo de alimentos como supermercados locais, bares, restaurantes e cantinas. Assim como os canais institucionais e as redes longas, exigem a formalização das agroindústrias para colocar seus produtos a venda. Os canais coletivos e em redes “são caracterizados por organizações sociais coletivas formando redes em torno das agroindústrias, objetivando a comercialização dos alimentos” (GAZOLLA, 2017, p. 185). Representam as cooperativas, associações grupos e feiras de produtores e são responsáveis por 4,9% das vendas das agroindústrias (GAZOLLA, 2017).

Segundo Mior (2003), a trajetória de constituição e produção da agroindústria familiar é diferente da agroindústria convencional. A forma de produção da matéria prima processada (própria, local, natural ou agroecológica), os insumos utilizados (naturais e/ou químicos), o tipo de produção (colonial, artesanal), além dos tipos de relação com o público consumidor (relações de confiança), diferenciam a agroindústria familiar, tornando-a única. O quadro 1 traz as oportunidades, desafios e dificuldades das agroindústrias na comercialização de seus produtos.

Quadro 1: Oportunidades, desafios e dificuldades das agroindústrias familiares na construção de cadeias curtas de comercialização dos alimentos

ATOR SOCIAL	OPORTUNIDADES	DESAFIOS E DIFICULDADES
Agricultores familiares donos de agroindústrias (experiências individuais e coletivas).	<p>Obtenção de maior valor agregado pelo encurtamento dos elos da cadeia produtiva;</p> <p>Recebimento de maiores preços pelos alimentos, em relação aos pagos pela GDA (Grupos de Aquisições solidárias);</p> <p>Mercados Institucionais (PAA E PNAE) ajudam a ampliar cadeias curtas e vendas;</p> <p>Possibilidade de inovar e diversificar portfólio de produtos e processos agroalimentares;</p> <p>Crescente reconhecimento da importância pelo Estado em diferentes níveis institucionais;</p> <p>Os alimentos em muitos casos são artesanais, étnicos orgânicos, da agricultura familiar, agroecológicos, etc., sendo vistos como diferenciados em relação a GDA;</p> <p>Vendas baseiam-se em relações de proximidade social, interconhecimento e confiança mútua dos atores (agricultores-consumidores);</p> <p>Experiências individuais baseiam-se em economias de escopo e as coletivas ganham escala mínima através do associativismo/cooperativismo.</p>	<p>Altos índices de experiências na informalidade institucional, em vários níveis territoriais e dimensões (sanitário, ambiental, jurídico, fiscal, etc.);</p> <p>Manter o fornecimento de alguns alimentos durante o ano todo, devido à sazonalidade da produção;</p> <p>Dificuldades de gerir toda a cadeia de produção (produção de matérias-primas – processamento – mercados – administração do negócio);</p> <p>Poucos membros familiares na unidade de produção (há falta de força de trabalho);</p> <p>Necessidade de readequação de alguns alimentos para acesso aos mercados institucionais (mudança de tamanho em relação a embalagem, na embalagem, formato do alimento, características específicas);</p> <p>As políticas públicas e programas atuam muito focalizadas no fornecimento de crédito rural e estruturas de processamento;</p> <p>Pouco apoio institucional a nível local e dificuldades de implementar os sistemas de Inspeção Municipal (SIM);</p> <p>Dificuldades de expandir redes de comercialização e consumo locais, nos pequenos municípios (<i>scale up</i> das experiências).</p>

Fonte: GAZOLLA (2017).

As agroindústrias familiares podem ser vistas como um processo de reconfiguração de recursos promovido pela agricultura familiar, em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. Da transformação de uma matéria-prima ou um produto conservado para a subsistência da família rural, esse produto processado passa a ser visto como opção de produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar. O fortalecimento da agroindústria familiar dependerá da “capacidade dos agricultores em responder ao desafio de manter e aprimorar esta forma de organização e, ao mesmo tempo, fortalecer a inserção regional em novas cadeias produtivas” (KARNOPP et al., 2016, p. 681).

Estudos Anteriores

Na área acadêmica, a agroindústria familiar rural vem ganhando espaço e diferentes estudos já realizados apontam, de forma positiva, para as transformações promovidas pela atividade para o fortalecimento da agricultura familiar.

Wesz Jr., Trentin e Filippi (2006) em seu estudo, fizeram uma análise conceitual sobre as agroindústrias familiares, retratando de forma objetiva a delimitação das atribuições desse conceito. Em seguida mostraram, detalhadamente, a importância e representatividade das agroindústrias rurais para as estratégias de desenvolvimento, focando para a perspectiva rural e territorial. Identificaram que a agroindústria familiar se constitui em uma importante ferramenta para o meio rural, primeiro porque contribui, e muito, para um desenvolvimento sustentável dos atores envolvidos. E segundo, por encaixar-se perfeitamente em inúmeras realidades podendo, dessa forma, contribuir para os territórios de forma multidimensional e diversificada. Além de criar várias identidades, não ficando dependente de apenas de um setor agropecuário ou, até mesmo, de uma monocultura como é o caso de muitas regiões.

Mior et al. (2014), fizeram um estudo no qual identificaram que em diferentes regiões de Santa Catarina os agricultores familiares buscam formas de ampliar as suas possibilidades de reprodução social no espaço rural, dentre as quais estão a constituição de empreendimentos de agregação de valor e de redes de cooperação visando sua inserção no mercado. A partir de duas pesquisas, uma realizada em 2010 e outra iniciada em 2013, este artigo analisou este processo de transformação no Sul Catarinense. Destacaram como inovações as agroindústrias familiares e as cooperativas descentralizadas que possibilitam novas formas de inserção nos mercados e ampliam as condições de autonomia e geração de valor agregado pelos agricultores familiares e suas organizações.

Strate e Conterato (2018) analisaram em seu estudo como os arranjos produtivos locais podem fomentar a diversificação da agricultura familiar, realocando a produção de alimentos através das cadeias curtas, estimulando a heterogeneidade e promovendo o desenvolvimento rural. A pesquisa foi realizada a partir do Arranjo Produtivo Agroindústria Familiar, estrutura de governança que impulsiona a instalação, regularização e associativismo de agroindústrias no Vale do Taquari/RS. A metodologia utilizada foi a análise documental e entrevistas com gestores do APL Agroindústria e proprietários de agroindústrias integrantes do APL. Como resultado puderam observar que as políticas públicas de fomento para a implementação e fortalecimento dos APL's e incentivo ao turismo constituem-se estratégias que podem fortalecer a agricultura familiar, promovendo a construção e o acesso a novos mercados, a criação e o desenvolvimento de novos produtos, promovendo a sucessão rural, diversificando as atividades produtivas, gerando renda através de novos arranjos sociais e estruturas de governança horizontalizadas.

Metodologia

O delineamento da pesquisa se constituiu pela pesquisa bibliográfica. Conforme Martins e Theóphilo (2016, p. 52)

trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, jornais, sites, anais de congressos etc.

O processo desenvolvido para o artigo em questão apresenta-se por meio de uma revisão de literatura, efetuando um levantamento de informações obtidas em pesquisas já realizadas, destacando conceitos, resultados e conclusões importantes para o entendimento e aprimoramento da temática sobre agroindústria familiar.

A revisão da literatura promove o levantamento acerca do que já se conhece em relação ao assunto que está sendo pesquisado. Possibilita, portanto, identificar lacunas no conhecimento existente e, conseqüentemente, orientar a pesquisa com o propósito de preenchê-las (GIL, 2019, p.73).

A abordagem é qualitativa, pois não descreve os resultados de forma numérica ou estatística, como na pesquisa quantitativa. A pesquisa qualitativa segundo Richardson (1999, p. 90) “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.”

Agroindústria familiar como alternativa de reprodução da agricultura familiar

A tabela 1 apresenta um primeiro conjunto de informações referentes a diferentes dinâmicas macrorregionais da agroindústria rural. A agregação de valor é um dos primeiros aspectos analisados na dinâmica da agroindústria familiar.

Tabela 1: Número total de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural, valor total da venda e valor agregado total dos produtos agroindustriais, segundo as grandes regiões brasileiras – 2006

REGIÃO	Nº AGROINDÚSTRIAS (A)	VALOR TOTAL DA VENDA (B)	VALOR AGREGADO TOTAL (C)	C/B %
NORTE	82.761	535.996.040	78.132.396	14,6
NORDESTE	281.083	1.159.930.140	161.606.313	13,9
SUDESTE	60.794	797.321.947	88.970.316	11,2
SUL	133.372	270.099.996	31.280.336	11,6
CENTRO-OESTE	13.633	271.512.929	16.339.296	6,0
BRASIL	571.643	3.034.861.052	376.328.656	12,4

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (2006), adaptado de Gazolla, Nierdele e Waquil, (2012).

A partir desses dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), dispostos na tabela 1, identificou-se que o valor agregado pela agroindústria rural representa 12,4% do montante do valor comercializado.

A agregação de valor é frequentemente considerada o principal mecanismo propulsor de desenvolvimento econômico associado às agroindústrias rurais. Os produtos das agroindústrias de base familiar trazem consigo um valor agregado diferente dos produtos tradicionais industrializados como por exemplo a produção artesanal, tradição, saber-fazer, origem, sabor, que permite aos produtores obter um valor diferenciado nos mercados. Esse “valor agregado” derivada de particularidades sociais, ambientais e culturais que estão sendo crescentemente revalorizadas pelos consumidores (TOUZARD, 2010 apud GAZOLLA; NIERDELE; WAQUIL, 2012).

Além dos dados acima, outros dados censitários revelam que as agroindústrias da agricultura familiar respondem pela maior parcela dos valores agregados à produção associados à transformação dos alimentos. Esse segmento social é responsável por 78,40% da agregação de valor, enquanto as agroindústrias da agricultura não familiar abarcam um percentual de 21,60%. Isso ratifica o peso mais expressivo dos estabelecimentos familiares neste tipo de estratégia de produção agroalimentar, como já mencionado por outros estudos (MIOR, 2005; WILKINSON, 2008; GAZOLLA; PELEGRINI, 2011 apud GAZOLLA; NIERDELE; WAQUIL, 2012).

A agregação de valor na agroindústria rural também está diretamente associada ao uso de insumos produtivos, o que demonstra o potencial da atividade na redução da dependência a recursos e agentes externos. O uso de matéria prima própria nos estabelecimentos da agricultura familiar é

igual ou superior a 75%, alcançando proporções equivalentes a 91% para a produção de rapadura, 90% para a farinha de mandioca, 89% para queijos e 88% para tapioca. E mesmo quando a matéria prima é comprada, geralmente isso ocorre em circuitos de proximidade que alimentam relações comunitárias (WAQUIL et al., 2014, p. 65).

Outro aspecto que pode ser destacado na dinâmica da agroindústria familiar é a geração de emprego. É uma das principais geradoras de empregos diretos e indiretos por unidade de capital investido. Conforme dados do BNDS e do IBGE, os empreendimentos agropecuários e agroindustriais chegam a gerar de 118 a 182 empregos, para cada milhão de dólar investido, e se comparado ao setor comercial, que emprega bastante mão de obra, a agroindústria representa cerca de 80% a mais (TRENTIN, 2001).

Considerando a geração de renda e melhor qualidade de vida para os atores desse processo, a agroindustrialização rural tem como contribuição, a permanência do agricultor no campo, além de fomentar a economia local, [...]pela relação de proximidade que existe tanto na contratação de mão-de-obra como no fornecimento da matéria prima pelos vizinhos, bem como, na comercialização dos produtos, que se realiza numa escala estreitamente regionalizada [...] (WESZ JR., 2006, p. 25).

Quanto a produtividade, um estudo do MDA mostra que enquanto uma cultura tradicional do território, como o milho, a soja, o trigo etc., pode chegar a gerar, no máximo, R\$ 400,00/ha, as agroindústrias familiares de frutas e de cana-de-açúcar podem chegar até R\$ 4.000,00/ha (PELEGRINI; GAZOLLA, 2009).

No final da década de 90, surgiu uma linha de crédito voltada ao apoio das agroindústrias familiares decorrente de uma demanda que existia no Brasil, em especial no Sul do País. Inicialmente chamada de Pronaf-Agregar, passou em 2003 para a denominação de Pronaf-Agroindústria, até a inclusão dessa modalidade no Programa Mais Alimentos (WESZ JR., 2010).

Além dessa linha de crédito federal, foram implementadas algumas iniciativas na escala estadual destinadas ao apoio das agroindústrias familiares, merecendo destaque o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal – Prove/DF (1995 a 1998), o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária – Prove-Pantanal/MS (1999 a 2002), o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção – Desenvolver/SC (1999 a 2001), o Programa da Agroindústria Familiar – PAF/RS (1999 a 2002) e o Programa Fábrica do Agricultor – PR (1999 a 2010) (WESZ JR., 2010, p. 569).

No quadro 2 apresenta-se várias vantagens na adoção do modelo de agroindustrialização familiar em comparação a tradicional.

De um modo geral, os municípios agrícolas necessitam da agroindústria familiar para a sustentabilidade socioeconômica e para o desenvolvimento regional. Pois essas além de distribuírem os investimentos, pulverizam as ações comerciais entre atores que até então estavam fora deste processo (PADILHA, FERREIRA; TRENTIN, 2005, p.8).

Quadro 2: Quadro comparativo das agroindústrias

Agroindústria Tradicional	Agroindústria Familiar
1) Processo de agregação de valor baseado em grandes unidades agroindustriais.	1) Agregação de valor centrado nas micro e pequenas agroindústrias familiares.
2) Modelo centralizado em uma ou poucas agroindústrias por ramos.	2) Modelo descentralizado, com várias micro e pequenas agroindústrias por ramo em várias regiões.
3) Concentração industrial nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.	3) Desconcentração demográfica prioriza pequenas e médias cidades (Comunidades e Distritos Rurais).
4) Indústria localizada nos médios e grandes centros urbanos (Grande SP/RJ/BH/Região Metropolitana de Curitiba e Porto Alegre) ou em pólos regionais (Chapecó/SC, Caxias do Sul/RS, Cascavel/PR).	4) Agroindústrias descentralizadas (difusas) em pequenas cidades, em comunidades locais.
5) Trabalho exclusivamente assalariado.	5) Trabalho majoritariamente familiar e associativo.
6) Matéria-prima é toda comprada (não necessariamente na região de localização da agroindústria).	6) Matéria prima é própria/local (mínimo 80%).
7) Estratégia de ganho de escala através da verticalização da produção via contratos de integração.	7) Estratégia de ganho de escala, através de associação em rede de várias categorias.
8) Estimula a competição entre os produtores, através da especialização e seleção.	8) Estimula a cooperação entre produtores com manutenção da diversidade de produtos.
9) Produção em massa de produtos homogêneos e anônimos.	9) Produção de produtos diferenciados e de origem conhecida.
10) Grande inversão de capital por emprego.	10) Baixa e média inversão de capital para cada posto de trabalho gerado.
11) Altos custos de transportes.	11) Transportes limitados (regional).

Continua

Conclusão

Agroindústria Tradicional	Agroindústria Familiar
12) Uniformização crescente da produção e consumo alimentar (padrão ditado pela cultura dos Estados Unidos); Fast Food, (Mac Donald's) Pizza Hutt, Corn Flake's (Kellogg's), etc.	12) Cultura alimentar local e regional, como valor a ser reforçado e preservado.
13) Crescente internacionalização das agroindústrias (em função das fusões e aquisições por empresas multinacionais).	13) Participação minoritária da capital internacional (raramente se observa o capital internacional participando desses empreendimentos).
14) Separação do rural/urbano, com acentuado declínio das áreas rurais.	14) Integração "continuum" rural/urbano, com revalorização das áreas rurais.
15) Miséria, favelas, violência, prostituição.	15) Padrão mínimo de desigualdade social econômica.
16) Presença de famintos (31 milhões de brasileiros) e, de outro lado, excesso e a má alimentação, obesidade, câncer, má formação, etc.	16) Readequação de renda e acesso a políticas públicas.
17) Poluição: afluentes industriais e dejetos de animais. Destruição do meio ambiente.	17) Preservação e recuperação de mananciais hídricos.
18) Ênfase na agricultura industrial (monocultura, grandes áreas; altos usos de insumos agropecuários).	18) Ênfase na Agricultura Familiar diversificada, com utilização da agroecologia e princípios da cooperação e solidariedade.
19) Modelo "ideal" de agricultura, centrado no agricultor (tipo patronal), grandes extensões de terra, assalariamento do trabalho. Acesso ao crédito facilitado; pesquisa/ ensino/ extensão/ direcionado a ele.	19) Direcionamento das políticas públicas à agricultura familiar (educação / crédito / saúde/ etc.).
20) Concentração da propriedade, da riqueza e exploração do trabalho.	20) Desconcentração da propriedade (Reforma Agrária) e distribuição de renda.
21) Êxodo Rural	21) Êxodo urbano/crescimento das médias e pequenas propriedades
22) Sistema individual	22) Formação de associações regionais, rede de cooperação e pactos.

Fonte: PROJETO TERRA SOLIDÁRIA – ESCOLA SUL/CUT apud Padilha, Ferreira e Trentin, 2005.

O quadro 2 que compara a agroindústria tradicional com a agroindústria familiar, identifica que a agroindústria familiar passa a gerar renda e trabalho para os componentes familiares, proporcionando sustentabilidade socioeconômica. A sustentabilidade ambiental também é um aspecto das agroindústrias, como por exemplo, o sistema de produção de energia pela queima do gás metano (biodigestor) produzido pelo esterco suíno. É um sistema de produção de energia limpa. Também exerce um papel fundamental na mitigação do êxodo rural e da desigualdade social do campo e das cidades. Em relação a comercialização, as agroindústrias familiares adotam uma rota diferente das grandes agroindústrias processadoras de *commodities*. Elas criam o mercado para seus produtos em nível local utilizando-se dos laços sociais, de amizade e de parentesco (WESZ JR., 2009).

As agroindústrias também proporcionam a valorização e preservação dos hábitos culturais, estímulo da proximidade social (produtor-consumidor), valorização das especificidades locais e

alteração nas relações de gênero, uma vez que as mulheres passam a ter um papel de crescente importância nas decisões acerca da gestão do empreendimento (WESZ JR. et al., 2006).

Considerações finais

Conforme destaca MIOR (2010), o desenvolvimento da agroindústria familiar tem desdobramentos em todos os âmbitos da unidade familiar, na produção, comercialização, na diversificação econômica regional e no fortalecimento de sistemas agroecológicos de produção, entre outros aspectos.

A agroindústria familiar é uma estratégia de reprodução social importantíssima da agricultura familiar, do ponto de vista da geração de renda, de empregos e manutenção do homem nos espaços rurais, e deve ser um dos “pilares” em que deve se assentar qualquer programa ou projeto de desenvolvimento rural para este setor social a nível local ou territorial (PELEGRINI; GAZOLLA, 2009). Ela pode ser considerada um *contramovimento* da agricultura familiar na busca por sobrevivência centrada em outras formas de relações econômicas mais justas e coerentes para produtores e consumidores, se firmando como uma estratégia de reprodução e fortalecimento da agricultura familiar.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1., 1997, Brasília. **Anais do Seminário Nacional de Ater.** Brasília: PNUD, 1997.
- AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E. Da era do desenvolvimento ao desenvolvimento rural: sistemas produtivos localizados sob a perspectiva de Karl Polanyi. **REDES**, v. 13, n. 3, p. 121-139, 2008.
- BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2006.
- BREITENBACH, R.; FROELICH, J. M.; BRANDÃO, J. B. Estratégia emergencial reativa de desenvolvimento local: Mobilização social para intensificação da produção leiteira. **Revista desenvolvimento em questão**, Editora Unijuí, ano 7, n. 13, p. 129-156, jan./jun. 2009.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: O que é - O que não é?** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- BURCH, D.; LAWRENCE, G. Supermarket Own Brands, Supply Chains and the Transformation of the Agri-food System. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 13, n. 1, p. 1-19, jul. 2005.
- FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - O estado mundial da agricultura e alimentação, 2014: *Inovação na agricultura familiar*. Roma: FAO, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4040s.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2019.
- FLEXOR, G. A. Globalização do Sistema Agroalimentar e seus desafios para o Brasil. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 21 e 21, n. 2 e 1, p. 63-95, 2006.
- GAZOLLA, M. Cadeias Curtas agroalimentares na agroindústria familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p.175-194.

GAZOLLA M.; NIEDERLE, P. A.; WAQUIL, P. D. Agregação de Valor nas Agroindústrias Rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p. 241-262, jan./jun. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 1 CD-ROM.

KARNOPP, E.; VOGT, O. P.; BERNARDY, R. J.; ETGES, V. E. Agroindústrias familiares no sul do Brasil: o território na perspectiva do desenvolvimento. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano XVIII, v. 2, n. 34, p. 666-684, ago. 2016.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. 2003. 316 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.

MIOR, L. C. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. 2010. Disponível em: <http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agricultura-familiar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MIOR, L. C.; FERRARI, D. L.; MARCONDES, T.; REITER, J. M. W.; ARAÚJO, L. A. Inovações organizacionais da agricultura familiar: as agroindústrias e cooperativas descentralizadas no sul catarinense. In: CONGRESSO SOBER, 52., 2014, Goiânia. **Anais do 52° SOBER**. Goiânia - GO: SOBER, 2014.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n. 43, 2001.

PADILHA, P. R. P.; FERREIRA, A. M. M.; TRENTIN, I. C. L. Viabilidade da agroindústria familiar orgânica. XLIII CONGRESSO SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais do 43° SOBER**. Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 332-378, 2009.

PLEIN, C. **Desenvolvimento, mercados e agricultura familiar: uma abordagem institucional da pobreza rural**. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2016.

PLOEG, J. D. V. D.; RENTING, H.; BRUNORI, G; et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-408, Oct. 2000.

PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. Cadernos de Debate. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, n. 1, fev. 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Karl Polanyi. Tradução de Fanny Wrabel. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, K. **A Subsistência do Homem e Ensaios Correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012 (1ª ed. inglês: 2012).

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 31, p. 133-154, abr. 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, W.; SANTOS, N. S. Karl Polanyi e o desenvolvimento econômico: um novo olhar sobre o regional/local? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano XIX, v. 1, n. 36, p. 168-190, 2017.

STRATE, M. F.; CONTERATO, M. A. Agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no RS. **Guaju**, Matinhos, v. 4, n. 2, p. 48-62, jul./dez. 2018.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, set./dez. 2007.

SCHNEIDER, S. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de geografia agrária, v. 4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.

STIGLITZ, J. Prefácio. In: POLANYI, K. (Ed.). **A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo**. Lisboa: Edição 70. 2012. p. 9-37.

TRENTIN, I. C. L. **O Pró-Rural 2000 como Política Pública de Combate à Pobreza Rural**, 2001, 141 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

WESZ JR. V. J. Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Piracicaba, v. 48, n. 4, p. 567-596, out./dez. 2010.

WESZ JR. V. J. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira**, 2009, 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WESZ JR. V. J. **O perfil e a configuração estrutural das propriedades com agroindústrias familiares em nove municípios do noroeste gaúcho**. Monografia pelo Cursos de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, São Luiz Gonzaga: UFGRS, 2006.

WESZ JR. V. J.; TRENTIN I. C. L.; FILIPPI, E. E. **A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais**. CONGRESSO DA SOBER, 44., 2006, Fortaleza. **Anais do 44° SOBER**, Fortaleza: SOBER, 2006.

WAQUIL, P. D.; BASTIAN, L.; AMIN, M. C.; GAZOLLA, M. Agroindústrias Rurais familiares e não familiares: uma análise comparativa. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 3, p. 51-73, set./dez. 2014.

WILKINSON, J. **A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição**. Campinas: UNICAMP, 2003.

Narrativa do *Teko Porã* na poesia de Brígido Bogado¹

The narrative of *Teko Porã* in the poetry of Brígido Bogado

Ligia Karina Martins de Andrade*

Resumo: Este estudo analisa a representação do *Teko Porã* na poesia de Brígido Bogado a partir da perspectiva dos estudos ecocríticos. Tal representação aponta a cosmovisão indígena a partir da língua e dos saberes ancestrais que se apresentam subjacentes à obra do autor e denunciam uma crítica às formas de depredação da natureza levadas adiante pela sociedade do Capital e da alienação das relações humanas que se impõem desde a colonização do espaço, dos corpos e das mentes na América, como apontado por Aníbal Quijano (2000). O artigo de Meliá (2015) “El buen vivir se aprende” aborda a complexidade do termo *Teko Porã* na cultura dos guaranis. Observa-se ainda uma possibilidade de se repensar os estudos ecocríticos desde uma perspectiva latino-americana, o que, de acordo com Flores (2017), pode revelar outras formas de saberes e relações entre os seres humanos e a natureza, as quais prescindem das formas de domínio estabelecidas pelos grupos hegemônicos do Ocidente até os dias atuais.

Palavras-chave: *Teko Porã*. Brígido Bogado. Ecocrítica.

Abstract: This study analyzes the representation of *Teko Porã* in the poetry of Brígido Bogado from the perspective of ecocritical studies. Such representation indicates the indigenous cosmovision based on the ancestral language and knowledge that are presented underlying the work of the author and exposes the criticism of the depredation of nature carried forward by the society of capital and the alienation of human relations that have been imposed since the colonization of the area, bodies and minds in America, as pointed out by Aníbal Quijano (2000). The article by Meliá (2015) “El buen vivir se aprende” addresses the complexity of this term the *Teko Porã* in Guarani’s culture. It is further observed the possibility to rethink ecocritical studies from a Latin

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no “II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL” em Foz do Iguaçu, entre 07 a 09 de agosto de 2019, sendo indicado pelo evento para compor este volume especial.

* Doutora em Letras - Língua Espanhola pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Letras - Língua Espanhola pela USP; Professora de Língua Espanhola Adicional na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: ligia.andrade@unila.edu.br.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

American perspective, according to Flores (2017), which reveals other ways of knowing and another relationship between humans and nature that dispenses the means of dominance established by Western hegemonic groups to the present day.

Keywords: *Teko Porã*. Brígido Bogado. Ecocritical Studies.

Recebido em 12/11/2019. Aceito em 11/03/2020.

Introdução

Este artigo trata de analisar a cosmovisão do povo Mbya Guarani a partir da leitura da obra *Ayvui* (2009) e *Cantos de la tierra: Reflexiones poéticas de un Mbya Guaraní* (2014) de Brígido Bogado. A poesia do autor contém uma série de elementos que resgatam a relação deste povo com a terra e o sentido da vida que serão analisados sob a perspectiva dos estudos ecocríticos. A representação do conceito de *Teko Porã* será comparada à perspectiva filosófica e ética que se aproxima do “buen vivir”, traçado pelo crítico Meliá (2015), com o objetivo de avaliarmos as implicações e os sentidos deste conceito-chave para o povo guarani em geral e com respostas políticas e estéticas na poesia do autor. Além disto, partirmos de uma concepção de descolonização do saber e poder de Quijano (2000) e Flores (2017) e, no caso do último autor, este reivindica uma “perspectiva dialógica autóctone” no contexto ecocrítico latino-americano, a partir de uma relação material e espiritual do indígena com o espaço e a natureza.

A ecocrítica e o *Teko Porã*

Para levar adiante esta análise, partiremos da reflexão de alguns textos jornalísticos sobre o povo guarani na atualidade e observaremos o discurso da narrativa secular, desencantada e espetacular que é utilizado para se referir às questões da territorialidade. Em seguida, analisaremos o conceito de *Teko Porã* na língua guarani e sua gama de significados e possibilidades de tradução a partir do artigo de Meliá “El buen vivir se aprende” (2015) em relação aos poemas do Mbya Guarani Brígido Bogado. Logo, passaremos a analisar as possibilidades de tradução deste conceito e do leque semântico que algumas palavras abrangem em guarani e que correspondem a certa visão de mundo e saberes que atingem alcances significativos na obra do autor.

O povo guarani utiliza uma frase emblemática para iniciar a compreensão de sua cosmovisão, que diz o seguinte: “Sem *Tekoha* não tem *Tekovy’a*”, no qual o primeiro termo pode ser traduzido por “terra sagrada” e o segundo por “vida feliz” (RODAS; BENÍTEZ, 2018). O crítico Meliá, traduz por “buen vivir” em espanhol, ou “bem viver” em português (tradução nossa), a expressão *tekoha* e, em seu estudo, ele demonstra a complexidade de utilizar um termo equivalente para condensar a cosmovisão e a realidade vivida e sentida pelos guaranis ao falar de sua terra e da relação vital que estabelecem com a mesma. A dimensão sagrada da terra alia-se à concepção de pertencimento, pois o contexto indígena parte da noção de habitar um território num sentido pleno, o qual nasce de sua criação cultural e social e, ainda, está relacionado diretamente ao ser ou à existência do ser, pois sem um não existe o outro. Neste sentido, a terra não pode ser ocupada ou invadida por

meio de uma relação coisificada e desencantada. Este sentido sagrado que advém da terra, como explica Meliá, contrasta, muitas vezes, com a concepção desde o período colonial em que esta estava para ser distribuída aos grupos dominantes com o intuito de criar propriedades privadas para exploração e lucro até sua extinção como recurso natural nos dias atuais.

Há um fato na contemporaneidade que revela a contradição das políticas de Estado e que está exemplificado na reportagem de 19 de abril de 2018 “Guaranis vivem sob tensão no Oeste”, publicada pelo jornal H2FOZ (PARO, 2018), que retrata a situação dos guaranis que vivem próximo à Usina Hidrelétrica de Itaipu, os quais na época de construção da usina foram desalojados de suas terras ancestrais, que hoje estão sob as águas. A jornalista Denise Paro aponta, nesta reportagem, que o povo guarani reivindica a importância de se retomar parte das terras que estão atualmente sob o controle da empresa, devido a uma série de violações históricas ao longo do processo de construção do megaprojeto binacional (Brasil e Paraguai).

Além de todas as violações apontadas pela reportagem no processo de retirada deste povo de seu lugar ancestral, temos ainda a característica nômade de ocupação das terras pelos mesmos, o que explica a saída e o retorno dos territórios por eles ocupados em algum momento de sua história. Estes elementos alinham-se no texto da reportagem, ocupando um importante espaço no jornal. No entanto, o episódio que marca o critério de noticiabilidade é a acusação de que alguns indígenas estavam extraindo bambu da floresta, o que é considerado crime ambiental. Após uma série de mostras de discriminação e intolerância revelados no discurso da imprensa e nas falas de autoridades, os indígenas foram obrigados a pagar uma fiança para serem libertados da prisão. Além disto, o título da reportagem “Guaranis vivem sob tensão no Oeste” possui uma linguagem de alarme e polêmica típica de uma parcela do discurso jornalístico atual. É evidente também que o apontado nomadismo da Nação guarani em busca da *Yvy Marãe’y* (Terra sem mal) foi profundamente alterado pela expropriação e exploração a que estes povos foram submetidos desde a Colônia. Estes elementos foram considerados na reportagem de Denise Paro (2018), mas de forma lacônica, talvez numa referência ao fato de voltarem ao antigo território, agora sob posse de Itaipu.

Este episódio revela a contradição dentro das políticas de Estado com relação aos povos originários e ao desconhecimento de sua cultura e noção de território, confrontando diretamente uma visão encantada e de uso coletivo do espaço a uma visão de propriedade privada que visa o uso dos recursos naturais para obter posse ou reserva de capital. Além disto, o centro do debate gira em torno de uma concepção indígena divergente da nacional, de acordo com Flores:

Parte de este discurso indígena es una crítica al uso del discurso ecologista como pretexto para la expropiación de sus tierras y la destrucción de su sistema de vida. Este discurso indígena difiere del discurso ecologista dominante en que reclama que se conozca al indígena como ser humano indesplazable del espacio en que habita. Este discurso rechaza la desterritorialización cultural y geográfica de indígenas y la preservación de los espacios naturales por poderes administrativos no locales (FLORES, 2017, p. 44)².

² “Parte deste discurso indígena é uma crítica ao uso do discurso ecologista como pretexto para a expropriação de suas terras e a destruição de seu sistema de vida. Este discurso indígena difere do discurso ecologista dominante em que reivindica que se reconheça o indígena como ser humano não destituível do espaço em que mora. Este discurso rejeita a desterritorialização cultural e geográfica de indígenas e a preservação dos espaços naturais por poderes administrativos não locais.” (FLORES, 2017, p. 44, tradução nossa).

Não se trata como avalia o crítico peruano de reivindicar a estes povos a figura do “bom selvagem nativo” que preserva e defende a natureza, porque incorreríamos na análise das teorias ecologistas da década de setenta, do século XX, que seguem a corrente do discurso hegemônico preservacionista. Neste sentido, Flores (2017, p. 43) aponta a obra de Devall e Session que denominam estas sociedades de “ecosystem people”, desenvolvendo as bases para o indígena como “nobre selvagem ecológico”, termo que funda parte dos princípios da ecologia moderna. Esta mesma retórica é a que transforma as reservas indígenas em centros de turismo com o intuito de preservar e, ao mesmo tempo, tornar estas comunidades sustentáveis por meio do uso da paisagem e da promoção de um contato com a natureza para aqueles que vivem, sobretudo, nos centros urbanos. Tal discurso transforma ainda os territórios indígenas em áreas de preservação ambiental, muitas vezes excluindo os seres humanos. Neste sentido, a situação dos territórios torna-se ainda mais complexa, pois a área ao redor da usina de Itaipu é considerada como Área de Preservação Ambiental (APA), estando sob fiscalização da lei e sua legislação ambiental.

Flores (2017) aponta, em sentido contrário a estes discursos apropriados pelos grupos hegemônicos de preservação, a reivindicação de que estes povos podem constituir um discurso ecocrítico autóctone latino-americano que boicotaria este discurso conservacionista hegemônico e oficial apontado neste estudo. Esta perspectiva relacionada aos antepassados e à relação encantada e espiritual com o espaço, ou seja, em que cultura e natureza estão alinhadas e integradas, podem responder às indagações atuais sobre conflitos territoriais e reparar as desigualdades históricas da região. Flores desenvolve uma perspectiva que vai além de uma ecocrítica enquanto disciplina, sobretudo as vertentes desenvolvidas nos Estados Unidos e Inglaterra, e que, a partir da década de setenta, esboça a ecocrítica como fruto de certa consciência ecológica e que conecta a natureza e a cultura e tenta mostrar “(...) a materialidad de las interrelaciones e integraciones de los soportes y elementos que aseguran la vida básica del planeta” (OSTRÍA GONZÁLEZ, 2008, p. 222, apud FLORES, 2017, p. 43)³.

A obra de Quijano (2000) explicita como se deu a colonialidade dos saberes, corpos, mentes e recursos que serviu ao projeto de domínio dos grupos hegemônicos, para os quais todos os seres estavam subjugados aos interesses do lucro e da propriedade privada, desconsiderando qualquer outra subjetividade e formas de organização política e filosófica de relação entre os seres humanos e os não humanos. Observaremos de que modo a poesia de Bogado revela uma possibilidade de descolonização do pensamento.

A poesia de Brígido Bogado: língua e saberes indígenas

Em contraste com esta visão anteriormente desenvolvida de terra como propriedade no sistema colonialista e, também, dos recursos naturais como fonte de riquezas, analisaremos a obra de Brígido Bogado e a cosmovisão do coletivo Mbya Guarani do qual ele faz parte. O poeta atualiza por meio da voz, poesia e universo representados a voz do coletivo, o que torna sua produção de inestimável valor artístico e cultural para a humanidade.

Brígido nasceu próximo de “Colonia Fram” (Paraguai), em 1963, e foi adotado por uma família não indígena. cursou estudos de Teologia e Filosofia na “Universidad Católica de Asunción” e, após anos de separação, regressa a uma comunidade Mbya Guarani. Atualmente, é docente aposentado e está cursando Licenciatura em Ciências da Comunicação. É autor de vários livros e

³ “(...) a materialidade das interrelações e integrações dos suportes e elementos que garantem a vida básica no planeta” (OSTRÍA GONZÁLEZ, 2008, p. 222 apud FLORES, 2017, p. 43, tradução nossa).

considerado pela crítica o “primeiro poeta indígena paraguaio” (ALTAMIRANO, 2019, p. 1), sendo ainda um importante difusor e fomentador da cultura e língua dos Mbyas no Paraguai.

O poeta resgata, por meio de uma estética inovadora, que também possui um sentido político, o canto e a dança da criação do mundo pelo Deus Ñanderú, de modo que a propriedade da terra perde o sentido e ganha espaço a vivência que o *locus* do “bem viver” proporciona, porque, ao mesmo tempo, é vivenciado e cultuado. Neste contexto, o *tekoha* ou *teko porã* é evocado pelo poeta em sua tradição cantada e dançada. A tradução ao espanhol – e também se estendemos a tradução ao português – perde este sentido, porque não pode resgatar a relação de harmonia e equilíbrio dos povos nativos, segundo os quais cada elemento da natureza faz parte de um todo e que a Mãe Terra é a responsável pela criação, devendo ser cuidada, e não apenas “preservada” como um recurso, de acordo com o discurso conservador ecologista. A diferença da cosmovisão indígena em guarani se faz notar na falta de termos equivalentes em espanhol na obra *Ayvu i* de Bogado (2009), daí termos as seguintes traduções do guarani ao castelhano ou de auto tradução, de acordo com o contexto de aparição nos poemas: por exemplo “*teko*” é traduzido por “natura” (p. 8), “tierra”, “amor” (p. 17), “vida” (p. 17); “*tekoha*” é traduzido por “tierra” e “*teko porã*” se traduz como “oración” (p. 14), “vida equilibrada”, “vida feliz” (p. 21), “el principio vida” (p. 25), “vida” (p. 31) e ainda “*tekoasy*” aparece traduzido como “humanidad” (p. 10) e “ser humano” (p. 10). Na auto tradução, há muitas estratégias do traduzir, mas destacamos a coincidência entre a voz do poeta e a voz do tradutor no verso produzido (PEÑALVER, 2011, p. 195), pois Bogado escreve em guarani e ele próprio traduz seus poemas ao castelhano na obra *Ayvu i* (2009).

De acordo com Meliá (2015), é por meio da língua guarani que se dá o atrelar da constituição do indivíduo como sujeito cultural e político aos saberes ancestrais que lhe são transmitidos através das gerações. Estes ensinamentos ocorrem por meio da palavra (poética, narrada, cantada, etc.) que é sagrada e também cumpre um movimento ancestral ligando as gerações no tempo e no espaço. Por isto, o território é uma construção cultural e uma identificação direta do sujeito com sua cultura. A referência ao criador Ñanderú está presente no texto de modo poético e profético, uma vez que há referência a sua figura como aquele que surge das trevas primitivas sentado em um “*apyka*” e desde aí ele “se abre como flor”. O território para os guaranis é uma criação de sua cultura, devido a isto não pode ser ocupado ou conquistado, mas sim pensado e vivido. Esta perspectiva está compreendida na cosmovisão guarani por meio de cinco palavras que estão relacionadas ao território:

El territorio guaraní, que en realidad es un espacio cultural, se puede representar en cinco palabras, que concatenadas significan el buen vivir: *apyka*, *ava pire*, *teko*, *teho*, *teko porã*. El camino hacia este espacio, que lo predice y lo expresa, es el *ñe’e* –la palabra- y el *ñembo’e* –hacerse palabra (MELIÁ, 2015, p. 1)⁴.

Neste sentido, Ñanderú toma do “*apyka*”, que é o lugar de criação e eclosão da vida, este instante para transmitir a palavra divina, que depois cada ser vai tomar para si como o sopro vital e continuar a rede de significação em guarani. É interessante porque o mito criador revela o “*apyka*” como o lugar onde também o sentido “se abre em flor”, numa referência à natureza e ao início da vida vegetal. Meliá (2015, p. 1) adverte sobre o sentido profundo de *apyka*: “(...) es

⁴ “O território guarani, que na verdade é um espaço cultural, pode-se representar em cinco palavras, que concatenadas significam o bem viver: *apyka*, *ava pire*, *teko*, *teho*, *teko porã*. O caminho até este espaço, que o prediz e o expressa, é o *ñe’e* –a palavra- e o *ñembo’e* –fazer-se palavra.” (MELIÁ, 2015, p. 1, tradução nossa).

el primer territorio o cultura-torio, y éste es el seno de la madre, el lugar donde se sienta y se asienta la primera y única palabra de la persona, que se hace carne y habita entre nosotros”⁵.

Veamos alguns fragmentos da obra de Brígido Bogado. O poema “Tierra sin mal” (Yvy marae’y), em *Ayvu i*, traz estes versos que ilustram a concepção de “asiento de la vida” ou lugar sagrado e de morte: “Vacio quedó el asiento de la vida/ soplo de vida que viene y va/ El padre Tupã bajó en la tierra/ a llevar a las almas al infinito” (BOGADO, 2009, p. 28)⁶. Os versos em guarani aparecem da seguinte forma: “Tekoha opyta nandi/ yvytu oho há ou/ Ñande Ru Tupã oguata/ ñe’ê kuéry ogueraha” (BOGADO, 2009, p. 28). Isto é interessante na medida em que a palavra é o elemento que humaniza e torna os guaranis uma única Nação, apesar de constituírem vários povos, pois o ser cultural e o estar num território sociocultural, está mediado pela pele (“ava pire”) que envolve e também se apresenta, mas não sem o sopro, sem a voz, e daí o cantar e o dançar como fundamentos. O corpo e sua aprendizagem cultural estão presentes no contexto indígena, e é o que os diferencia dos outros seres vivos, mas como já mencionamos, não os hierarquiza frente aos outros seres. A pele também pode ser a pele da escrita, o livro, que na superfície pode dizer coisas, pois a palavra é o seio da mãe, é a origem e é o destino do ser guarani ao se relacionar com o mundo.

No poema “Quién eres tú Mbya Guaraní” da obra *Cantos de la tierra* (2014), observamos esta relação nos seguintes versos: “Sólo puede conocerte/ el que tiene tu misma esencia/ en cuya simplicidad/ tu Palabra-Alma/ en el soplo divino/ que custodia la natura” (BOGADO, 2014, p. 13)⁷. E mais adiante, temos uma referência aos males da vida: “Si tu cuerpo sufriera, /las calamidades del tekoasy, /Ñande Rú te ha de levantar, /solo por la fuerza de tu jerovia, /sin los otros tratamientos.” (BOGADO, 2014, p. 13)⁸.

Nestes versos analisados são recorrentes a referência ao “tekoasy”, “tekohá”, “tekó porã”, etc., como elementos que tratam esta relação dos Mbyas com o território que é cultura, lugar de florescimento da vida, da língua e do ser humano. A “jerovia” representa a “fé” ou a “esperança” nestes elementos mencionados anteriormente e na palavra divina de Ñanderú. O desequilíbrio gerado pela sociedade de consumo, que trata a natureza de forma a fornecer recursos que são exauridos, sem um uso coletivo e relacional, entra em choque com a cosmovisão dos povos indígenas de toda a Abya Yala. Na poesia de Douglas Diegues, um autor fronteiriço que criou a estética do portunhol selvagem e parodia a mistura de tradições e o domínio da civilização do Capital em decadência, temos de acordo com sua definição o seguinte:

(...) El portunhol selvagem brota de la nada como flor selvagem de la buesta de las vakas.” (...) Ou seja: non soy nim fui el inventor del portunhol selvagem. Soy apenas el inbentor de um concepto de portunhol selvagem, um portunhol salbahem enquanto habla y escritura y non-lengua. (DIEGUES, 2009, p.1)⁹.

⁵ “(...) é o primeiro território ou cultura-tório, e este é o seio da mãe, o lugar onde se senta e se assenta a primeira e única palavra da pessoa, que se faz carne e habita entre nós” (MELIÁ, 2015, p. 1, tradução nossa).

⁶ “Vazio ficou o assento da vida/ sopro de vida que vem e vai/ O pai Tupã baixou na terra/ a levar as almas ao infinito” (BOGADO, 2009, p. 28, tradução nossa).

⁷ “Só pode conhecer-te/ aquele que tem tua mesma essência/ em cuja simplicidade/ tua Palavra-Alma/ no sopro divino/ que custodia a natureza” (BOGADO, 2014, p. 13, tradução nossa).

⁸ “Se teu corpo sofresse,/ as calamidades do tekoasy, /Ñande Rú te vai levantar, /só pela força de tua jerovia,/sem os outros tratamentos” (BOGADO, 2014, p. 13, tradução nossa).

⁹ “(...) O portunhol selvagem brota do nada como flor selvagem da bosta das vacas.” (...) Ou seja: não sou nem fui o inventor do portunhol selvagem. Sou apenas o inventor de um conceito de portunhol selvagem, um portunhol selvagem enquanto fala e escrita e não-língua” (DIEGUES, 2009, p. 1, tradução nossa).

A partir da escrita em portunhol selvagem que nasce como “flor selvagem da bosta das vacas” (tradução nossa), é possível contrastar a visão paródica e desencantada de Douglas Diegues à concepção mítica evocada por Brígido Bogado, pois temos dois autores que ingressam por tendências literárias e estéticas diversas para tratar a palavra e suas potencialidades. No caso de Douglas Diegues, profundo conhecedor da cultura guarani e criador do “portunhol salbaje”, a dimensão crítica e paródica predomina, ao passo que Brígido Bogado se deixa mergulhar na espiritualidade de seu povo para escrever nesta variante Mbya do guarani e ser denominado como o “primeiro poeta indígena” (ALTAMIRANO, 2019, p. 1), pois o conceito ocidental de literatura ou de autoria não pertencia aos povos indígenas. Após o contato, vemos surgir nestas coletividades destacados narradores e poetas, como a cultura letrada do Ocidente denomina, mas a herança cultural e o conhecimento são transmitidos e preservados entre as gerações. A obra de Bogado dialoga ainda com o texto sagrado “*Ayvu Rapyta. Textos míticos de los Mbyá Guaraní del Guairá*” (1959), recopilados por León Cadogan, e que constitui uma das principais fontes escritas de conhecimento dos mitos deste povo. Consideramos que o autor parte de uma narrativa consagrada do povo Mbya, mas a partir de uma posição desafiadora tanto como poeta, ao escrever novos versos, quanto como voz coletiva de uma tradição, daí a auto tradução ao castelhano da obra “*Ayvu i*”, que só poderia ser escrita em guarani, mas sem desconsiderar que parte do leitor não domina esta língua.

No poema de Bogado “*La agonía de la tierra*”, na obra *Cantos de la tierra* (2014), a denúncia de agressão do solo pela sociedade secular aponta um futuro agonizante, ao que o poeta reivindica a solução por meio da volta do filho ao “caminho natural”: “*La inerte vida de la tierra/ va cubriéndose de tiempo/ y las arrugas van/ curtiendo su piel/ con un sin fin de grietas/ invisibles.*” (BOGADO, 2014, p. 42)¹⁰. Ele aponta o conflito entre os grupos na sociedade e o resultado da destruição do planeta: “*Hoy tus hijos legítimos,/ ya están muriendo contigo,/ y son tus otros hijos,/ los que van dejando la/ herencia de un triste/ destino.*” (BOGADO, 2014, p. 42)¹¹. E, ao final, o poema prenuncia o possível colapso da humanidade caso não sejam revistas a ocupação dos espaços e a busca por soluções menos depredatórias:

En cada espacio de aire no-puro/es la humanidad que agoniza,/es ella misma en el/suicidio,/que se va negando la vida./Agoniza la tierra,/agoniza inerte,/ pero es ella la vida/y más tiempo se agrietan/sus heridas./ Tal vez el hijo/ se detenga a pensar,/y a la madre agonizante,/ se vuelva a recuperar,/pero solo el hijo/vuelve a casa,/por el camino natural. (BOGADO, 2014, p. 42)¹².

Estes versos apontam uma denúncia diante da destruição da natureza, o que traz consequências irreversíveis para a vida, num sentido amplo, e contrastam com a cosmovisão presente no conceito de *Teko Porã* apresentado no lirismo dos versos da obra *Ayvu i*. Outro aspecto a ser levado em consideração é que a obra *Ayvu i* está em edição bilíngue, sendo auto traduzida por Bogado, isto é, a auto tradução pode ser considerada a coincidência entre a instância do escritor e do tradutor (PEÑALVER, 2011, p. 195), ao passo que *Cantos de la tierra* está em castelhano, o que

¹⁰ “A inerte vida da terra/ vai se cubrindo de tempo/ e as rugas vão/ curtindo sua pele/ com um sem fim de sulcos/ invisíveis” (BOGADO, 2014, p. 42, tradução nossa).

¹¹ “Hoje teus filhos legítimos,/ já estão morrendo contigo,/ e são teus outros filhos,/ os que vão deixando a/ herança de um triste/destino” (BOGADO, 2014, p. 42, tradução nossa).

¹² “Em cada espaço de ar não-puro/é a humanidade que agoniza,/é ela mesma no/suicídio,/que se vai negando a vida./ Agoniza a terra,/agoniza inerte,/ mas é ela a vida/e mais tempo se sulcam/suas feridas./ Talvez o filho/ se detenha a pensar,/e a mãe agonizante,/ volte a se recuperar,/mas só o filho/volta para casa,/pelo caminho natural” (BOGADO, 2014, p. 42, tradução nossa).

reforça as diferentes perspectivas de ambas. Por um lado, temos uma obra escrita em guarani, com sua respectiva auto tradução ao castelhano e, portanto, mais próxima a esta visão mítica e sagrada e, por outro lado, uma outra obra escrita apenas em castelhano e com um tom de denúncia frente aos efeitos de destruição da vida. É interessante que o autor encontra para a auto tradução de um mesmo vocábulo inúmeras possibilidades, dependendo da sonoridade, do sentido ou da falta de termo equivalente para traduzir a língua guarani, em sua variante Mbya, ao castelhano, o que revela, na tradução, um elemento ora em excesso ora em falta e que abre campo para a discussão da possibilidade do traduzir, mas também de sua impossibilidade como elemento constitutivo do sentido que não se resgata no movimento de traduzir.

A poesia do autor, portanto, coloca que o *Teko Porã* pode se constituir em ruptura frente ao discurso pós-colonial de progresso e desenvolvimento que acomete o Ocidente desde o período colonial e transformou todos os seres humanos e os recursos naturais em passíveis de exploração e até extinção, promovendo a ascensão dos setores dominantes e a pobreza e desigualdade social em ampla escala. Este discurso da colonialidade do ser, saber e poder cobriu-se das teorias racistas científicas para respaldar a dominação e a exclusão dos povos subjugados na América Latina, como aponta o crítico Aníbal Quijano (2000). Então, nesta perspectiva de mentalidade colonial imposta, o racismo e o preconceito fizeram parte da ideologia que justificou o domínio e a exploração de outros seres humanos e dos recursos naturais sob o jugo do poder colonial. A partir de alguns termos como “tensão no Oeste”, o discurso jornalístico reforça um tom apocalíptico e espetacularizado que não coincide em parte com o conteúdo da notícia. Apesar de relacionar várias matérias sobre a questão do conflito de terra e da tentativa de retomada dos guaranis, estas tocam de modo lacônico em vários aspectos centrais da cosmovisão indígena. Já a poesia de Bogado investe num mergulho às profundezas e belezas de uma cultura viva, mas que não oblitera o tom de denúncia da destruição e degradação da natureza e da cultura a que a sociedade do Capital está subjugada pelos interesses de suas elites depredadoras.

Considerações finais

A poesia de Brígido Bogado, escrita em guarani e auto traduzida ao castelhano pelo próprio autor, num processo de criação e tradução, revela-nos esta cosmovisão de seu povo Mbya Guarani por meio da relação com a palavra encarnada de vida e espiritualidade. Neste sentido, temos a relação explicitada em sua poesia entre o ser guarani, estar na terra guarani e ainda poder falar a partir desta dimensão sagrada. Os estudos ecocríticos resgatam uma possibilidade de leitura interrelacional entre ser humano e demais seres da natureza, de modo a enfatizar estas relações irmanadas dos povos nativos com a territorialidade, numa concepção sagrada e mítica. A ecocrítica traz ainda elementos para contrastar esta narrativa do *Teko Porã* e sua cosmovisão constitutiva com a análise da notícia de jornal e o tom secular e espetacular que apresentam os conflitos que envolvem os guaranis. Isto ocorre por meio do choque entre concepções diametralmente opostas sobre o modo de entender e viver a territorialidade, de um lado, temos o caráter de ancestralidade e reverência dos povos nativos aos elementos da natureza e da humanidade e, por outro, a visão hegemônica do capital, da apropriação da terra e seu usufruto, numa concepção implantada desde a colonialidade do saber e poder na América Latina.

A língua guarani evidencia esta relação entre a cultura e os seres humanos ou não, sem hierarquias. Além disto, a auto tradução que o autor empreende e os desafios ao encontrar equivalências para um mesmo vocábulo mostram a busca pela possibilidade de traduzir e revelam que este ato comporta um elemento que produz excesso ou falta na língua de chegada, o que

pode ser interpretado como a impossibilidade de traduzir as línguas e as culturas sem a perda de elementos. No caso da análise das notícias veiculadas, encontramos elementos próprios dos discursos jornalísticos que exploram o sensacionalismo e a espetacularização dos fatos, apesar de a matéria na íntegra, e seus links relacionados, conterem informações centrais e valiosas para o entendimento dos conflitos atuais e passados com relação à territorialidade e à identidade dos guaranis na região do Oeste do Paraná.

Este estudo deixa aberta ainda a necessidade de futuros trabalhos que visem ao aprofundamento desta possibilidade de uma perspectiva reflexiva da ecocrítica latino-americana e que promovam uma discussão destas formas de se relacionar com o espaço, tal qual a que apresentamos neste estudo. Acreditamos que há respostas em termos locais aos conflitos gerados por cosmovisões distintas entre os povos nativos e o Capital. Estes conflitos geram racismo ambiental, preconceito e lutas pela sobrevivência de povos e de culturas, as quais devem servir de caminho para a busca de alternativas de convivência harmônica entre os grupos e para a proposta de formas de reparação das desigualdades no acesso aos recursos e na relação entre os seres humanos e a natureza.

Referências

- ALTAMIRANO, Lurdes. El primer poeta indígena de Paraguay Brígido Bogado presenta nuevo libro. **Revistapy.com**, Encarnación, 19 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.revistapy.com/?p=1403>>. Acesso em: 30 out. 2019.
- DIEGUES, Douglas. Entrevista com Douglas Diegues. **Digestivo Cultural** [Entrevista cedida a Julio Daio Borges], São Paulo, 01 jan. 2009. Disponível em: <http://www.digestivocultural.com/entrevistas/entrevista.aspxcodigo=28&titulo=Douglas_Diegues>. Acesso em: 17 mai. 2018.
- BOGADO, Brígido. **Ayvu i**. Asunción: Arandurã Editorial, 2009.
- BOGADO, Brígido. **Cantos de la tierra. Reflexiones poéticas de un Mbya Guaraní**. Asunción: Fondec; Arandurã Editorial, 2014.
- CADOGÁN, León. Ayvu Rapyta: Textos míticos de los Mbyá Guaraní del Guairá. **Revista de Antropología**, São Paulo, v. 1, n. 5, boletim n. 227, 1959. Disponível em: <http://etnolingustica.wdfiles.com/local-files/biblio%3Acadogan-1959-ayvu/Cadogan_1959_AyvuRapyta.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2020.
- FLORES, William. Deconstrucciones teóricas, desmitificación y voces indígenas: hacia una ecocrítica latinoamericana. **Revista Internacional d'Humanitat**, Barcelona, v. 39, p. 43-48, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/rih39/43-48Flores.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- MELIÁ, Bartolomeu. El buen vivir se aprende. **Sinéctica**, Tlaquepaque, v. 45, p. 1-12, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/sine/n45/n45a10.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2017.
- PARO, Denise. Guaranis vivem sob tensão no Oeste. **H2FOZ**, Foz do Iguaçu, 19 abril 2018. Disponível em: <<https://www.h2foz.com.br/noticia/guaranis-vivem-sob-tensao-no-oeste>>. Acesso em: 25 mai. 2018.
- PEÑALVER, María Recuenco. Más allá de la traducción: la autotraducción. **TRANS Revista de Traductología**, Ciudad del Cabo, n. 15, p. 193-208, 2011. Disponível em: <http://www.trans.uma.es/pdf/Trans_15/193-208.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder: eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (ed.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 201-249.

RODAS, José Javier; BENÍTEZ, Carlos. **Primer Diccionario Mbya Ayvu-Español/ Español-Mbyá Guaraní.** Posadas: Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones, 2018, 424 p.